



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-graduação em Psicologia**

Natanna Késsia Nunes Gomes

**“É COMO SE TIVESSE ABERTO UM BURACO E ME JOGADO ALI”:** sobre  
atuação da psicologia em Políticas Públicas no contexto das cidades pequenas

Belo Horizonte  
2023

Natanna Késsia Nunes Gomes

**“É COMO SE TIVESSE ABERTO UM BURACO E ME JOGADO ALI”:** sobre atuação da psicologia em Políticas Públicas no contexto das cidades pequenas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.  
Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Rita Bacellar Gonzaga

Belo Horizonte  
2023

150	Gomes, Natanna Késsia Nunes.
G633e	“É como se tivesse aberto um buraco e me jogado ali”
2023	[manuscrito] : sobre atuação da psicologia em políticas públicas no contexto das cidades pequenas / Natanna Késsia Nunes Gomes. - 2023.
	152 f.
	Orientadora: Paula Rita Bacellar Gonzaga.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Políticas públicas – Teses.
	3. Interseccionalidade (Sociologia) - Teses. 4. Cidades pequenas - Teses. I. Gonzaga, Paula Rita Bacellar. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE NATANNA KÉSSIA NUNES GOMES

Realizou-se, no dia 06 de outubro de 2023, às 14:00 horas, 2060, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada “*É COMO SE TIVESSE ABERTO UM BURACO E ME JOGADO ALI*”: sobre atuação da psicologia em Políticas Públicas no contexto das cidades pequenas, apresentada por NATANNA KÉSSIA NUNES GOMES, número de registro 2021700911, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Paula Rita Bacellar Gonzaga - Orientadora (UFMG), Prof(a). Lisandra Espindula Moreira (UFMG), Prof(a). Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro (UFTM).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro, Usuário Externo**, em 10/10/2023, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Rita Bacellar Gonzaga, Professora do Magistério Superior**, em 10/10/2023, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lisandra Espindula Moreira, Professora do Magistério Superior**, em 11/10/2023, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orga\\_o\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orga_o_acesso_externo=0), informando o código verificador **2684619** e o código CRC **E5F251D0**.

## AGRADECIMENTOS

Quando a costura é coletiva, torna-se complicado nomear de quem foi cada retalho. Ainda assim, tentarei regatas aqui nomes e histórias, sem, contudo, esgotá-las.

Agradeço inicialmente a meus pais, Cleber e Cilésia, que mesmo sem saber ao certo como isso se daria, por não terem ensino superior, me incentivaram a estudar e tentar reparar as desigualdades e sofrimentos perpetuados a gerações. A minha irmã, Natacha, que desde muito cedo acompanhou e compreendeu minhas idas e vindas. Aos meus avôs, Natal, Alvacy, e Mário e especialmente as minhas avós, Eny, Elizabeth e Terezinha, ancestrais que a partir de suas lutas, não sem sofrimento, me ensinaram que é possível renascer.

Ao meu noivo, Felipe, que me conheceu em meio a esse processo inconstante que foi o mestrado, e jamais hesitou diante aos quase mil quilômetros de distância que nos separavam. Acolheu, amparou e compreendeu as minhas dores. Festejou minhas conquistas, me mostrando que o amor é real e concreto. Obrigada por me ler e me ouvir. A família de Felipe, e também minha família, por torcer a cada instante pelo meu retorno ao Triângulo Mineiro.

As amigas que o mestrado me proporcionou, especialmente aquelas que compartilharam comigo os encontros no CONEX, Camila, Amanda e Eledá, companheiras da Psicologia Social, mulheres negras, e por quem resguardo admiração e apreço, mesmo que diante a nossa breve convivência. Certamente um pouco delas também permeia essa escrita. As amigas e Psicólogas que, não diria o acaso, mas a encruzilhada de caminhos me presenteou, Vitória e Karina, obrigada pelos cafés, risadas, confiança e apoio em momentos de dor. Não fosse por vocês, eu não teria aceitado que outros caminhos seriam possíveis.

Ao CONEX e as queridas professoras e coordenadoras Cláudia, Lisandra e Paula, por me ensinarem a cada fala e ação a tecer rumo a Psicologias Feministas e Contra-Coloniais. Obrigada por despertarem em mim uma mulher, pesquisadora e psicóloga melhor, e mostrarem

que é possível uma escrita acadêmica poética, flexível e marcada. A Paula, pela orientação atenta que sempre deu um sul, fazendo jus ao real sentido de uma orientadora. Agradeço, especialmente, pela compreensão nos momentos difíceis, certa de que, não fosse isso talvez essa pesquisa não existisse. Aos orixás, deusas, ancestrais, por ouvirem minhas preces e me direcionarem para esses encontros, garantindo que desistir não fosse uma opção.

Ao governo Lula, por garantir meu acesso ao ensino superior em uma universidade pública, graças a valorização dada a educação e as políticas públicas, proporcionando a minha permanência na graduação e na pós-graduação. Finalizei a graduação com a vitória de Bolsonaro, acarretando medos, incertezas e vivências de retrocessos que muito angustiou e limitou caminhos. Hoje, finalizo o mestrado após um ano do governo Lula, e que emoção foi poder viver esse momento durante o processo dessa pesquisa. Respiro, hoje, com mais alívio.

A UFTM e UFMG, universidades federais localizadas no meu querido Estado de Minas Gerais, por serem espaços de luta, construção e des-formações. A minha primeira orientadora de pesquisa, Cintia, por me ensinar a gestar as palavras e me despertar o amor pelos caminhos tortuosos da escrita afetiva. As interlocutoras que aceitaram participar desse encontro, entendendo que não é tarefa fácil se dispor a narrar nossa trajetória, e se confrontar com nossa história de guerra. A Luciana, pelo auxílio nas transcrições e formatação. Ao feminismo negro, a ferramenta interseccional, e as autoras negras, por me ensinar quem sou, de onde venho, quais privilégios carrego, direcionando ao rumo de Psicologias que conhecem seu povo. O que essas autoras forjaram em mim jamais será desfeito. A minha pequena cidade, por participar ativamente da construção de minha subjetividade.

*“- Quem nasce em Bacurau é o que?*

*- É gente! ”*

*(Bacurau – Kleber Mendonça Filho & Juliano Dornelles)*

*me levanto  
sobre o sacrifício  
de um milhão de mulheres que vieram antes  
e penso  
o que é que eu faço  
para tornar essa montanha mais alta  
para que as mulheres que vierem depois de mim  
possam ver além  
-legado*

(Rupi Kaur, 2017 – O que o Sol faz com as Flores)

## Resumo

A dissertação apresenta reflexões sobre a atuação da psicologia em políticas públicas nos contextos das cidades pequenas do interior de Minas Gerais, a partir de entrevistas narrativas. As problemáticas vivenciadas pela recente inserção da psicóloga no campo das políticas públicas são complexificadas nos contextos das cidades de pequeno porte, convocando saídas que pedem a criticidade frente a crença na atuação neutra e ancorada em abordagens que fogem a realidade do nosso território. Partindo da compreensão de que não só falamos do outro a partir do lugar social de onde nos sentamos, mas também ouvimos e cuidamos desse outro a partir desse lugar que nos constitui, e de que, assim como não existe neutralidade na produção do conhecimento científico, ela também inexiste na atuação psicológica, esse estudo tem como objetivo principal a compreensão interseccional da atuação das psicólogas dentro do campo das políticas públicas em cidades pequenas do interior de Minas Gerais, demarcando como seus marcadores identitários de território, raça, classe, gênero, sexualidade, relações de trabalho, etc. atravessam, potencializam, reduzem e produzem suas atuações. Para tanto, foi enviada uma carta convite às potenciais participantes, e após o aceite foram agendados locais para a realização das entrevistas narrativas e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram entrevistadas 8 psicólogas de forma individual, em locais escolhidos por elas, com duração média de 1 hora. As análises das narrativas seguiram os preceitos do feminismo negro, da ferramenta metodológica da interseccionalidade e da Psicologia Social Comunitária. A discussão foi dividida em 3 capítulos, apresentando reflexões sobre a formação em Psicologia, a atuação em políticas públicas e a inserção das psicólogas em cidades pequenas. A raça, a classe e o etarismo, são alguns dos marcadores identificados nas interlocutoras, produzindo formações e atuações distintas, especialmente no que se refere a vivências opressivas durante a graduação, e a escolha pelo estudo das relações étnico raciais. Apesar das universidades ocidentais ainda enfatizarem o ensino de abordagens eurocentradas, as interlocutoras negras estavam presentes em espaços e discussões dentro da academia que envolviam a temática das políticas públicas e relações étnico raciais. A Lei n.12.711 de 2012, das ações afirmativas, vem garantindo que espaços com narrativas contra-hegemônicas sejam produzidos por alunas negras e indígenas, apontando novos rumos para novas Psicologias. Entretanto ainda é necessário problematizarmos a forma como psicólogas brancas, partindo de suas posições de privilégios, estão perpetuando a crença meritocrática na atuação em instituições sociais, reificando práticas coloniais de manutenção das opressões. Essas profissionais atualizam, a partir do mito da democracia racial, a inviabilização do racismo como produtor de sofrimento psíquico e a fragilidade de suas análises levam a narrativas de que a violência racial não estaria chegando até elas enquanto demanda. Nas cidades pequenas, a falácia da neutralidade como pretexto da branquitude para uma atuação epistemicida e descomprometida com a realidade social, é tensionada na medida em que esses contextos convocam as profissionais a falarem de seus pertencimentos.

Palavras-chave: Atuação Psicológica; Políticas Públicas; Interseccionalidade; Cidades Pequenas; Psicologia Comunitária.

## **Abstract**

The thesis presents reflections about the role psychology plays in Public Policies in the context of small cities in the countryside of Minas Gerais, based upon narrative interviews. The problems experienced by the recent insertion of the female psychologist in the field of public policies are complexified in the context of small cities, leading to departures that require criticality in the face of the belief in impartial acting and anchored in approaches that escape the reality of our territory. Based on the comprehension that we do not only speak about the other from the social place where we sit, but we also listen and take care of the other from this place that constitutes us, and that, just as there is not neutrality in the scientific knowledge production, it does not exist in psychological acting either, this study's main objective is the intersectional comprehension of the role of psychologists acting in the field of public policies in small cities in the countryside of Minas Gerais, demarcating as their identity indicators of territory, race, class, gender, sexuality, work relations, etc. traverse, enhance, reduce and produce their acting. Therefore, an invitation letter was sent to potential participants, and after acceptance, locations were scheduled for the narrative interviews and presentation of the Free and Informed Consent Form. Eight female psychologists were individually interviewed, in places chosen by them, with an average duration of one hour. The analysis of the narratives followed the precepts of black feminism, the methodological tool of intersectionality and Community Social Psychology. The discussion was divided into three chapters, presenting reflections on the graduation in Psychology, the acting in public policies and the insertion of female psychologists in small cities. Race, class and ageism are some of the identified indicators in the interlocutors, producing different formation and acting, especially with regard to oppressive experiences during graduation, and the choice to study ethnic-racial relations. Despite the fact the western universities still emphasize the teaching of Eurocentric approaches, black interlocutors were present in spaces and discussions within the academy which involved the theme of public policies and ethnic-racial relations. The Brazilian law No. 12.711/2012 of affirmative action, has been ensuring that spaces with counter-hegemonic narratives are produced by black and indigenous students, pointing to new rumors for new Psychology. However, it is still necessary to problematize the way white female psychologists, from their positions of privilege, are perpetuating the meritocratic belief in acting in social institutions, reifying colonial practices of maintaining oppression. These professionals update, from the standpoint of the myth of racial democracy, the unfeasibility of racism as a producer of psychic suffering and the fragility of their analyzes lead to narratives that racial violence would not be reaching to them as a demand. In small cities, the fallacy of neutrality as a pretext of whiteness for an epistemic and uncompromised acting with social reality, is stressed as these contexts require professionals to talk about their belongings.

**Keywords:** Psychological Acting, Public Policies, Intersectionality, Small Cities, Community Psychology.

### **Lista de abreviaturas e siglas**

AB	Atenção Básica
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social –
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CadÚnico	Cadastro Único
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEPP	Código de Ética Profissional do Psicólogo
CFP	Conselho Federal de Psicologia
COEP	Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais
CONEX	Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexão dos Saberes
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CTs	Comunidades Terapêuticas
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EJA	Educação de Jovens Adultos
ESF	Estratégia Saúde da Família
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MG	Estado de Minas Gerais
MMN	Movimento de Mulheres Negras
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PAMAQ	Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNADC/IBGE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSF	Programa Saúde da Família
PTS	Projeto Terapêutico Singular
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RH	Recursos Humanos
RU	Restaurante Universitário
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Terapia Cognitiva Comportamental
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: Da escrita acadêmica como “volta na folha” e do combate aos cupins colonizadores .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 - Da formação em psicologia: sobre encruzilhamento de opressões, invisibilidades e possibilidades de pertencimento.....</b>	<b>45</b>
	<i>2.1 “eu acho que as dificuldades que eu vivenciei na minha vida pessoal talvez tenha me ajudado na atuação da psicologia”:</i> Das invisibilidades e pertencimentos psicopolíticos na formação em Psicologia.....	45
	<i>2.2 “eu sinto que eu tive que fazer uma des-formação... foi uma des-formação de tudo o que eu tinha aprendido, né?”:</i> Sobre a formação e des-formação da atuação psicológica.....	53
	<i>2.3 “mas aí eu fiz a minha foto de formatura lá eu mesma fui, tirei uma selfie e falei, falei: venci a universidade... eu venci a lista...eu consegui”:</i> Sobre a possibilidade de uma formação que promova encontros em meio ao sofrimento.....	61
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 - Da atuação em Políticas Públicas: sobre ataques a políticas sociais, (não)percepção do sofrimento racial, Psicologias e reflexões acerca de atuações distintas .....</b>	<b>69</b>
	<i>3.1 “meio que as coisas ficou individualizada de novo, cada profissional de forma individualizada cuidando do seu”:</i> Sobre o desmantelamento das políticas públicas e a atualização de práticas coloniais.....	69
	<i>3.2 “nunca chegou a ter nenhum caso de racismo, nenhuma das queixas aqui comigo”:</i> Sobre a (não)percepção do racismo como produtora de sofrimento psíquico .....	79
	<i>3.3 “e criar outras vozes pra responder essas vozes”:</i> sobre novas vozes dentro da Psicologia – “ela sofre muito e ela não reage”: e sobre o racismo como problema do outro.....	89
	<i>3.4 “Aqui o que que a gente mais tem aqui é a questão realmente da, do comodismo, podemos dizer assim... porque a necessidade... não tem”:</i> Sobre como estão vendo os sujeitos alvos de sua intervenção e sobre como estão entendendo a política em que atuam.....	99
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 - Da atuação em comunidades: sobre atuação em instituições sociais e os atravessamentos que envolvem ser psicóloga em cidades pequenas– construindo saídas possíveis</b>	<b>111</b>
	<i>4.1 “e a cidade pequena, todo mundo se conhece. Né? É uma cidade pequena, que eu sei do seu problema e você sabe do meu, né?”:</i> Desafios da atuação em cidades pequenas .....	111

4.2 “então eu fui mostrando pra gestão que precisaria de uma pessoa que fosse neutra, que não fosse daqui, porque eu já estava muito inserida aqui, eu já tinha muito envolvimento”: Sobre a crença na atuação neutra.....	119
4.3 “Porque não é fácil cidade pequena... é muito chefe pra pouco índio”: Sobre a perda da autonomia profissional.....	125
<b>5 CONSIDERAÇÕES INICIADAS .....</b>	<b>134</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>150</b>

## **1. INTRODUÇÃO: Da escrita acadêmica como “volta na folha” e do combate aos cupins colonizadores**

“Eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita” (Glória Anzaldúa, 2000, p. 233). Psicóloga branca, de classe popular, mulher cis, heterossexual. Crescida e criada em uma cidade de 1500 habitantes no interior de Minas Gerais, filha de Cilésia que foi adotada por Elizabeth, irmã de Terezinha, minha avó biológica que morreu quando seu coração parou de bater enquanto lavava roupas que não eram suas. Filha de Cleber, que por sua vez era filho de Emi, mulher morta em uma clínica clandestina de aborto, portanto neta de uma avó morta, que, por ser pobre teve seu direito de decidir sobre o próprio corpo negado. Filha de pai pedreiro, carvoeiro, peão, motorista de ambulância, e tudo mais que fosse necessário para me criar. Filha de mãe dona de casa, secretária, telefonista, cuidadora. Filha de pais que concluíram o ensino médio pelo Educação de Jovens Adultos, EJA, destinado a pessoas que não conseguiram concluir os estudos na idade “apropriada”. Irmã de Natacha, a qual convivi por apenas 8 meses, quando fui retirada da minha casa aos 15 anos. Em Nome dos Estudos, assim mesmo no maiúsculo e no masculino, atravessamento que eu certamente mencionarei ao longo desta escrita. Neta de Terezinha, Emi e Elizabeth.

Que escrita é essa que inicia se apresentando? Uma escrita onde o que interessa é demarcar quem somos, a quem vemos e porque vemos, bem como a quem podemos não enxergar (Karla Adrião, 2015). Uma escrita que não fala sozinha, mas fala com rastros, pegadas de mulheres e histórias que se cruzam para que essa produção seja possível (Érika Cecília Soares Oliveira et al., 2019). Espero aqui escrever como nos ensina bell hook e Glória Anzaldúa, desaprendendo tolices forçadas pelo ensino colonial, falando em e para outras línguas diferentes da do opressor (bell hook, 2013; Glória Anzaldúa, 2000) contudo, sem deixar de utilizar a linguagem deles para lhes dar “volta na folha”. O meio acadêmico é um lugar socialmente privilegiado (Paula Gonzaga, 2019) onde, se não é possível romper com os privilégios que a colonização concede a mim pelo meu corpo-subjetividade-branco, e que possibilitou a mim e a diversas intelectuais brancas a ocupação de um lugar de pesquisadora, teórica, entrevistadora, sempre a que diz do outro, que este lugar seja ao menos questionado por mim, não como produtora de verdades absolutas, mas como interlocutora.

Dar a volta na folha é uma expressão que aprendi em uma das discussões férteis que presenciei sobre decolonialidade. Ela<sup>1</sup>, a palestrante, dizia que às vezes é necessário usar as armas do opressor a nosso favor para lhes dar a volta, “a volta na folha”, e cita uma história sobre a imposição religiosa dos jesuítas aos indígenas. Todos os dias os padres iam até uma aldeia catequizar indígenas, fazendo com que eles repetissem a oração do pai nosso. Quando os jesuítas saíam, contudo, eles se reuniam e começavam a entoar baixinho os seus ritos, enquanto uma criança ficava ali de butuca vigiando a aproximação dos padres. Quando os padres se aproximavam e a criança dava o sinal, eles voltavam a repetir o pai nosso em voz alta, e assim lhes dava a volta na colonialidade. Abria brechas. Essa escrita também se propõe a, dentro do universo acadêmico onde ainda se faz presente imposições de silenciamento, normas e pretensões de neutralidade, dar a volta e fissurar, produzindo escritas polifônicas, fragmentadas, e que por isso não se apartam de mim (bell hook, 2013; Érika Cecília Soares Oliveira et al., 2019; Glória Anzaldúa, 2000). Dar a volta na folha é também ter a habilidade da ginga (Luiz Rufino, 2018), tal como na capoeira, buscando saídas para as armadilhas da liberdade, numa ação decolonial onde “haverá, assim como na habilidade da ginga das capoeiras, encontrar saídas para as arapucas que obstruem nossas liberdades” (Luiz Rufino, 2018, p. 73).

Escrevo, para tanto, em primeira pessoa e citando os primeiros nomes das autoras e autores que aqui deixam seus rastros e escrevem comigo, desafiando as linguagens que aprendemos na academia e que nos tornaram inteligíveis para aqueles e aquelas que não compartilham desse espaço privilegiado de produção de intelectualidade (Paula Gonzaga, 2019), e como forma de dizer que muitas intelectuais, quando citadas pelo último nome, são supostamente e propositalmente chamadas no masculino por uma forma de fazer ciência branca e patriarcal. Não falo DE hooks, Mayorga, Gonzaga, Collins, Moreira, Akotirene etc., falo COM bell, Cláudia, Paula, Patrícia, Lisandra e Carla. Falo, ainda, com as marcas de minhas avós, de meu avô analfabeto, das avós que não conheci, pois, escrita não é só sobre palavras, é sobre se expressar de formas diversas, formas outras. Escrevo como forma de produzir políticas, uma *polytica* da escrita (Érika Cecília Soares Oliveira et al., 2019) tensões e desarranjos, já que “quando nos colocamos a pensar sobre essas poéticas e políticas, primeiramente devemos compreender que se trata de um campo não neutro e atravessado por

---

<sup>1</sup> Até o presente momento estou em processo de resgate da autoria da fala, que foi realizada em algum evento/simpósio/seminário remoto, onde participei como ouvinte. A fala ficou registrada em minha memória, tamanho seu impacto, mas, de fato, considero de extrema importância continuar o processo de resgate da autora.

vários elementos interventores que compõem determinada escritura, como se fosse um mosaico” (Érika Cecília Soares Oliveira et al., 2019, p.181).

Escrevo também como oferenda, assim como propõe Luiz Rufino (2018) um ebó epistemológico, através dos encantamentos dos caminhos a partir da posituação dos saberes afrodiaspóricos transladados, compreendendo todas as operações teórico metodológicas que positivam esses saberes. Essa pesquisa, é, portanto, um ebó epistemológico, uma oferenda a todas as vidas subjugadas, sequestradas, violentadas, lançadas no atlântico, negadas, rompidas. A todos os saberes que a vivência da minha branquitude impossibilitou que cruzassem meus caminhos, que fez do meu solo menos fértil, mas ainda assim regado por mãos de mulheres negras, em especial a minha orientadora, Paula Gonzaga, que regou na medida necessária para que no meu solo fosse semeada sementes de saberes outros. De outras.

Escrevo a partir dos meus desertos, meus fantasmas, meus trovões, mas também a partir da minha terra fértil que dá o que é plantado e regado. Uma terra boa é aquela que não tem muita morada de cupim, meu avô dizia “cupins são invasores”. Quantos cupins têm invadido e colonizado nossa escrita? Ainda hoje quando olho para uma terra, lanço o olhar à procura de cupins, e assim tenho aprendido a fazer também na minha vivência acadêmica e profissional.

Escrevo, ainda, e em especial, com as interlocutoras que participaram da construção dessa pesquisa: Belonísia, Flávia, Ane, Luiza, Borboleta, Fabiana, Clarinda e Amanda. Nomes fictícios escolhidos por elas, que carregam consigo algum valor simbólico, e às resguardam de serem identificadas e sofrerem possíveis repreensões em seus locais de trabalho e vida cotidiana, em decorrência de suas reflexões. O compromisso ético desta pesquisa é algo de extrema importância, portanto, qualquer menção que às possa identificar será suprimida da escrita. Escrevo também com aquelas que por diversos motivos não aceitaram, aquelas que aceitaram, mas os desencontros entre ser mulher, mãe só e psicóloga não permitiram que o encontro acontecesse conforme planejado e aquelas às quais não consegui entrar em contato, mas se fizeram presentes nas memórias das interlocutoras entrevistadas, numa espécie de intersecção de afetos, práticas e condutas, e aquelas, tão fundamentais, e talvez essas estejam em maior número, que partilharam comigo suas histórias em momentos e ambientes sem hora marcada, em bares, salas de aula, corredores, sem gravadores ou algum outro tipo de material acadêmico, apenas a sintonia de estarmos todas dispostas a trocas sobre os afretamentos do ser *psi*. Agradeço a todas que confiaram em mim suas histórias.

*Dos rastros que nos trouxeram até aqui*

Algo fica nos passos que damos, não é mesmo? Nenhum percurso é dado de forma que passemos imperceptível, pois até mesmo a tentativa de apagar alguns passos, ou de escolher a quem olhar, em detrimento de outros, é uma escolha de percurso. No percurso dessa pesquisa muitos passos foram dados, rotas foram modificadas e novas lentes, muito mais cuidadosas, foram aprimoradas para que algumas coisas não passassem despercebidas. É de costume da branquitude, e da vivência da brancura, o olhar de superfície para algumas questões, como é o caso da raça, portanto na nossa jornada, enquanto mulheres, psicólogas, pesquisadoras brancas, alguns passos precisam ser muito bem demarcados, situados e pensados. Esse cuidado na análise, no que se diz e na forma como se diz, não se dá sem o coletivo, sem toques, que às vezes não nos chegam de forma leve, e talvez nem devessem, de que algo está escapando ao discurso e que nós, pesquisadoras brancas, estamos muito tendenciosas a produzir compreensões limitadas.

Acredito que apenas o olhar de quem está fora dessa vivência branca, ou que, sendo branca, muito cuidadosamente, enxerga a problemática da escrita generalista e consegue pontuar sobre isso, o que acredito que tenha acontecido pelo olhar de uma das professoras participantes da minha banca de seleção para o PPGPSI UFMG, e a qual tive o prazer de conhecer melhor durante minha participação no Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexão dos Saberes - CONEX, ainda assim a presença de Paula, uma orientadora negra, demarca um novo rumo para a pesquisa, através de sua escrita-denúncia (Glória Anzaldúa, 2000). Cito muito Paula e falo muito dessa relação, porque é através dela, e especialmente por ela, que esse contorno sobre o olhar para o que quero pesquisar, e principalmente de que forma escolho olhar para isso, foi sendo construído. Além dessa relação inter-racial, como bem pontua Paula em nossa primeira reunião de orientação, a participação no CONEX, onde a diversidade de experiências e olhares sempre se dá de forma abundante, também me proporcionou visões e convivências que ampliaram os sentidos para a construção de uma pesquisa que não só desacredita da neutralidade do saber científico, como a combate e, em muitos momentos, vai demarcá-la como extremamente problemática a nossa profissão. Será perceptível, talvez, que em alguns momentos eu me faça mais presente na escrita, em outros eu me resguardo, e esse movimento vem do incômodo que a escrita que se expõe pode causar.

O interesse situado e demarcado do tema da pesquisa parte da compreensão de que é preciso problematizar mais nossos olhares, enquanto mulheres, pesquisadoras e psicólogas brancas e de que mulheres, psicólogas e pesquisadoras negras e indígenas já estão, há tempos,

há muitos passos de nós nesse debate. Uma problematização que precisa se dar, sem dúvidas, em todos os contextos, mas especialmente nos contextos onde nossa composição ética e teórica ainda se dá de forma massiva baseada em pressupostos do norte branco, patriarcal e heteronormativo, e em contrapartida, nosso olhar vai se deparar com problemáticas que fogem, na grande maioria das vezes, das nossas vivências brancas. Entendo que a presença da psicóloga na atuação junto às políticas públicas produz esse contexto. Entretanto, percebo muito através da minha vivência numa cidade de pequeno porte no interior de Minas Gerais, que essa atuação não se dá da mesma forma em todos os contextos. Uma psicóloga que atua em políticas públicas em uma cidade pequena, onde às relações de poder se esbarram a todo momento, e de forma muito íntima, com a vida cotidiana e nas relações de trabalho, certamente lidará com experiências muito complexas devido a marcadores tão específicos, especialmente por ser a Psicologia uma profissão e ciência que carrega em sua origem a tradição positivista de distanciamento e neutralidade frente suas análises, utilizando-se de um privilégio epistêmico em detrimento da inferiorização de homens e mulheres que fogem ao projeto colonial/imperial/patriarcal (Garcia Roza, 1977; Ramón Grosfoguel, 2016). Pois bem, ao que me parece não existem espaços territoriais e simbólicos para que esse distanciamento e suposta neutralidade se dê em contextos de estreitamento de laços, o que convida a nossa atuação a lidar com experiências cotidianas que implicam a manutenção do lugar de psicóloga, sem abdicar do lugar de cidadã que partilha a vida naquele mesmo espaço.

Para a Psicologia Social Comunitária, produzir atuações em contextos onde esfera coletiva e a vida privada se esbarram, nos leva a necessidade da politização da consciência, ou seja, entender o fazer político como indissociável das ações cotidianas, e a produção de uma política que seja libertadora dentro das relações comunitárias. Para isso, é preciso entender o poder de agência das pessoas e dar significado a suas vivências (Marcos Vieira-Silva et al., 2019).

Perceber estes elementos quando da realização das práticas de intervenção em comunidade pode contribuir para que se compreenda quais os impactos que o trabalho comunitário tem sobre a dinâmica das relações comunitárias e, conseqüentemente, sobre a vida das pessoas, podendo ser identificadas importantes repercussões – individuais e coletivas – nas redes comunitárias, para todos os envolvidos, sejam eles profissionais, agentes comunitários, ou diferentes setores da própria comunidade (Marcos Vieira-Silva et al., 2019, p. 37).

Contudo, quando buscamos compreender a atuação de Psicólogas em cidades pequenas, e tratando-se da Psicologia uma ciência que parte do mesmo projeto colonial de racismo/sexismo epistêmico que provocaram o extermínio de outros saberes e povos, aderindo a ilusão da neutralidade e universalidade do saber científico (Ramón Grosfoguel, 2016), torna-

se importante questionarmos como psicólogas que atuam em políticas públicas nesses contextos estão produzindo gingas que manejem a atuação com o território, no território e pelo território. “Podemos dizer que, a partir da Psicologia Social Comunitária, muitos de nós começamos a fazer políticas públicas” (Marcos Vieira-Silva et al., 2019, p. 34). Portanto, convido ao questionamento sobre “em que medida essas profissionais estão avaliando as relações cotidianas em comunidade e elaborando intervenções para melhoria da qualidade de vida de forma concreta, promovendo a sobrevivência e a resistência?” (Marcos Vieira-Silva et al., 2019).

Por definição, as políticas públicas ou políticas sociais “são voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (Eloisa de Mattos Holfing, 2001, p. 12). Temos, portanto, que os principais beneficiários das políticas públicas devem ser os sujeitos em vulnerabilidade social. E quem são esses sujeitos em nosso território? Segundo nota técnica realizada pelo Programa Pólos da Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais, às populações em situação de rua da cidade de Belo Horizonte - MG são, majoritariamente, pessoas negras (83%), do sexo masculino, com renda de 0 a 89 reais mensais e ensino fundamental incompleto (André Luiz Dias et al., 2021). A extrema pobreza aliada ao sofrimento psíquico são condições que levam essas pessoas para às ruas (Conselho Regional de Psicologia 04, 2015).

Contudo, no que diz respeito a atuação de psicólogas em políticas públicas, tem sido observado uma crise na identidade das profissionais, visto que a Psicologia vem passando por um processo de reconstrução através da sua atuação que deveria romper com a hegemonia da prática clínica em consultórios (Conselho Regional de Psicologia 04, 2015; Marivete Gesser, 2013) A problemática a respeito de atuações desprovidas de críticas sociais dentro da psicologia se atualiza diante a mudanças de paradigmas em relação às práticas psicológicas, como a expansão para o campo das políticas públicas. Segundo pesquisas anteriores realizadas de 2004 a 2013 pelo CFP, ocorreu uma diminuição de quase 10% das atuações voltadas para a clínica particular, evidenciando uma maior atuação de psicólogos no campo das instituições sociais (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013) dados que permanecem em crescimento, como apontam Kaike Costa Oliveira de Jesus et al. (2020):

A consolidação da atuação da psicologia no interior das políticas públicas perpassa por duas vias: por um lado faz menção à institucionalização representativa da psicologia, realizada pelo sistema conselhos (CFP – Conselho Federal de Psicologia juntamente com os Conselhos Regionais) e todas as outras instâncias relacionadas a essa entidade, bem como suas representações em conselhos de direitos. Sob outra perspectiva, refere-se diretamente à própria

atuação das psicólogas nos espaços públicos em que estão envolvidas e na construção cotidiana de determinada política (Kaike Costa Oliveira de Jesus et al., 2020, p. 143).

Em resposta a isso, o Conselho Federal de Psicologia vem colaborando com a instrumentalização desses profissionais, através da criação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP (Kaike Costa Oliveira de Jesus et al., 2020; Marivete Gesser, 2013). O CREPOP tem por finalidade entender a atuação das psicólogas em políticas públicas, criando referências técnicas para a atuação psicológica dentro das instituições sociais. Tendo completado 15 anos em 2021, o CREPOP:

É um centro de pesquisas do Sistema Conselhos de Psicologia que conta com uma Coordenação Nacional, no Conselho Federal de Psicologia (CFP), e 20 unidades regionais, uma em cada Conselho Regional de Psicologia (CRP). Desde 2006, esse Centro trabalha na sistematização e divulgação do conhecimento e de práticas psicológicas aplicadas às políticas públicas. Para isso, são realizadas pesquisas multicêntricas, desenvolvidas nas unidades regionais e coordenadas nacionalmente, que servem como subsídio para a produção de referências ao trabalho do psicólogo. O objetivo é promover a ampliação da atuação qualificada desse profissional na esfera pública (Conselho Regional de Psicologia 04, 2015, p.10).

Dentre o Sistema Conselho, o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais - CRP 04 - apresenta sua sede em Belo Horizonte – MG, e possui subsedes nas regiões Centro-Oeste, Leste, Norte, Sudeste, Sul e Triângulo Mineiro (Conselho Regional de Psicologia 04)<sup>2</sup>, ao total são 50.913 psicólogas atuando em Minas Gerais, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro na quantidade de profissionais atuantes. Nos ateremos aqui à subsele do Triângulo Mineiro, contexto no qual essa pesquisa foi realizada, instituída em setembro de 2001, com o objetivo de orientar os serviços de registro, orientação e fiscalização das psicólogas que atuam nessa região. As orientações e as organizações de eventos são debatidas pelas Comissões Temáticas, sendo na região do Triângulo Mineiro composta pela Comissão de Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Psicologia, Saúde e Sexualidade e Psicologia Escolar e Educacional. Contudo, existe uma lacuna a ser preenchida no que diz respeito a compreensão de como as Psicólogas do interior, e em especial do Triângulo Mineiro, estão produzindo suas atuações.

Parece haver uma dificuldade na atuação em comunidades, no que diz respeito aos entrelaçamentos entre vida cotidiana e ações coletivas, que se entrecruzam mesmo no que diz respeito à vida privada de cada sujeito (Marcos Vieira-Silva et al., 2019). A dicotomia entre ações individuais e práticas coletivas é fruto de lógicas neoliberais de produção de saúde, onde o sofrimento é individualizado e os sujeitos são responsabilizados por seus adoecimentos, sendo esta também uma premissa do colonialismo, através de produções binaristas criadas e reificadas pela matriz colonial (Claudia Mayorga, 2013a; Conselho Federal de Psicologia,

---

<sup>2</sup> Para mais informações, acessar: <https://crp04.org.br/o-conselho/conheca-o-crpmg/>

2019; Geni Nunez Longhini, 2021). O conhecimento que é produzido pela e na coletividade é inferiorizado pela filosofia cartesiana nos primórdios da colonização, cuja frase mais famosa é o “penso, logo existo”, um “eu cogito” que se aproxima de deus, por isso seria universal, individual, único, objetivo, singular, produzindo um conhecimento através do questionamento do próprio eu, pois só ele saberia o que é ou não verdade, em detrimento de um saber que se produz no coletivo, nas relações sociais e em um contexto sócio histórico, pois assumir isso seria assumir um “eu” que não se basta só, que possui um chão e, portanto, deixa rastros.

Podemos notar algo muito comum nas falas das entrevistadas no que diz respeito às dificuldades de manejar os entrecruzos entre pessoal/profissional; individual/coletivo; neutralidade/envolvimento nas cidades em que atuam:

Por que querendo ou não a gente morar numa cidade muito pequena e já conhecer todo mundo, ou sei lá de ser julgada, por exemplo “nossa se eu falar minha realidade para a Clarinda, minha realidade financeira da minha casa, será que ela não vai sair lá de fora e expor isso”? E eu acho que foi uma insegurança muito minha também, tipo nossa a gente mora num município muito pequeno e como vai ser isso pra sociedade? Para as pessoas pensarem a meu respeito? (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

Então quando eu vim pra cá eu não era daqui, então tinha essa confiabilidade “bom ela não é daqui, ela não vai levar, né”? Mas eu casei, vim pra cá, então eu me tornei daqui né, e com o tempo eu fui mostrando isso pra gestão né, porque teve época que eu era a única aqui, eu fazia CRAS e fazia aqui, e aí eu fui mostrando esses desafios pra gestão né “olha é uma ética, às vezes eu vejo a pessoa eu to sentando num barzinho” então assim eu tenho, eu tinha esses desafios, então eu fui mostrando pra gestão que precisaria de uma pessoa que fosse neutra, que não fosse daqui, porque eu já estava muito inserida aqui, eu já tinha muito envolvimento, e aí a gestão foi entendendo que isso realmente era interessante e que precisaria trazer outra pessoa (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

[...] então, até hoje mesmo, até essa semana mesmo uma ocasião já aconteceu, sobre isso, sabe? Mas sempre que sai algum assunto, alguma conversinha, porque trabalho num lugar que tem muita gente, né, direto as vezes saí alguma conversinha eu tento guardar isso pra mim, e eu finjo que eu não sei do que que a pessoa tá falando, entendeu? Às vezes eu sei muito mais do que a pessoa, mas eu tento transparecer que eu não sei, e às vezes é uma novidade pra mim, eu escuto o que a pessoa tá falando, porque cada um tem uma opinião diferente, né? Escuto o que a pessoa tá falando, mas fico na minha, pode ser até de pessoa que às vezes não seja meu paciente, entendeu? (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

[...] porque a primeira coisa que me faz, me perguntou: você é filha de quem? Onde você mora? Aí eu falo: não, eu não sou daqui. Eu venho aqui só para trabalhar... pronto, acabou. Instagram? Tenho pouquíssimas pessoas do (cidade onde trabalha) no meu Instagram (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

E a cidade pequena, todo mundo se conhece. Né? É uma cidade pequena, que eu sei do seu problema e você sabe do meu, né? E uma pessoa nova, de fora e que chegou agora e não conhecia ninguém, não conhecia ninguém na cidade e eu cheguei nessa cidade. Então, assim, uma pessoa nova que vai ouvir meu problema sendo questionada (Amanda, 45 anos, branca,

heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

As falas demonstram uma tendência em entender que, para uma atuação eficaz em Psicologia, a profissional não poderia se envolver com a comunidade, ou que exclui a possibilidade da nossa atuação produzir um conhecimento no coletivo que fosse ético, e nesse sentido seria, de certo modo, prejudicial para a atuação e ética profissional residir e atuar em uma cidade onde as relações cotidianas são expostas. Essa compreensão não só lança uma problemática sobre o que as profissionais estão entendendo sobre ética profissional, como convoca a categoria a repensar as nossas atuações em cidades pequenas. A depender de como nos posicionamos frente a esses questionamentos, podemos acarretar a ausência do serviço psicológico nessas comunidades, atuações desprovidas de comprometimento ético-político, ou até mesmo, na busca incessante por profissionais que não sejam da região, em nome de uma ética profissional que parece estar automaticamente corrompida nesses contextos, já que ela deveria ser produzida de forma a garantir a neutralidade interventiva, no imaginário das colegas de profissão, dos gestores e da sociedade. O que essa tendência da “psicóloga que vem de fora” nessas comunidades está nos dizendo sobre a forma que compreendemos nossas atuações, e sobre a forma como a sociedade tem nos vistos? Ao mesmo tempo, essas profissionais confessam a crença em uma prática psicológica neutra, e atualizam a visão de um perfil profissional que teria de manter, ou resguardar, uma imagem, pressupostos resguardados por teorias limitadas a alguns poucos pensadores norte-centrados e que não se atenta a diversidade de experiências (Ramón Grosfoguel, 2016). Se a intelectualidade é um privilégio da branquitude (Paula Gonzaga, 2019) a imagem da psicóloga que habita o imaginário social é branca, cis, heterossexual, magra e parte de uma elite. Ademais, a neutralidade é um fetiche colonial, e uma ficção em favorecimento do não comprometimento da branquitude (Carla Akotirene, 2019; Geni Nunez Longhini, 2021). Não à toa Clarinda, Ane e Belonísia foram desautorizadas quando expressaram o desejo em se graduarem psicólogas.

Cabe compreendermos aqui a nomenclatura de “cidades pequenas” para nos referirmos a esses contextos. A diversidade de experiências, vivências, territórios e populações faz com que haja dificuldades em encontrar uma nomenclatura comum na literatura para se referir a essas comunidades, diante disso, alguns autores e autoras utilizarão o termo “cidades pequenas” utilizando como critério a avaliação qualitativa, que diz respeito ao número de habitantes (Pedro Fernandes, 2018). Para o IBGE as cidades pequenas são aquelas que concentram até 100 mil habitantes, entretanto o patamar mínimo e máximo para uma cidade ser considerada pequena varia entre os(as) autores(ras). Por outro lado, coadunamos aqui com

a compreensão de que a metodologia demográfica pode ser perigosa para determinar a conceituação de uma comunidade, visto que, além de não abarcar toda a complexidade de experiências presentes ali, o reducionismo coloca as cidade pequenas em uma posição de desigualdade frente aos municípios maiores, já que a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é feita conforme o coeficiente de participação a partir da quantidade de habitantes, assim, quanto maior a população, maior o coeficiente. Nesse sentido, utilizaremos a denominação de cidades pequenas não apenas para nos referirmos a comunidades que possuam até um determinado número de habitantes, apesar desse quesito também compor o cenário dessas cidades, mas ampliaremos a compreensão para localidades onde as relações cotidianas se complexificam na medida em que os vínculos são fortalecidos pela convivência diária, o que acaba por designar relações numa teia de rede familiar, onde sentimentos, valores, crenças e culturas são partilhadas de forma muito íntima.

O número mínimo ou máximo de habitantes não pode ser o elemento determinante na discussão sobre a temática das pequenas cidades. Logo, a quantidade e as discussões numéricas devem ser norteadoras, como um primeiro passo, mesmo que complexo e passível de grande discussão, para o debate. Certamente, a utilização de um número não é suficiente para entender o universo das pequenas cidades brasileiras (Pedro Fernandes, 2018, p. 19).

Veremos aqui que as cidades que compõe esse estudo variam de 1500 habitantes a cerca de 300 mil habitantes, e a designação de cidades pequenas será utilizada para todas elas, visto as narrativas apresentadas pelas interlocutoras demonstrarem a característica dos vínculos adotados nessas cidades. Cabe ressaltar, contudo, que a complexidade na atuação da psicóloga convocada por essas cidades, se ampliou na medida em que os vínculos se estreitavam especialmente em razão do menor coeficiente populacional. No capítulo 3 a discussão sobre a atuação das profissionais nas cidades pequenas abarcará contextos que variam de 1500 a cerca de 40 mil habitantes.

Diante do exposto, partindo de uma compreensão de que não só falamos do outro a partir do lugar social de onde nos sentamos, mas também ouvimos e cuidamos desse outro a partir desse lugar que nos constitui, e de que, assim como não existe neutralidade na produção do conhecimento científico, ela também inexiste dentro da atuação psicológica, esse estudo tem como objetivo principal: a compreensão interseccional da atuação das psicólogas dentro do campo das políticas públicas em cidades do interior de Minas Gerais, demarcando como seus marcadores identitários de território, raça, classe, gênero, sexualidade, relações de trabalho, etc. atravessam, potencializam, reduzem, e produzem, suas atuações. Visa, para isso, 1) compreender como psicólogas que atuam em cidades pequenas estão produzindo suas

atuações diante das dificuldades e imaginários coloniais do que seria a Psicologia 2) analisar suas compreensões acerca de sofrimento psíquico, e em que medida se aproximam ou afastam da compreensão de sofrimento racial e encruzilhado nos contextos interioranos 3) a racialização ou possibilidade da não racialização de seus corpos, e o quanto suas brancuras ou vivências de racismo impactam nas suas atuações; 4) o agenciamento dos seus próprios sofrimentos e das demandas dos sujeitos alvo de sua atuação *psi* dentro dessas comunidades; assim como 5) quais possíveis estratégias de resistência frente aos ataques sofridos no campo das políticas públicas elas têm desenvolvido como estratégias de gerência, visto a Psicologia um campo político e não neutro. Em um deslocamento do individual para o coletivo, pretende-se dialogar com suas histórias e seus pertencimentos psicopolíticos para compreender qual psicologia tem produzido; a partir de quais premissas e considerando quais sujeitos.

Sigo em busca das interlocutoras que poderiam nos dar pistas que auxiliassem na compreensão dos questionamentos apontados, iniciando a busca pela cidade onde cresci. Encontro Belonísia, Flávia, Ane, Luiza, Borboleta, Fabiana, Clarinda e Amanda, algumas das principais autoras dessa escrita, e são com suas histórias afetivamente cedidas, entrelaçadas as minhas e a tantas outras, como a dos autores e autoras que participam dessa tessitura, que buscarei construir sentidos para a narrativa que seguirá adiante. Antes, assim como iniciei falando dos meus atravessamentos e de como eles vão formando de onde eu falo, peço licença às interlocutoras para também às apresentar, sem, contudo, pretender esgotar tudo o que são.

Essa é uma tarefa importante, pois conforme cada uma foi narrando o lugar de onde veio, como veio, porque veio, ou seja, conforme foi sendo construída uma imagem através dos rastros de quem falava, ia ali se apresentando uma subjetividade totalmente atrelada à suas constituições enquanto psicólogas. Esse é o fio de compreensão que gostaria de apresentar-lhes nos próximos parágrafos.

Início apresentando Clarinda, a primeira interlocutora a aceitar ser entrevistada. Clarinda tem 25 anos, é heterossexual, solteira, formada há menos de 2 anos por uma universidade privada no interior de Minas Gerais, atua na Política Nacional de Assistência Social - PNAS desde sua formação. O Centro de Referência em Assistência Social - CRAS onde atua se localiza em uma cidade com menos de dois mil habitantes, e é a cidade onde ela cresceu e mora com a família. Clarinda e eu já nos conhecíamos, mas nunca havíamos compartilhado nossas histórias. Nós crescemos na mesma cidade e temos poucos anos de diferença nas idades. Clarinda, nome escolhido por ela em homenagem a sua avó, retorna prontamente ao convite, e já na mensagem afirma que é uma mera aprendiz, e que não saberia se conseguiria responder tudo. A tranquilizo e digo que sua participação seria muito importante.

Quando nos encontramos, antes de iniciar as entrevistas, Clarinda demonstra estar um pouco nervosa, e retorna ao questionamento sobre o receio de responder errado. Fico me perguntando sobre o que o receio de Clarinda pode nos dizer, e se estaria relacionado a uma imagem deixada pela academia de que certo e errado são construções necessárias ao saber. Quem sabe certo? Ou, retomando ao que nos aponta bell hooks (2013), qual língua é a correta? A única possibilidade de língua dada para a formação foi a língua do colonizador, e Clarinda, jovem que se autodeclara parda, filha de empregada doméstica, sentiu em sua formação que algumas coisas eram autorizadas, mas tantas outras, como a própria formação em Psicologia, parecia errado, ou não pertencente a sua realidade:

E quando eu tinha 17 anos eu lembro de comentar com algumas pessoas “nossa eu quero fazer psicologia”, só que todo mundo falava “nossa, mas não tem nada a ver não é seu perfil e tal”. Só que eu falava “gente é meu sonho, é minha vontade, é meu desejo que eu tenho, então por que não fazer? Querendo ou não era eu que ia vivenciar isso também, né? (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

Ao longo dos seus 25 anos, Clarinda sente seu corpo colonizado pelo outro, aquele que se acha no direito de dizer ou não qual seu perfil. Entretanto, Clarinda não é a única a se sentir desautorizada a se tornar Psicóloga, Ane e Belonísia, outras duas interlocutoras, também relataram algo semelhante:

Então, foi bem complicado. Assim, um dos preconceitos maiores foi a questão da idade, né? Assim eu, aos 56 anos, entrar numa turma com alunos de, de alunos de 17 anos, 18 os mais velhos, tinham 23. Então você já entra assim: não é o seu lugar (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

[...] eu decidi que eu ia prestar Terapia Ocupacional. Porque, eu não ia passar em Psicologia... e aí me ligaram e já era umas 6 horas da tarde; aí a moça falou se eu tinha interesse tal na vaga de psicologia... aí eu falei assim, não, eu tenho interesse e tal. E eu estava com as meninas, né, que eu andava. Só que eu não acreditei porque a moça falou... eu não acreditei, eu: moça, cê está falando sério? Deu certo mesmo? Ela não deu vem aqui tal dia pra fazer a matrícula. Eu só acreditei no dia que eu fui lá e a moça falou que era real (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

Ane tem 56 anos, heterossexual, divorciada, mãe de dois filhos, se formou em Psicologia há menos de 3 anos em uma universidade pública no interior de Minas Gerais, mas já possuía uma graduação em Pedagogia. Atua na política pública de saúde mental e na educação pública desde sua formação. Às instituições onde Ane atua, o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, e o conservatório municipal, se localizam em uma cidade com menos de cem mil habitantes. Ane é uma mulher parda que entrou na graduação em Psicologia aos 49 anos, tendo sua formação fortemente marcada pelos entrecruzados entre racismo e etarismo. Eu e Ane nos conhecemos na graduação, contudo, foi após minha formação que estreitamos

nossos laços. Moramos juntas, e foi a partir das histórias de Ane e de uma outra amiga que dividia o apartamento conosco, mulher negra e lésbica que também cursava Psicologia, que as primeiras compreensões acerca das diferenças na formação foram aguçadas em mim. Foi com angústia e, devo dizer, estranheza, que ouvia histórias de racismo, assédio, psicofobia, lesbofobia, violência institucional, dentre tantas outras violências praticadas por professores e alunos, os quais também faziam parte do meu cotidiano, mas que, evidentemente se apresentavam de formas distintas a mim e outras colegas brancas. Ao longo dessa escrita os laços entre eu e Ane serão retomados.

Belonísia, 28 anos, mulher negra, heterossexual, atuou no CAPS de sua cidade, a qual possui cerca de trezentos mil habitantes, a maior cidade de atuação presente na pesquisa. É militante da luta antimanicomial, e possui uma longa trajetória na saúde mental desde a graduação, que foi realizada em uma universidade pública na mesma cidade onde nasceu e atuou, a mesma instituição onde Ane e eu nos formamos. Nossa proximidade se deu quando nos reencontramos durante um congresso de Psicologia, ambas já formadas. Durante a realização do VI Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em novembro de 2022 na cidade de São Paulo, Belonísia esteve presente em uma mesa de discussão sobre a importância da Psicologia no letramento de gênero, onde uma das conferencistas era Paula Gonzaga, orientadora e autora dessa pesquisa. Paula inicia sua fala perguntando quantas psicólogas negras existiam naquele lugar, evidenciando que *psis* negras ainda eram minoria, mas eram presentes e resistiam. Ao longo de sua fala foram abordadas questões relevantes sobre relações étnico-raciais e a intersecção com gênero, e o encerramento se deu pela leitura do texto de Audre Lorde – mulher norte americana de ascendência caribenha, escritora feminista e ativista dos direitos civis e homossexuais - apresentado na Conferência *do New York University Institute for the Humanities* em 1979<sup>3</sup>. Os aplausos se deram de pé. Foi após esse evento que eu e Belonísia iniciamos uma longa conversa sobre nossos percursos durante a graduação, encruzilhadas que em muitas vivências se afastam, e o quanto ela se sentiu contemplada pela fala de Paula. Algumas semanas depois, Belonísia me enviou uma mensagem se disponibilizando a contribuir com a pesquisa.

Clarinda, Ane e Belonísia parecem nos dizer que existe um lugar demarcado sobre o estereótipo da Psicóloga, que perpassa pela identidade racial, pela idade e pela classe social. Marcadores que parecem produzir um discurso de não lugar, ou de estranheza, quando não são

---

<sup>3</sup> Para mais informações, acessar: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>

reproduzidos dentro do espaço acadêmico. A Psicologia, espaço majoritariamente branco, tanto em sua composição racial, quanto em seus pressupostos teórico-científicos é marcada pela branquitude. 89% da categoria são mulheres, das quais 67% são brancas (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013), corroborando com o que nos aponta Paula Gonzaga (2019), de que a intelectualidade sempre foi uma possibilidade a branquitude, enquanto mulheres negras foram expropriadas de suas afetividades, intelectualidade e ancestralidade. O maior percentual de mulheres negras e pardas se encontram em trabalhos como o serviço doméstico, cozinheiras, passadeiras, ou seja, trabalhos que envolvem a reprodução social e que são feminilizados (Maria Aparecida Bento, 1995). Em 2022 a realidade da mulher negra, apesar de um novo cenário graças às ações afirmativas, ainda gera certa preocupação. Às ações afirmativas se refletem no salto de mulheres negras em idades economicamente ativas, que passou de 26% em 2012 para 28,3% em 2022, contudo, a participação no mercado de trabalho, que é obtida pela razão entre a idade economicamente ativa e a idade para trabalhar - considerando aqui trabalho como aquele realizado dentro da formalidade - ainda é menor quando comparada a demais grupo demográficos<sup>4</sup>. Ademais, em pesquisa realizada em 2013, psicólogas negras ainda recebiam salários mais baixos quando comparadas a psicólogas e psicólogos brancos (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013). Clarinda, Ane e Belonísia estão entre os menos de 40% de psicólogas não brancas. Contudo, as interlocutoras dão a volta na folha, transgridem a língua (bell hooks, 2013), e se formam psicólogas, rompendo com o ciclo de dominação da branquitude em espaços de poder, entretanto, não sem vivenciar resistências. Foi apresentada a grande parte das interlocutoras poucas possibilidades de referências teóricas durante a graduação, que englobam em sua maioria autores do norte global, como é o caso da Psicanálise Freudiana e Lacaniana e a Terapia Cognitivo Comportamental, uma espécie de monocultura do saber (Geni Nunez Longhini, 2021):

Aí eu pensei nossa eu acho que vou pra Psicanálise, porque só tinha essas opções, e eu não me identifico com as outras duas, não existe mais além né... Então tinha que ser da psicanálise o estágio da clínica, como se a clínica pudesse ser feita só pela psicanálise né (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

E aí eu lembro que mais pro final do período eu fui num grupo e aí, eu tinha certeza que eu ia pegar a dependência nessa matéria da K., porque eu não entendia nada do que ela falava... E aí, tipo, por exemplo, a aula de filosofia, né, A gente falava sobre vários filósofos, né? E a galera da sala “não, eu já li Nietzsche, eu conheço, não sei que livro, não sei qual, qual livro” ... eu, assim, nunca nem tinha lido esses livros. Eu ficava: será que era para mim ter lido esses livros; o que que aconteceu, né? E vários livros clássicos que povo é recomendava... e eu ficava tipo: hã. . . eu achava estranho assim, sabe? Eu ficava meio que me sentindo... que eu tipo... não sei,

---

<sup>4</sup> Para mais informações acessar: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>

que eu tinha menos conhecimento que aquelas pessoas, né (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

As áreas mais concorridas eram clínica, né? E psicanálise e comportamental (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

Os professores daquela época, né? Eles trabalhavam muito. Estava começando o TCC e era...né? Para eles, os meus professores todos vinham de Uberlândia. E já vieram com essa abordagem nova até então trabalhava somente a psicanálise... era foco na psicanálise... (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

Belonísia é o nome escolhido pela interlocutora em homenagem a personagem de Itamar Vieira Junior no livro *Torto Arado* (2019). Belonísia perde a língua após ela e a irmã, Bibiana, encontrarem a faca que pertencia a avó Donana, colocando o objeto na boca, experimentando o fio de corte que tem gosto de sangue (Itamar Vieira Júnior, 2019). Ao longo do romance, Belonísia, mulher negra e quilombola, aprende a se comunicar de diferentes formas, se faz ser entendida, embora o silenciamento concreto e simbólico tenha sido uma imposição em sua vida pelas violências sofridas pelo marido, e pelas tentativas das relações de poder capitalistas e racistas de expropriar dela o próprio chão, a terra onde ela, sua família e diversas outras famílias quilombolas tiravam o custeio da vida (Itamar Vieira Júnior, 2018). Tal como a Belonísia do romance, a interlocutora também é atravessada por silenciamentos simbólicos que se materializam em sentimentos de não saber e de não lugar, pelo fato de não falar a língua do opressor, uma espécie de lei dada como única possibilidade de fala (bell hooks, 2013). Contudo, também assim como a Belonísia de *Torto Arado*, a Belonísia dessa pesquisa também cria outras formas de se comunicar, como numa espécie de resgate a sua própria língua, buscando através do campo da saúde mental a resistência necessária para seguir adiante:

E inclusive, são poucas pessoas que conseguem estar na saúde mental e lidar, mas eu tenho muita facilidade para lidar com casos graves. E, eu fico até pensando: nossa, por que, né? Mas tenho muita facilidade e eu também gosto, né? De, de cuidar desse tipo que sofrimento, né? E aí fiz o meu TCC. Também na saúde mental... foi sobre a formação de saúde mental. Então fiz grupo focal com estudantes que tinham passado por projeto de extensão, liga acadêmica, atividades na saúde mental, né? (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

Segundo bell hooks (2013), temos de aceitar que não precisamos e nem podemos conhecer tudo o que é dito, não precisamos dominar o que o outro nos diz, fragmentos de escuta, escrita e fala também são necessários para uma construção com o outro, pensamento que se afasta das lógicas de ensino dentro da academia. Os referenciais teóricos citados pelas interlocutoras são eurocentrados, configurando-se numa espécie de ode às matrizes teóricas do Norte, o que, além de reduzir a um público seletivo a compreensão daquela língua, ainda restringe

a outras possibilidades de produções, especialmente as latino-americanas. Ramón Grosfoguel (2016), evidencia que o conhecimento das universidades ocidentalizadas está concentrado a partir da visão de poucos homens de cinco países do norte: Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos, influenciando, a partir de processos históricos de colonização e extermínio, na formulação de um monopólio do saber.

Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente (Ramón Grosfoguel, 2016, p.27).

Os epistemicídios causados a partir da negação de outros saberes é um projeto colonial de homogeneização das experiências, o que gera a compreensão simplista de processos complexos causadores de sofrimento psíquicos (Geni Nunez Longhini, 2021; Paula Gonzaga, 2019). As falas das interlocutoras corroboram com a pesquisa realizada pelo CFP, onde foi constatado que Freud é a principal referência na formação e atuação de psicólogas, com 28%, seguido por outros dois psicanalistas, Jung e Lacan. No geral, 48% citam a Psicanálise como sua principal abordagem (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013). A partir desse dado, temos uma pista importante da Psicologia que estamos produzindo: branca, eurocentrada e heteronormativa (Paula Gonzaga, 2019).

Certamente, ao se deparar com um convite vindo de uma pesquisadora branca, Clarinda, Ane e Belonísia acionam gatilhos de violências racistas e classistas vivenciadas ao longo da vida, incluindo o espaço de privilégio do meio acadêmico. Ademais, a raça é um marcador que acarreta vivências de formação distintas entre eu e as interlocutoras citadas. Enquanto meus privilégios permitiram que eu entrasse em uma universidade pública e mudasse de cidade, Clarinda frequentou uma universidade particular, tendo que conciliar trabalho e estudo, numa rotina de deslocamento entre as cidades todos os dias, rotina comum para os jovens que almejam um curso superior na cidade onde eu e Clarinda crescemos. Belonísia e Ane demonstram como suas graduações foram atravessados pela raça e pelo etarismo, constituições causadoras de sofrimento psíquico:

Via as pessoas próximas de mim, né, uma tinha passado num concurso, a outra também estava trabalhando no Magazine Luiza, né... na verdade. E aí, é... eu sempre ficava pensando né, o que eu ia fazer... mas, eu sempre pensava em prestar residência... eu acho que acabou, que eu fui assim, não me afastando total, né? Mas assim eu só trabalhava. Era isso que eu fazia. Eu só trabalhava, estava muito cansada (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

Então, a entrada e a saída da universidade foram bem complicadas, assim.. pra te falar a verdade, eu tenho pesadelos até hoje. Eu acordo no meio da noite, a sensação que eu que eu não consegui terminar, que eu tô entregando o TCC, aí eu desperto e falo: não, acabou! Passou. Você já tem

CRP. Eu tenho essa sensação até hoje, ainda não passou... até conversei com um amigo ontem sobre isso, porque foi uma coisa, assim, muito difícil mesmo e marcou e eu preciso até de uma terapia mesmo para dar conta disso (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

As interlocutoras nos dão pistas de que o sofrimento psíquico durante a graduação e as vivências após a formação, como entrada no mercado de trabalho e em cursos de pós-graduação, são permeados pelas violências de raça e classe. É extremamente fundamental essa compreensão dentro da formação em Psicologia, visto que na atuação profissional nossos determinantes produzirão nossas atuações, e a forma como compreendemos o sofrimento psíquico é também a forma como gerimos e gestamos o sofrimento em nós (Paula Gonzaga, 2019; Ueslei Solaterrar, 2020).

Partindo dessa compreensão, psicólogas negras e indígenas não estão na mesma localização social que psicólogas brancas, seja devido aos itinerários percorridos até o acesso a instituições de ensino brancas, seja pela resistência frente a garantia da vivência de sua intelectualidade, seja pelo racismo institucional insistentemente presente nas instituições de ensino, seja pela minoria dentro de uma profissão que expressa a branquitude no próprio estereótipo da psicóloga. Portanto, a localização social que ocupam estará presente nas suas atuações, da mesma forma que psicólogas brancas partem de outros itinerários privilegiados, segundo Paula Gonzaga (2019) é necessário problematizar o lugar de fala da branquitude “pela limitação que seus privilégios construíram, pelo projeto político de morte que alimenta e pela negativa do potencial ancestral que as pessoas negras lutam para conservar” (Paula Gonzaga, 2019, p.39). Nesse sentido, compreende-se que a atuação em políticas públicas não só é marcada pela necessidade de intervenção junto a sujeitos em vulnerabilidade e/ou sofrimentos psíquicos, como será atravessada pelas próprias vulnerabilidades e sofrimentos destas profissionais.

Para a compreensão do lugar social de onde falam as psicólogas atuantes em políticas públicas será utilizado o conceito de lugar de fala, partindo do *feminist stand point* ou ponto de vista feminista, uma das contribuições do feminismo negro, a partir de pesquisadoras como Patrícia Hill Collins. A partir da teoria do ponto de vista feminista é possível dizer do lugar de fala, sendo esse um dos objetivos do feminismo negro: marcar quem fala e de onde fala, o que nos proporciona entender realidades implícitas dentro do sistema hegemônico (Djamila Ribeiro, 2019). Ao dizer do lugar de fala, a autora afirma que:

Não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa. Acreditamos que este surge a partir da tradição de

discussão sobre *feminist standpoint* – em uma tradução literal “ponto de vista feminista” - diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial (Djamila Ribeiro, 2019, p. 33).

É importante ressaltar que o conceito de lugar de fala não se resume em dizer de experiências individuais, embora elas também sejam importantes para as localizações, mas especialmente de experiências políticas de grupos que, por compartilharem de vivências similares, vivenciam a opressão em lugares sociais parecidos (Djamila Ribeiro, 2019; Paula Gonzaga, 2019). Nesse sentido, as localizações sociais são condições sociais que atravessam determinados grupos, e que impedem que tenham acesso efetivo de seus direitos, enquanto outros grupos são privilegiados (Djamila Ribeiro, 2019). Assim, ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca “por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma” (Djamila Ribeiro, 2019, p. 35).

Falar a partir de lugares de fala é convocar sujeitos em posições de poder a pensarem suas localizações, evidenciando que esses grupos não são universais e possuem lugares com um alcance analítico finito, assim o fundamental é que enxerguem as hierarquias produzidas a partir de seus lugares e como isso afeta grupos subalternizados, uma vez que o saber localizado é fundamental para que nosso solo intelectual não se torne infértil (Djamila Ribeiro, 2019; Karla Adrião, 2015), e aqui nos interessa semear cosmovisões. A reverenciação de um conhecimento universal, através de um “eu” que se diz neutro e não situado dá lugar ao mito da egopolítica do conhecimento, um saber que pode se dizer replicável a todas as experiências, desconsiderando que só falamos a partir daquilo que vivemos e percebemos (Ramón Grosfoguel, 2016). Dessa forma, convocar as psicólogas a falarem a partir de seus lugares sociais é romper com o silenciamento dessa categoria que, embora já ocupem uma posição de privilégio intelectual, tal posição não é ocupada da mesma forma, produzindo atuações distintas. “Só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz” (Djamila Ribeiro, 2019, p. 51), e essa voz é branca e heteronormativa.

Nós, pesquisadoras brancas, fomos educadas pelo poder dos privilégios, como nos chama a atenção Karla Adrião (2015), e esse poder nos colocou em uma posição daquela que nomeia, dentre tantas outras coisas, a raça (Maria Aparecida Bento, 2002). Esse lugar de poder socialmente dado a mim esteve presente durante os encontros com as interlocutoras, especialmente no que diz respeito ao questionamento da autodeclaração racial: “assim Natanna, não sei se tá certo ou se mudou, mas eu me identifico como Parda” (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social). Outra interlocutora questionou enquanto voltava o olhar para

mim: “acho que branca né? Ou parda?” (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Borboleta tem 42 anos e mais de 20 anos de formada, é heterossexual, casada, mãe de três filhos, atuante na Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, e assim como Clarinda, se formou em uma universidade privada no interior do estado. Conheço Borboleta por sua atuação na Unidade Básica de Saúde - UBS, também localizada na cidade onde cresci, contudo, diferente de mim e Clarinda, Borboleta veio para a cidade a trabalho e com o passar do tempo, construiu uma família e se mudou para a cidade, evento que ela relaciona como um marcador para mudanças na sua relação com o trabalho: “então quando eu vim pra cá eu não era daqui, então tinha essa confiabilidade “bom ela não é daqui, ela não vai levar, né”? Mas eu casei, vim pra cá, então eu me tornei daqui né...” (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica)

Enquanto pesquisadora branca me espanto com as autodeclarações raciais de Clarinda e Borboleta. Como nos ensina Karla Adrião (2015), é preciso que nós, pesquisadoras brancas, nos movimentemos do nosso lugar de privilégio e reconheçamos as violências que perpetuamos. Acredito, assim, que as minhas percepções de leitura racial tenham sido racistas, já que Clarinda me pareceu menos negra ou parda, pelo alisamento dos cabelos. Alisar o cabelo na sociedade brasileira não pode ser visto apenas como um exercício de beleza, mas também pode ser considerado como um modo de mover-se na escala classificatória da cor, tornando-se menos negro, essas experiências são traumáticas diante as exigências de domesticação dos cabelos crespos, produzindo sofrimento psíquicos em decorrência da não aceitação de suas identidades (Fernando Ferreira, 2020; Ângela Figueiredo, 2015; Paula Gonzaga, 2019).

Borboleta me pareceu receosa em se autodeclarar como branca ao se deparar com a imagem de uma pesquisadora com traços branquíssimos, o que coaduna com os apontamentos de Lia Vainer Shucman (2002), de que a branquitude é marcada por uma série de controvérsias, estabelecendo hierarquias dentro da própria categoria. Importante ressaltar os abismos existentes na percepção entre ser parda ou ser branca, como apresentado na fala de Borboleta, e as problemáticas acerca da categoria parda. Ângela Figueiredo (2015) nos chama atenção para a importância da posicionalidade no discurso, já que foram empenhados inúmeros esforços pelo mito da democracia racial junto à mestiçagem, compondo um mecanismo não binário de diluição da cor.

Existe um ganho político na afirmação da identidade negra, em oposição a identidade parda, como “a conquista de direitos e o empoderamento de pessoas negras, que somente ocorreu após os anos 1970, com a desarticulação da celebração da mestiçagem e do uso de termos identitários branco-negro no modelo político bipolar” (Ângela Figueiredo, 2015, p. 156). O mito da democracia racial faz parte das estratégias de negação do privilégio racial, perpetuando uma falsa ideia de harmonia racial baseada na mestiçagem, ambas sustentadas pelas produções de Gilberto Freyre (Geni Nunez Longhini, 2021), sendo esse um dos objetivos do racismo, homogeneizar as diversidades, provocando um sistema de monoculturas, da fé, da sexualidade, dos afetos etc. (Geni Nunez Longhini, 2021) impondo saberes únicos, gerando o apagamento da diversidade étnica-racial. O mito da democracia racial é o responsável pela nossa cegueira ao racismo, seja em relação ao racismo institucional, seja em relação a culpabilização de negros e negras pelas experiências de vulnerabilidade a qual são submetidos (Claudia Mayorga, 2013a). A autora aponta que “o principal problema do mito é que ao romantizar o encontro entre as raças, encobriu que esse encontro tão celebrado se deu de forma violenta, forçada e dentro de uma hierarquia de poder muito forte” (Claudia Mayorga, 2013a, p.186).

Como forma de marcar a identidade negra, em oposição a ficção romântica da convivência entre negros e brancos, imposta pela branquitude, a autodeclaração racial é uma importante ferramenta de combate etnocida (Geni Nunez Longhini, 2021) nesse sentido, o colorismo se situa enquanto uma estratégia de inviabilização das desigualdades existentes entre corpos brancos e corpos negros, na medida que colabora para o apagamento estatístico da população negra. Há um esforço do racismo em unificar os povos sob a mesma designação de brasileiros (Geni Nunez Longhini, 2021).

Diferente de Clarinda, Borboleta, Ane e Belonísia, as interlocutoras Fabiana, Luiza, Amanda e Flávia não hesitaram em se autodeclararem como brancas. Existe uma certeza, e talvez um fetiche na autodeclaração racial enquanto branca, já que ser branco garante privilégios simbólicos, como um ideal de beleza, bondade, inteligência etc. (Lia Vainer Shucman, 2002). Enquanto decide entre o que é bom e o que é ruim, a branquitude remete ao negro tudo o que é considerado como Outro, desprovido de intelectualidade, próximo a natureza e aos animais, e tudo que remete ao branco é considerado universal, intelectual, próximo a razão e próximo a ideia de deus, entendendo aqui o Outro como aquele que, apesar de participar da constituição do eu, é intrinsecamente negado pelo ser, o que implica, através de uma leitura psicanalítica, no rebaixamento do Outro pelo eu hegemônico, para que se dessa sua inserção na sociedade (Aparecida Sueli Carneiro, 2005; Geni Nunez Longhini, 2021).

Segundo Maria Aparecida Bento (2002, p. 2) “a branquitude é um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carrega valores de experiências, de identificações afetivas, que acabam por definir a sociedade”. A brancura, por sua vez, é vista como algo natural, como um corpo não racializado, ora invisível, como se fosse um corpo que não marcasse diferenciações (Lia Vainer Shucman, 2002).

Nesse sentido, falar de psicólogas negras ou pardas e de psicólogas brancas, exige uma sensibilidade interseccional, já que seus marcadores identitários definirão vivências distintas durante a graduação. “Relacionar gênero, raça e classe para a compreensão da experiência das mulheres psicólogas é um esforço analítico e político que deve ser tomado por nós como prioridade” (Claudia Mayorga, 2013a, p.192). Invocaremos, para tanto, a ferramenta ancestral da interseccionalidade (Carla Akotirene, 2019). O feminismo negro utiliza a interseccionalidade não apenas como ferramenta metodológica, mas como ferramenta ancestral, construída diante do sangue derramado em águas atlânticas, sendo, portanto, uma orientação de práticas e condutas que combatem o fetiche epistemicida, responsável pelo apagamento de clivagens de raça, classe, gênero e heterocisnormatividade das nossas produções, e como fetiche, é quase sedutor cair nesse lugar, ao mesmo tempo em que desnuda as falsas vulnerabilidade da branquitude (Carla Akotirene, 2019). Embora o termo tenha sido cunhado por Kimberlé Crenshaw dentro do Direito Moderno em 1989 (Carla Akotirene, 2019), feministas negras já chamavam a atenção para a não universalização da mulher, como Sojourner Truth, mulher negra que fora escravizada, em seu discurso na *Women’s Rights Convention* em Akron do de 1851<sup>5</sup>.

Fabiana tem 26 anos, 5 anos de formada em uma instituição privada o interior de Minas Gerais, atuante na PNAB há dois anos, é heterossexual, casada, e estava grávida no momento da entrevista. Fabiana e Borboleta atuam na mesma UBS, mas Fabiana não reside na cidade onde atua. Flávia tem 30 anos, heterossexual, solteira, é psicóloga atuante na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, no CRAS de uma cidade com menos de trinta mil habitantes desde sua formação, que se deu há menos de 10 anos em uma universidade pública no interior do Estado. Flávia não reside na mesma cidade em que atua. Luiza tem 31 anos, heterossexual e casada, mãe de uma filha, se formou em uma universidade privada no interior de Minas Gerais há menos de 10 anos, atua na PNAS, no CRAS de uma cidade com menos de cem mil habitantes há 2 anos. Amanda tem 45 anos, heterossexual, divorciada, mãe de dois filhos, formada há menos de 10 anos também em uma universidade privada, atua na PNAS, no CRAS em uma

---

<sup>5</sup> Para mais informações, acessar: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

cidade com menos de dez mil habitantes há cerca de 5 anos. A vivência da maternidade são marcadores que parecem atravessar a relação com o trabalho das interlocutoras que são mães:

[...] não é muito fácil porque o emocional da grávida fica muito abalado né, e a gente sabe que é uma profissão que a gente precisa ter muita inteligência emocional, pra não poder pegar aquilo pra gente, então sempre fiz terapia, que é o que ajuda, ajuda muito, mas tem dias que a gente não tá bem, mas é um desafio, eu tô passando muito bem na gravidez, já são 7 meses que eu consegui tá vindo e mantendo o contato com os pacientes, assim, alguns foram afetados né, porque às vezes a gente precisa desmarcar e tudo mais, mas a gente sempre tenta dar aquele apoio e tá próximo (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

[...]o dia que eu descobri que estava grávida, né então desde o dia que eu descobri que tava grávida eu já pus na minha cabeça que eu tinha que diminuir os atendimentos porque eu não saberia como ia ser e se eu iria conseguir manter, a minha ideia era manter, era manter o consultório, as duas coisas, só que a hora que a gente vivencia a prática é outra coisa né? (Luiza, 31 anos, branca, heterossexual, casada, formada há menos de 10 anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

E eu comecei a fazer o vestibular, eu prestei vestibular na UFU. E logo que eu fui aprovada na primeira fase, eu descobri que estava grávida. Optei por voltar, criar meu filho e depois retornar pra faculdade... fui prestar esse vestibular na UFU, né? E nesse, nesse intervalo eu resolvi ficar com meu filho logo após eu me casei e tive uma outra filha. Imediato que eu tive esse outro filho, filha, eu volto pra faculdade, né? (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

[...] então eu fui cuidar da minha filha, foi um tempo de cuidar mais da família, depois eu fiz essa especialização, logo que eu me casei (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Segundo pesquisa realizada pelo CFP, em relação a filhos, a maioria das psicólogas se tornam mães após os 30 anos, sendo que 38% afirmam já terem perdido oportunidades profissionais por conta dos filhos; 26% são auxiliadas por babás ou empregadas domésticas; 64% dedicam de uma a duas horas semanais ao trabalho doméstico, média abaixo da realidade brasileira, onde as mulheres dedicavam, em 2009, em média 22 horas semanais a esse tipo de trabalho; 53% dividem o trabalho doméstico com uma pessoa paga para isso (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013). Luiza e Amanda são nomes escolhidos pelas interlocutoras em homenagem a suas filhas.

Não pretendo aqui adentrar nas discussões que envolvem a relação entre trabalho e maternidade, mas não poderia deixar de citar essa importante intersecção entre a raça, a maternidade e a vida profissional. Gênero, trabalho e maternidade são majoritariamente marcadores de privilégios para mulheres brancas, por isso o feminismo hegemônico se ocupou em grande parte em discutir as demandas entre gênero e o mercado de trabalho. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), mudanças significativas na perspectiva quanto as relevâncias das

diferenças dos gêneros já foram alcançadas, mas até o momento, os mesmos esforços não foram feitos para incluir questões relativas a discriminação raça.

As experiências de maternidade de mulheres brancas certamente atravessam suas relações de trabalho, como relatam as interlocutoras, e podem ser marcadores de sofrimento psíquico, contudo, existe uma relação indissociável entre desigualdade social e maternidade, em que o principal alvo são mulheres negras (Sabrina Finamori, 2018). Ademais, é de fundamental importância a compreensão da psicologia como um lugar de privilégios sociais, em que a designação do trabalho doméstico, incluindo os cuidados maternos, a outra mulher nos convoca a discussão de raça dentro da categoria. A figura da empregada doméstica no Brasil desvela a superioridade entre as classes, representada pela patroa branca e pela doméstica negra, que exerce os cuidados fundamentais para a vida em cima de remunerações indignas (Paula Gonzaga & Viviane Cunha, 2020). A criação de crianças brancas por mulheres negras fez parte do projeto colonial de fundação da nação (Paula Gonzaga, 2019).

Cabe destacarmos, ainda, que às vivências da maternidade para grande parte das psicólogas, se difere da maternidade vivida por muitas mulheres que chegaram aos serviços públicos. As demandas complexas que surgem dentro das políticas públicas, como as questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, têm sido negligenciadas por psicólogas dentro das instituições (Paula Gonzaga, 2019). Corroborando com as afirmações, a recente problemática da retirada de bebês em Belo Horizonte – MG, em 2014, evidencia como o direito a maternidade é questionado quando se trata de mulheres negras:

O juiz defendia, a partir do artigo 19 do ECA, o direito da criança em viver em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes e argumentava que os profissionais de saúde que omitissem o nascimento de crianças, filhas de “dependentes químicos”, estariam cometendo omissão de socorro (Sabrina Finamori, 2018, p. 10).

A maior parte das mulheres, que tiveram bebês violentamente retirados, algumas em situação de rua, eram negras. Apesar desse acontecimento ter ganhado proporções nacionais, profissionais relataram que essa prática já era comum dentro das instituições, mesmo antes da medida. Embora tenha sido suspensa em 2017, após diversas reivindicações sociais, existem relatos de que a prática continua a acontecer dentro das maternidades e Unidade Básicas de Saúde de Belo Horizonte (Sabrina Finamori, 2018). Cabe-nos questionar o silenciamento da nossa categoria diante dos atravessamentos psicossociais que mulheres negras e pobres têm vivenciado em sua saúde reprodutiva, o que tem feito com que a escuta a essas mulheres não esteja levando em consideração as diversas violências que elas vivenciam durante o parto, em abortos ou mesmo na experiência da maternidade (Paula Gonzaga, 2022a). São situações como essas que corroboram para a importância de estudos que viabilizem o questionamento acerca

das práticas profissionais como atravessadas por concepções individualistas, já que dentro dessas instituições a psicóloga é uma das profissionais de quem se demanda a elaboração de documentos que podem viabilizar, ou não, a retiradas de bebês de suas mães. Para Paula Gonzaga (2019):

A psicologia inserida nas políticas públicas – aqui em destaque as políticas públicas de saúde sexual e saúde reprodutiva – não deve se manter alienada das discussões que escancaram o aspecto psicossocial de produção de sofrimento mental, negando os efeitos do racismo, do sexismo, da lesbo-trans-homofobia, da xenofobia, do etarismo, do classicismo nas experiências de sujeitos que têm vivenciado essas violências cotidianamente (p. 4).

Enquanto psicólogas brancas se preocupam em lidar com a sobrecarga ocasionada por trabalho e maternidade, especialmente em um contexto hetero-patriarcal-capitalista, em que a reprodução social é designada às mulheres, grande parte das mulheres negras ainda buscam a entrada no mercado formal. Segundo dados da reportagem “A participação das mulheres negras no mercado de trabalho”<sup>6</sup>, realizada em 2022, a partir dos microdados da PNADC/IBGE, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais em 2022, e dos 48,8 milhões de mulheres negras brasileiras apenas 51% está no mercado de trabalho, incluindo aqui a busca por emprego e o trabalho autônomo.

Essa realidade se acentuou ainda mais no período pandêmico. Enquanto mulheres brancas ficavam em suas casas cumprindo o isolamento social, protegendo seus corpos e os dos seus do contágio do vírus, mulheres negras cumpriam rotinas de trabalho doméstico e trabalhos autônomos, visto que a maior parte da população que exerce trabalho informal são pessoas negras, não podendo nos faltar a memória quem foi a primeira vítima de coronavírus no Brasil: Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica desde os 13 anos, faleceu com 63 enquanto exercia sua função, uma vez que não lhe foi concedido o direito ao isolamento social por sua patroa (Paula Gonzaga & Viviane Cunha, 2020).

Por isso, precisamos lembrar de cada uma das vítimas da Covid-19 e admitir que boa parte delas é vítima não apenas do novo agente do coronavírus, mas, principalmente, do racismo estrutural que coloca pessoas indígenas e negras em posições de maior vulnerabilidade, aumentando a suscetibilidade ao contágio daquelas que têm menor acesso às possibilidades de prevenção e tratamento; além de acentuar fragilidades, inseguranças e desamparo na obtenção de meios de sobrevivência àqueles que já se encontravam alijados de direitos básicos (Paula Gonzaga & Viviane Cunha, 2020, p. 4).

A violência doméstica também se intensificou no período pandêmico, já que muitas mulheres ficaram isoladas em casa com seus agressores, dificultando o alcance do cuidado ofertado pelas políticas públicas, levando muitas vítimas ao suicídio, abandonadas pelo poder

---

<sup>6</sup> Para ler a reportagem na íntegra acessar: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>

público, ficaram sem nenhum tipo de cuidado (Cláudia Camilo et al., 2021) sendo estas em sua maioria mulheres negras. Quando não são mortas por seus agressores em suas casas, mulheres negras são mortas fora delas por outros reflexos da colonialidade, como pelo cumprimento de rotinas de trabalhos que não lhes resguardam o mesmo cuidado que ofertam, ou pelo descaso do poder público em destinar um cuidado ético político a elas.

O cuidado ético político visa o caráter libertário, ético-político, comunitário e consciente. Um cuidado onde produção, distribuição e consumo são autogestionados, a política é democrática, os bens são distribuídos equitativamente e humanos e ambiente são valorizados, como ocorre com os povos originários latino-americanos e africanos (Cláudia Camilo et al., 2021p. 4).

“A colonialidade opera como um sopro de má sorte que mantêm o assombro e a vigência de um projeto de dominação nas dimensões do ser/saber/poder” (Luiz Rufino, 2018, p. 72). Embora tenha se iniciado na colonização, a manutenção da estrutura social que coloca negros em posições de subalternidade, expropriando não apenas sua intelectualidade, mas suas ancestralidades, afetividades, humanidade e produção de saúde psíquica, continua se atualizando por meio da colonialidade (Geni Nunez Longhini, 2021; Paula Gonzaga, 2019).

Uma ação decolonial se daria a partir da construção de gingas, de saídas possíveis, de voltas na folha, para a construção de campos de batalhas que provoquem rupturas com as estruturas de obstrução da liberdade, sendo essa uma tarefa histórica (Geni Nunez Longhini, 2021; Luiz Rufino, 2018). Luiz Rufino (2018) propõe, para tanto, a pedagogia das encruzilhadas, não como a negação dos saberes já produzidos, mas através da lógica do cruzo entre as perspectivas instauradas e as subalternizadas, eclodindo em zonas de fronteiras, sendo uma aposta e uma responsabilidade diante as verdades únicas estabelecidas em detrimento das diversidades pelo projeto colonizador.

“As encruzilhadas são campos de possibilidades, tempo/espço de potência, onde todas as opções se atravessam, dialogam, se entroncam e se contaminam” (Luiz Rufino, 2018, p. 75). Assim, defenderei aqui o cuidado ético político como importante intervenção em políticas públicas, o resgate de saberes afro-diaspóricos como possibilidade de gingas para rupturas na produção de um único modo de saber/fazer psicológico (Cláudia Camilo et al., 2021; Luiz Rufino, 2018; Paula Gonzaga, 2019) aliando, ainda, as compreensões de sofrimento encruzilhado e sofrimento social (Ueslei Solaterrar, 2020). O cuidado ético político, resguardado pela nossa tão atacada democracia e pelas políticas públicas, tem sido uma das possibilidades de sobrevivência e resistência frente as desigualdades e exclusões coloniais (Cláudia Camilo et al., 2021). “O adoecimento da população se deve a condições precárias, exposição a diversas violências e carência de políticas públicas, podendo culminar até em suicídio... Nesse

contexto, portanto, o autoextermínio resulta da falta de cuidado que aniquila a existência do sujeito” (Cláudia Camilo et al., 2021, p.6).

A concepção de sofrimento social nos convida a romper com saberes hegemônicos sobre saúde mental, que nunca contemplou o real sujeito em sofrimento, corroborando com o que nos aponta Ueslei Solaterrar (2020) na necessidade de ampliar a compreensão da noção do sofrimento, para além da centralidade em visões hegemônicas, propondo um deslocamento de sofrimento psíquico para sofrimento social, e a noção de sofrimento encruzilhado:

O sofrimento encruzilhado é acionado para pensarmos nas diferenças que fizeram diferença para a construção do lugar que essas mulheres habitam/habitaram na vida... Ele é acionado para nos fazer refletir sobre o que as atravessam e sobre suas experiências de sofrimento nomeadas, muitas vezes, de forma restrita e reducionista, como: depressão, tristeza, transtorno bipolar, uso abusivo de drogas, ansiedade, síndrome do pânico etc. (Ueslei Solaterrar, 2020, p. 4).

Partindo dessa perspectiva teórica, passamos a fertilizar compreensões antirracistas de manejar e entender o sofrimento, para além da patologização e silenciamento, mas algo que se expressa no coletivo, uma vez que a transversalidade e a garantia da saúde integral são importantes ferramentas de cuidado em saúde, conectando a saúde da população com seus territórios, suas crenças, suas origens, suas marcas causadas pela colonialidade (Abrahão Santos, 2017; Ueslei Solaterrar, 2020). Unindo-se com a proposta da interseccionalidade, a compreensão de sofrimento social visa também reconhecer as formas de se agenciar sobre o sofrimento (Ueslei Solaterrar, 2020).

O sofrimento encruzilhado no modo como proponho tem como função colocar em diálogo as noções de sofrimento social e a perspectiva analítica interseccional apontando para a dimensão do saber localizado, de um saber que se constrói com as marcas locais, regionais e com um enfoque afrocentrado (Ueslei Solaterrar, 2020, p. 9).

Para tanto, no campo da saúde mental e, portanto, o de práxis psicológica, será compreendido a partir dos itinerários de encruzilhamento (Ueslei Solaterrar, 2020). O autor não compreende o sofrimento psíquico apenas como causa ou consequência de processos de vulnerabilização social, mas rompe com a passividade do sujeito em sofrimento, apostando na capacidade de fazer do sintoma, formas de resistir e existir. Adota, para isso, noções importantes que pegaremos emprestado ao longo da discussão desse estudo, como o gestar do sofrimento no sentido de produção da dor, a partir dos itinerários de vulnerabilização que produzem o adoecimento e que convocam a estratégias para acesso de direitos; e o gerir o sofrimento, no sentido de gerenciar, ou seja, buscar ativamente fissuras na produção da dor, muitas vezes construídos nas inter-relações com o território e as instituições sociais que promovem políticas públicas de saúde mental, para conseguirem ativamente se tornarem sujeitos de direito, propondo a compreensão de itinerário de encruzilhamento (Ueslei Solaterrar, 2020).

*Quanto as encruzilhadas do percurso e pesquisar onde pisam nossos pés*

Como defendo aqui a capacidade e a necessidade de dar volta na folha para a produção de novos sentidos que não aquele exigido pelos colonizadores diários, considero importante narrar os desencontros que também produziram essa pesquisa. Ao longo do percurso metodológico, algumas encruzilhadas foram encontradas, o que me obrigou a enxergar outros caminhos, produzir gingas de resistência e resiliência para permitir que alguns ciclos fossem encerrados e outros recomeçados. A princípio, o campo de pesquisa se daria na cidade de Belo Horizonte, mas diante dos intercursos – que limitarei aqui a chamá-los de atravessamentos da colonialidade na produção de saúde mental -, novas rotas foram traçadas. Apesar, contudo, daquilo que nos marca, nos violenta ou nos lembra das relações de poder que somos expostas diariamente, embora minha brancura me salve de padecer por muitas delas, celebro o que fica: a capacidade da ginga e os encontros que potencializam as nossas encruzilhadas e aceitam caminhar conosco por novos caminhos.

Um novo caminho e um novo campo muito potente se formaram, e dessa vez me direcionei para onde meus pés pisam: a pequena cidade onde cresci, onde meus pais e avó moram, e de onde escrevo o desenrolar dessa pesquisa. Ampliei o campo também para as cidades próximas, incluindo a cidade onde nasci, e demais cidades nas redondezas, onde já cruzei ao longo da vida, sendo uma delas onde me formei e construí uma rede de afetos. Adotei, portanto, uma perspectiva situada, que evidencia quem eu sou, quem estou vendo e o porquê estou vendo, bem como quem eu posso não enxergar (Karla Adrião, 2015).

Ailton Krenak (2020) questiona os nossos deslocamentos em relação ao nosso lugar de origem, de forma que os nossos afastamentos radicais de onde pisamos podem nos causar uma perda de sentido, como se estivéssemos vazios e desresponsabilizados de uma ética que pode ser compartilhada. O quão distante estamos do nosso lugar de origem, e por quê? O quanto isso nos causa uma ilusão de neutralidade e distanciamento, como se pudéssemos ser deslocados de uma superfície sensível, conhecida (Ailton Krenak, 2020) e olhar de cima, com os olhos de deus, como aponta Donna Haraway (1995) Tenho para mim que esse é um fetiche do colonizador: se apropriar de nosso chão, tal como Belonísia, Bibiana e demais famílias quilombolas que fazem parte da ficção real de Itamar Vieira Júnior sofreram em Torto Arado. Como mencionei no início da escrita, fui retirada de casa muito jovem em Nome dos Estudos, uma espécie de lei, como gostam de chamar os psicanalistas, que outorga o que deve ou não ser feito. Sempre me foi dito que eu não poderia permanecer por muito tempo na minha cidade,

que ali não seria um lugar onde algum sucesso pudesse ser adquirido, ou melhor, onde eu pudesse ser alguém. Meus pais acreditaram nesse discurso por estarem fragilizados diante da relação de poder que ali estava dada, e quase como uma imposição a não escolha, me vi bem distante de casa aos 15 anos. É essa pesquisa que me traz de volta.

Quando eu molhar os pés  
 No rio das lembranças que eu sonhei  
 Em terras onde eu nunca pisei  
 Onde a rainha era minha mãe

Vou me banhar com ela  
 Mergulhar nas dores e anseios dela  
 Vou me perder pra me encontrar  
 Em cada palavra, nos gestos dela

Ora yê yê Oxum  
 Eu sou pescador e não sei remar  
 Ora yê yê Oxum  
 Se eu me perder vem me buscar  
 Em cada volta que o rio dá  
 Mamãe oxum me mostra o meu lugar  
 Ora yê yê Oxum  
 (No rio das lembranças, Zé Manoel)

Partindo para os encontros, foram entrevistadas 8 psicólogas atuantes em políticas públicas no interior de Minas Gerais. A maior parte das interlocutoras possuem regime de trabalho via contrato, apenas Flávia é concursada. As entrevistas tiveram duração média de uma hora, e aconteceram em locais distintos de acordo com a escolha e disponibilidade das interlocutoras, sendo todas audiogravadas. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – COEP UFMG, obtendo parecer favorável à sua realização, de número 5.735.625.

As entrevistadas apresentam idades entre 25 e 56 anos, e tempo de formação em psicologia que varia entre menos de 5 anos de formação a mais de 15 anos de formação. Quanto à instituição de formação, 5 psicólogas se formaram em instituições privadas e 3 psicólogas se formaram em instituições públicas, todas localizadas na região do Triângulo Mineiro. No que diz respeito a cursos de pós-graduação, Flávia tem mestrado, tendo realizado uma pesquisa sobre as usuárias do CRAS, e é especialista em Psicologia Clínica. Belonísia é mestranda, e sua pesquisa está inserida no campo da saúde mental. Amanda possui especializações voltadas também para a saúde mental. Clarinda possui especialização na Terapia Junguiana. Fabiana é especialista em Terapia Cognitivo Comportamental. Borboleta se especializou em Psicologia Organizacional. Luiza é especialista em psicomotricidade. Ane não possui pós-graduação. Apenas 7% das psicólogas possuem títulos acadêmicos, enquanto 45% possuem um título de

especialista, sendo a clínica o tema predominante nos cursos de pós-graduação, corroborando com os dados das interlocutoras (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013). Uma psicóloga estava gestante no momento da entrevista e 3 já eram mães. Em relação a cidade onde residiam, 6 psicólogas trabalham na mesma cidade que residem, 2 psicólogas trabalham e residem em cidades diferentes.

“É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (Conceição Evaristo, 2005, p. 01). Pesquisar algo parte do nosso interesse, já que não há qualquer construção de um problema científico que não envolva a nós mesmos (Ricardo Castro & Claudia Mayorga Borges, 2018). Compreender a nós mesmos como pesquisadores sociais contextualizados sócio-historicamente é estender essa compreensão às interlocutoras que, coletivamente, teceram a pesquisa. A pesquisa se instrumentalizou metodologicamente e epistemologicamente através de uma proposta decolonial transformadora, visando romper com o fetiche epistemicida de pesquisadora neutra imposta pela ciência hegemônica, possibilitando a construção de um campo de pesquisa antirracista e que questione o lugar de poder que ocupo (Carla Akotirene, 2019; Maira Luiza Nogueira et al., 2017; Paula Gonzaga, 2019; Ricardo Castro & Claudia Mayorga Borges, 2018). Para tanto, a metodologia afetivamente escolhida, embebida da potencialidade do encontro, do lugar de fala e dimensão simbólica, foi a entrevista narrativa.

A entrevista narrativa é um método qualitativo, sendo uma crítica ao esquema pergunta resposta (Martin Bauer & Sandra Jovchelovitch, 2002). Possibilita, assim, que o sujeito escolha os fatos que considera importantes serem narrados, envolvendo uma dimensão ativa e afetiva de quem fala. A narração da história de vida objetiva a experiência, da qual participam a coletividade, um outro, um lugar e um tempo, é a valorização da linguagem e experiência de quem narra, portanto, na medida que mora no plano do que não é verificável, do não binarismo entre certo ou errado, desafia a ciência tradicional (Maira Luiza Nogueira et al., 2017). Segundo as autoras, por trazer a coletividade e o individual ao mesmo tempo em sua fala, narrar a história de vida é marcar seu lugar de fala, ao mesmo tempo em que o ouvinte marca seu lugar de escuta.

Não interessa na escuta e análise da narrativa a busca pela verdade dos fatos, já que intencionar a verdade absoluta é cair em ficções poderosas, o fundamental, portanto, são as cosmovisões que fazem sentido para o/a narrador/a, só existindo a verdade narrada (Martin Bauer & Sandra Jovchelovitch, 2002; Maira Luiza Nogueira et al.; Paula Gonzaga, 2019). Assim, a condução do processo se deu a partir dos encontros construídos, transpondo com a ideia de entrevista, entendendo como encontro “o processo que dilui a dicotomia de

pesquisador/objeto; ativo/passivo no processo de investigação” (Paula Gonzaga, 2019, p. 40), nos convocando a nos munir metodologicamente contra o binarismo imposto pela colonialidade, pois “a psicologia narrativa perfura as dissociações e as sensibilidades daqueles que querem acreditar que o mundo é justo” (Karla Adrião, 2015, p. 485) convocando nossa responsabilidade histórica diante as violências que perpetuamos em nossas atuações.

Tal convocação não se deu, contudo, sem resistências. Narrar, confrontar nossas histórias de guerra, exige que sejam feitos movimentos do nosso lugar de neutralidade, especialmente no que diz respeito ao lugar ocupado pela branquitude de questionar sem, todavia, ser questionada (Karla Adrião, 2015; Geni Nunez Longhini, 2021; Lia Vainer Shucman, 2002; Paula Gonzaga, 2019;) e na insistência do meio acadêmico colonizador em entender como ciência apenas métodos que se dizem neutros, deslocados dos interesses de quem pesquisa e dos demais sujeitos que compõem a construção do conhecimento. O estranhamento quando propomos uma metodologia participativa em um trabalho científico pôde ser notado pelo questionamento de algumas psicólogas sobre o roteiro das entrevistas. Ao ser enviada a carta convite (Paula Gonzaga, 2016; 2019) para profissionais que se encaixavam nos critérios da pesquisa, foi comum o retorno com pedido das perguntas, acompanhado de uma justificativa que parecia demarcar um lugar de medo: “preciso ver as perguntas para me preparar”.

“A psicologia narrativa perfura as dissociações e as sensibilidades daqueles que querem acreditar que o mundo é justo” (Karla Adrião, 2015, p. 485) e esse certamente é um medo do qual a Psicologia que se diz neutra, e conseqüentemente a branquitude, deve se defender. As profissionais que sentiram a necessidade de se prepararem certamente esperavam o envio de um roteiro rígido, com perguntas e respostas objetivas, assim, denunciemos que estamos atravessadas por uma concepção de produção de saber desresponsabilizadas de quem somos. Como isso afeta nossa prática? Quando uma interlocutora foi questionada sobre como se sentia em não residir na pequena cidade onde atua, ela responde que assim sua imagem “fica mais tranquila, fica mais protegida...” (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Do que, ou de quem, estamos sentindo a necessidade de nos prepararmos ou nos protegermos? Qual o preço que pagamos quando nos dissociamos de nossa própria história? A psicologia deve ser vista tal como a relação dos povos originários com a natureza, como nos ensina Ailton Krenak (2020), devemos entender que não somos profissionais deslocados de uma ética, de um chão, de um contexto, de um meio, somos, tal como as árvores, conectadas com nossos territórios e entre nós mesmos, se uma árvore cai para outros sobrevivam, todos

nós sofremos (Karla Adrião, 2015). Obviamente, o que estamos discutindo aqui, é que essa é uma necessidade de responsabilização histórica e coletiva por nossas práticas, que por sua vez, não tem sido contemplada nos nossos contextos formativos, através de ambientes acadêmicos que exalam privilégios. Essa é uma reflexão crucial para essa pesquisa.

As interlocutoras foram convidadas através do envio de uma carta convite - Anexo 1, apresentando a pesquisa e seus principais objetivos (Paula Gonzaga, 2016; 2019). No encontro apresentei e entreguei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Anexo 2. A busca pelas profissionais se deu através da técnica bola de neve, onde uma profissional indicava outra, de acordo com os critérios de inclusão apresentados (Paula Gonzaga, 2016; 2019). Fabiana indicou Luiza, Borboleta indicou Amanda. Clarinda, Borboleta, Fabiana, Flávia e Ane foram convidadas por mim através do conhecimento de suas atuações. Belonísia se disponibilizou a participar da entrevista, após tomar conhecimento da mesma, em uma conversa que tivemos durante a nossa participação no VI Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão.

O encontro com Clarinda aconteceu em sua casa. Fabiana me recebeu em sua sala na UBS onde atua, e gentilmente cedeu seu horário de almoço para que a conversa acontecesse. Borboleta também me recebeu em sua sala, na mesma UBS em que Fabiana trabalha. Flávia me convidou para um café da tarde em sua casa e ali a troca aconteceu. Encontrei Amanda no CRAS onde ela atua, assim como Luiza. Belonísia e eu nos encontramos em um café na cidade onde ela reside, e Ane e eu conversamos no consultório de uma amiga em comum, que cedeu o espaço para que a entrevista acontecesse.

Clarinda, Fabiana e Borboleta atuam na mesma cidade, que possui 1.500 habitantes. Flávia atua em uma cidade com 25.802 habitantes. Amanda atua em uma cidade com 8.057 habitantes. Belonísia atua em uma cidade com 337.32 habitantes, configurando o maior município de atuação da pesquisa. Ane atua em uma cidade com 91.449 habitantes. Luiza atua em uma cidade com 47.809 habitantes. Todos os municípios se localizam na região do Triângulo Mineiro, no sudeste de Minas Gerais. Todas as informações foram coletadas dos últimos censos demográficos realizados nas cidades. As cidades não serão nomeadas para que as interlocutoras não corram o risco de serem identificadas, especialmente por serem estes municípios pequenos, o que acarretou receio nas profissionais em serem prejudicadas em seus ambientes de trabalho.

Nas próximas páginas as interlocutoras poderão ser mais conhecidas através da apresentação de suas narrativas sobre suas experiências de formação, suas atuações em Políticas Públicas e como compreendem os sujeitos alvos de suas intervenções, e os

atravessamentos de afetos que envolvem atuar em comunidades com baixo índice populacional. Ao longo da leitura, será notório que cada interlocutora possui uma subjetividade, que se entrelaça e se entrecruza desde o início de suas jornadas como psicólogas, através de como se deu a escolha pelo curso, sofrimentos e potencialidade produzidos durante seus percursos, pertencimentos psicopolíticos que produzem atuações mais ou menos colonizadas, assim como seus marcadores de raça, classe, gênero, geração, dentre outros. Ademais, a discussão culmina na inserção dessas profissionais em comunidades onde a pretensa ideia de neutralidade é tensionada por vínculos imbuídos de um duplo pertencimento, o profissional e o pessoal. Para tanto, os preceitos da Psicologia Social Comunitária auxiliarão na construção de possibilidades estratégicas para os desafios da atuação no interior dessas comunidades. Por fim, os capítulos foram distribuídos em três partes, cada um deles contendo subtópicos nomeados utilizando as falas das interlocutoras. O capítulo 1 - Da formação em Psicologia- tratará sobre: 1.1 as invisibilidades e pertencimentos psicopolíticos na formação em Psicologia; 1.2 a formação e des-formação da atuação psicológica; 1.3 a possibilidade de uma formação que promova encontros em meio ao sofrimento. O capítulo 2 - Da atuação em Políticas Públicas – discutirá: 2.1 sobre o desmantelamento das políticas públicas e a atualização de práticas coloniais; 2.2 sobre a (não)percepção do racismo como produtora de sofrimento psíquico; 2.3 sobre novas vozes dentro da Psicologia e sobre o racismo como problema do outro; 2.4 sobre como estão vendo os sujeitos alvos de sua intervenção e sobre como estão entendendo a política em que atuam. O capítulo 3 - Da atuação em comunidades – apresentará: 3.1 desafios da atuação em cidades pequenas; 3.2 sobre a crença na atuação neutra; 3.3 sobre a perda da autonomia profissional. Desejo que as próximas páginas não se encerrem em si, mas que despertem dúvidas, questionamentos e, por que não, esperança de uma Psicologia mais contaminada e menos colonizada.

## 2. CAPÍTULO 1 - Da formação em psicologia: sobre encruzilhamento de opressões, invisibilidades e possibilidades de pertencimento

Neste capítulo será iniciada a discussão de algo muito caro a essa pesquisa: a falácia da neutralidade do conhecimento científico é tensionada, desde muito cedo, já no processo de produção e **escolha** do saber. A escrita costurada a seguir, buscou abrir possibilidades reflexivas sobre a produção e agenciamento de sofrimentos, estratégias de resistência adotadas, e o quanto a racialização, ou não, de seus corpos podem levar a **escolhas** que direcionam a uma formação mais ou menos atenta aos processos opressivos. As narrativas apresentadas pelas interlocutoras imbricam a **escolha** da graduação em Psicologia a suas produções de sofrimento, a seus pertencimentos psicopolíticos, perpassando, então, pelas invisibilidades, nada despreziosas, das matrizes curriculares das UNiversidades, caracterizando em experiências de formação distintas. Dessa forma, podemos dizer que o conhecimento nasce de uma **escolha**, às **escolhas** partem de subjetividades, e as subjetividades são construídas a partir de marcadores como raça, classe, gênero, etarismo, etc, que se interseccionam e podem produzir sofrimentos, mas perceberemos adiante, que certamente também produzem resistência.

### 2.1 “*eu acho que as dificuldades que eu vivenciei na minha vida pessoal talvez tenha me ajudado na atuação da psicologia*”: Das invisibilidades e pertencimentos psicopolíticos na formação em Psicologia

A narrativa é nossa arte primordial, é onde podemos recontar e reinventar nossas histórias, resgatando a identidade que reside em nossa memória (Rosa Montero, 2004)

A compreensão do contexto sócio-histórico na constituição de uma teoria/ciência é um processo que, por si só, rompe com a ficção de neutralidade e distanciamento entre sujeito/objeto, uma vez que, parte da premissa de que todo e qualquer saber tem uma localização, um chão, uma pegada (Érica Cecília Soares Oliveira et al., 2019). É isso que nos interessa quando olhamos para a história do surgimento da Psicologia, identificar os seus rastros para termos pistas de quais críticas devemos estabelecer, quais sujeitos foram considerados em suas formulações, e quais foram descartados, apagados e inferiorizados. Qual era o momento histórico e o que ele priorizava como importância para o conhecimento? Quem dominava a produção do conhecimento e de onde, e por quem, falava? (Garcia Roza, 1977). Esses questionamentos precisam considerar alguns pontos fundamentais: a pretensão da Psicologia

de se tornar ciência, o que era considerado ciência naquele período e quem tinha o privilégio de produzir tal ciência (Garcia Roza, 1977; Ramón Grosfoguel, 2016).

A história da Psicologia não é única, por isso existem várias formas de contá-la (Garcia Roza, 1977), nesse sentido, dependendo de quem a conta e de qual sua intencionalidade nessa narrativa, alguns fatos podem ser priorizados ao invés de outros. Nos interessa aqui o destaque aos atravessamentos da colonialidade, o que acarretou em saberes que foram privilegiados e saberes que foram inferiorizados na constituição do que se entendia por conhecimento científico (Ramón Grosfoguel, 2016). Retomando ao período da colonização, o que se entendia por saberes psicológicos eram aqueles de domínio dos jesuítas na imposição religiosa aos indígenas, um processo de extermínio cultural e religioso que foi um dos pilares fundamentais para sustentar a invasão e colonização europeia a outros territórios e, conseqüentemente, para garantir a disseminação e reprodução de narrativas formuladas pelos invasores – aqueles em que a possibilidade de vida só se deu pelo massacre de outros povos (Mitsuko Antunes, 2012; Ramón Grosfoguel, 2016). Os desaparecimentos de saberes ligado ao aniquilamento dos povos (Ramón Grosfoguel, 2016) acarretou o epistemicídio, assim, a conquista colonial pela invasão de territórios só foi possível através do extermínio de alguns povos e suas culturas (Ramón Grosfoguel, 2016). A relação estabelecida entre conquistadores e a capacidade de intelecto é o que concretiza a derrubada dos povos (Paula Gonzaga, 2022b).

A produção do conhecimento científico foi, então, atravessada pela conquista e extermínio de territórios, culturas e povos que eram considerados inferiores, é esse saber, produto do epistemicídio, e que não admite a concomitância com outras formas de conhecimento, que se torna base para a fundação das universidades ocidentais, reproduzindo um conhecimento que é, ao mesmo tempo, racista e sexista, já que o sujeito considerado como dono do saber segue o padrão do homem branco, heterossexual e europeu (Ramón Grosfoguel, 2016). A pretensão científica que inaugura a ideia do que seria uma ciência, era baseada nos pressupostos positivistas e no pensamento cartesiano (Garcia Roza, 1977; Ramón Grosfoguel, 2016). Tanto a filosofia de René Descartes quando a ciência positivista, partiam da premissa de que o conhecimento científico válido deveria ser neutro e objetivo, ausentes de uma linguagem “contaminada” e produzido por um “eu” imparcial, semelhante a ideia do olho de deus (Ramón Grosfoguel, 2016). Um “eu” que flutua e que não diz de onde vem por se nomear neutro, mas que extermina saberes dissidentes, e que nos esconde suas crenças e constituições, ao mesmo tempo em que se diz a imagem e semelhança de um deus cristão.

Essa é a raiz do nascimento do saber Psicológico – de fato, ainda no singular – que vai colaborar para o reducionismo teórico, águas em que a Psicologia se banha, e como resultado

cria intervenções pautadas em lógicas excludentes (Garcia Roza, 1977; Paula Gonzaga, 2022b). Uma espécie de monopólio do saber direciona e determina o que é ou não Psicologia e ciência, utilizando como parâmetro as produções de alguns homens do norte global, e como produto temos um saber aliado a colonialidade, baseado em epistemologias norte-cêntricas que não dão conta, e não dialogam, com nossos territórios reais, reproduzindo, conseqüentemente, a lógica epistemicida (Garcia Roza, 1977; Geni Nunez Longhini, 2022; Ramón Grosfoguel, 2016).

As falas das interlocutoras apresentadas na introdução corroboram com os estudos apresentados de que, ainda hoje, é observado nos cursos de graduação uma defasagem conceitual, enquanto as matrizes teóricas do norte continuam com privilégio epistêmico, através da ênfase em autores como Freud, Lacan, Jung, Aaron Beck, entre outros, apesar dessa realidade estar sendo modificada a passos lentos com a introdução de metodologias feministas, ações afirmativas e perspectivas afropindorâmicas (Abrahão Santos & Luiza Oliveira, 2021; Geni Nunez Longhini, 2022; Paula Gonzaga, 2019, 2022b; Ramón Grosfoguel, 2016). A formação da subjetividade do povo brasileiro foi permeada tão profundamente pela negação e apagamento das raças negras e indígenas como constituintes de nossa nação, que produziu um desconhecimento sobre si e sobre o próprio povo, culminando em uma defasagem cognitiva e conceitual que é reproduzida nas universidades, gerando a incapacidade de teorizar e cuidar daqueles que compartilham conosco o mesmo continente (Abrahão Santos & Luiza Oliveira, 2021). Se a Psicologia há décadas teoriza sobre o povo negro e indígena, utilizando-os como alvo de seus estudos, por qual razão não são inseridos às formulações teóricas desse mesmo povo nos nossos currículos formativos? Existe uma intenção perversa nesse apagamento, que vai na mesma direção do mito da democracia racial e da mestiçagem como estratégias de branqueamento, visto que, nessas compreensões, quanto mais próximo fenotipicamente de negros e indígenas, maior seria a inaptidão intelectual (Abrahão Santos & Luiza Oliveira, 2021). O racismo científico fruto desse epistemicídio colonial, tem causado uma problemática analítica e teórica gravíssima em nossa formação psicológica, relacionada a ausência, pouca visibilidade, ou baixa procura por parte das alunas, dos estudos que envolvem as relações étnico-raciais (Abrahão Santos & Luiza Oliveira, 2021; Fernando Ferreira, 2020; Mitsuko Antunes, 2012; Paula Gonzaga, 2019, 2022b).

Natanna: você teve contato com alguma matéria que falava sobre relações étnico raciais, racismo, essas coisas mais voltadas pra questões sociais?

Fabiana: não, não que eu me lembre agora

Natanna: e você acha que faz falta na sua atuação, tanto na UBS quanto na casa de repouso?

Fabiana: sim, faz falta em toda prática né? - silêncio/muda o tema da conversa (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Natanna: tinha alguma disciplina que tinha uma conversa sobre relações étnico-raciais, povos originários? É, ou seja, a população que você vai encontrar ali na assistência...né?

Flávia: Não, eu não lembro, eu não me recordo de ter é, esse tipo de discussão. Porque às vezes... é, a gente tinha muita coisa que é, no currículo oculto que a gente chama, né? Que são aquelas, aqueles temas que não são, que não estão lá no, no, no cronograma da, da faculdade, né? No, no semestre, mas que atravessa, né, as disciplinas... eu não me lembro dessa pauta. Em relação a, a, a gênero sabe? Eu não lembro desse tipo de pauta, está presente na nossa formação. Eu acho que ainda era muito uma coisa é... heteronormativa, é, supremacia branca, sabe assim, né? A sensação é que os professores não tinham tanto, tanto contato com essa realidade que hoje eu vivo (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

Natanna: continuando essa questão da sua trajetória, assim... você acha que você teve uma formação crítica, quando a gente fala de questão racial, relações étnico-raciais. E você acha que teve isso na formação? Você acha que ficou falho?

Ane: Não até que a gente teve... a gente, eu tive, né? Nas disciplinas de políticas públicas. Depois eu fiz muitas eletivas com outros cursos, não na psicologia, né? Eu fiz uma eletiva com, com a R., né, que era saúde e direitos humanos... então, você fala o espaço da, da disciplina mesmo, da procura? Engraçado porque essa pergunta foi feita no primeiro, na primeira aula, a professora perguntou por que cada um estava ali, porque que ela, a escolha. E, a gente era um grupo grande. Nós éramos quase 30, 35 alunos e a resposta era: a gente tem que completar as horas de eletiva e a única disciplina que tinha mais vaga era essa (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

Natanna: Teve, assim, espaços para ter discussões sobre relações étnico-raciais ou questão da negritude. Esses espaços existiam...?

Belonísia: Nossa, quase nunca... mais o, de vez em quando apareceu muito nas aulas de filosofia, né? Porque era o A. que dava aula de filosofia. - A. é um professor negro da instituição onde Belonísia se formou.

Natanna: Que era professor, né?

Belonísia: Também, então, muito mais assim, nesses momentos, agora e outros assim quase nunca, nunca, né? (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

Evidentemente não estamos lidando apenas com a problemática da ausência das discussões étnico-raciais nas matrizes curriculares da graduação em Psicologia, admitir apenas essa questão seria ignorar que a presença de corpos considerados dissidentes nos cursos superiores, tem garantido a entrada de novas teorias, conceitos e narrativas silenciados a séculos pelo racismo científico, a exemplo da intervenção social comunitária em Psicologia, que tem utilizado dos preceitos do feminismo negro para complexificar as relações sociais e romper com teorias patologizantes (Claudia Mayorga, 2013a; Paula Gonzaga, 2019, 2022b). Alunos e alunas que não aceitam a reprodução massiva e acrítica de teorias norte-cêntricas, que inviabilizam suas experiências e patologizam suas subjetividades, estão lançando mão de cosmovisões, saberes ancestrais que convivem entre si e aceitam a confluência de suas diversidades teóricas, não precisando exterminar para existir (Abrahão Santos & Luiza Oliveira, 2021; Geni Nunez Longhini, 2022; Paula Gonzaga, 2022b).

A raça, como questão racial, tem chegado hoje às universidades como placas tectônicas em movimento, provocando abalos, alterando às condições de pensamento de tudo o que está ao

redor e fazendo aparecer os efeitos das falhas (ausências e presenças) sobre as quais as sociedades modernas, os valores euroamericanos e o sistema capitalista estão apoiados. Nós, intelectuais negras/os, vivemos esses abalos como o momento de renovação do pensamento trazida com as políticas de ações afirmativas e o ingresso dos povos afrodiaspóricos e pindorâmicos nos cursos de graduação e pós-graduação (Abrahão Santos & Luiza Oliveira, 2021, p. 251).

Essa riqueza teórica de experiências tem chegado, ainda, ao corpo docente dos cursos de graduação, e se tornam ainda mais potentes com a ampliação de suas representatividades, como podemos observar nas falas de Ane e Belonísia, sobre momentos em que puderam encontrar na graduação espaços para discussão sobre relações étnico-raciais, como nas disciplinas de direitos humanos e políticas públicas. Interessante notar que, pela experiência das interlocutoras, são essas as disciplinas que fomentam a discussão sobre o racismo, por que não falamos disso em outras disciplinas, como aquelas em que aprendemos sobre a formação psíquica do sujeito e a produção do sofrimento? Me parece que existe uma relação indissociável entre psicopatologia e teorias norte-cêntricas, o que é extremamente problemático, já que estamos conduzindo nossas análises sobre possíveis sofrimentos embasados em questionamentos distantes de nós. Certamente não sofremos da mesma forma (Geni Nunez Longhini, 2022) nem mesmo quando partilhamos a mesma habitação, quem dirá diferentes continentes.

Não é coincidência que Ane e Belonísia, autodeclaradas parda e negra, tenham sido as únicas interlocutoras que afirmam ter encontrado esses espaços, assim como, não é à toa que o professor mencionado por Belonísia seja negro. Outro ponto fundamental na problemática da ausência de discussões sobre relações étnico-raciais na formação em Psicologia, é de que algo acontece no que diz respeito a procura por esses espaços, o que pode estar relacionado com a percepção da importância dessas discussões, uma análise que tem sido feito majoritariamente por pessoas negras (Claudia Mayorga, 2013a; Fernando Ferreira, 2020). Na pesquisa de mestrado realizado por Fernando Ferreira (2020), onde ele entrevista psicólogas negras e indígenas, selecionadas por reconhecerem que o racismo interfere em suas práticas laborais, boa parte das interlocutoras reconheceram que não tiveram em suas graduações uma formação efetivamente antirracista, contudo, buscaram espaços onde pudessem aprimorar tal compreensão, visto que, sentiam em seus corpos a violência racista. Além disso, muitos profissionais trouxeram experiências de que eram constantemente colocadas, por colegas brancas, em um lugar de onde deveriam sempre falar do racismo em sua formação e atuação (Fernando Ferreira, 2020). Ademais, há séculos, no campo das ciências sociais e políticas, autores e autoras negras vem tensionando às teorias produzidas pela branquitude, a exemplo da psicanalista Virgínia Bicudo, uma das precursoras no questionamento acerca da problemática

da mestiçagem, e Abdias do Nascimento, que também denuncia o propósito genocida e epistemicida da teoria da democracia racial (Abrahão Santos & Luiza Oliveira, 2021).

É interessante notar na fala de Ane que ela busca uma eletiva sobre direitos humanos em outro curso que não a Psicologia, e que boa parte dos alunos e alunas que ali estavam respondem ao questionamento da professora de que estariam ali para completarem horas necessária para conclusão da graduação, ou seja, a busca não se deu, majoritariamente, pelo reconhecimento da importância da discussão para a formação profissional. Arrisco dizer que boa parte do público era composto por estudantes brancas, pois além da desresponsabilização característica da branquitude, pelo reconhecimento do racismo em suas práticas e narrativas cotidianas, a Psicologia ainda possui um imaginário branco, não apenas em suas matrizes teóricas, mas em grande parte da composição de suas alunas e docentes (Lia Vainer Shucman, 2002; Paula Gonzaga, 2019, 2022b).

O currículo oculto, como mencionado por Flávia, é um conceito da educação, e na fala da interlocutora seria aquele que ofertaria disciplinas sobre temas como gênero e relações étnico-raciais, mas não estaria “visível” no cronograma teórico do curso. O que isso nos diz? Apesar do termo ser de comum uso no campo educacional, o imbricamento do termo oculto com a exclusão das disciplinas que envolvem gênero e relações étnico-raciais do currículo geral é, no mínimo, curioso para se dizer de debates tão importantes, porém minimizados no meio acadêmico, instituição ainda branca (Paula Gonzaga, 2019). Ocultar tais temas do cronograma de uma instituição pública de ensino superior, é uma das inúmeras formas da colonialidade de atualizar o epistemicídio de saberes que não sejam aqueles do cânone dos países do norte global, além de evidenciar que a inferioridade epistêmica continua organizando as universidades ocidentais entre conhecimentos que merecem ser expostos e conhecimentos que devem ser ocultos, atualizando a propagação do racismo/sexismo epistêmico (Geni Nunez Longhini, 2022; Ramón Grosfoguel, 2016). Currículo oculto me remete, ainda, ao termo utilizado para designar crenças baseadas nos poderes sobrenaturais e relacionadas a magia, práticas condenadas pela igreja católica, especialmente na idade média, e que protagonizou a caça às bruxas, um dos quatro genocídios/epistemicídios no séc. XVI, “trazendo à tona a criação do poder racial e patriarcal e as estruturas epistêmicas em escala mundial, emaranhadas com o processo da acumulação global capitalista” (Ramón Grosfoguel, 2016, p. 42). As invasões dos territórios seguiram os mesmos métodos de colonização, através da universalização religiosa com a imposição da fé cristã, inclusive na invasão e colonização de Abya Yala, provocando a aniquilação da espiritualidade e a relação indissociável entre religião, imperialismo e raça (Ramón Grosfoguel, 2016). A queima das bibliotecas concretizava o epistemicídio, e a

condenação das mulheres consideradas bruxas levava a queima de seus corpos, já que seus saberes eram transmitidos pela oralidade (Ramón Grosfoguel, 2016).

Além de relatarem ausência de estudos sobre relações étnico-raciais na graduação, as psicólogas entrevistadas por Fernando Ferreira (2020), trouxeram casos em que professores reproduziram o racismo demonstrando descaso com o tema. Uma professora, ao ser indagada por um aluno sobre como agir diante de uma situação de discriminação racial, respondeu: “Ah não, a psicologia tem que ficar estudando sobre racismo agora?” (Fernando Ferreira, 2020, p. 87). O racismo/sexismo epistêmico continua presente em nossas universidades, protegido por artimanhas coloniais que tentam inviabilizar suas produções, entretanto, a ilusão da neutralidade científica, uma das premissas que sustentam a universalização do saber, pode ser questionada quando lançamos mão da interseccionalidade para compreender as diferentes identidades e como elas participam dos processos de subjetivação (Paula Gonzaga, 2022b). Quando dizemos do meio ao qual pertencemos, dizemos quem somos e o que motivou nossas escolhas, ou seja, acionamos através da interseccionalidade nossos lugares de fala e rompemos com a visão hegemônica que invisibiliza sujeitos dentro da universalização e neutralidade (Djamila Ribeiro, 2019; Paula Gonzaga, 2022b). Localizar nossa experiência permite entendermos que algumas vozes, em detrimento de outras, foram silenciadas a séculos, em virtude do lugar de subalternidade a que foram colocadas, ao mesmo tempo que diz que pessoas distintas possuem localizações sociais e experiências distintas, todas atravessando os modos de subjetivação (Djamila Ribeiro, 2019). Quando as interlocutoras iniciam suas falas sobre a entrada na graduação em Psicologia, é notório que suas experiências de vida atravessaram e produziram essa escolha:

Então eu escolhi fazer psicologia eu tinha 15 anos, eu lembro que eu fui num psiquiatra e ele me ajudou muito, na verdade eu vi que ele era mais terapeuta do que psiquiatra, e eu pensei “nossa legal né ajudar as pessoas que de certa forma tem um sofrimento psíquico, por que não fazer isso”? (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

Natanna: e essa história de vida, atravessou sua escolha pela psicologia, atravessa sua atuação?  
Luiza: talvez sim, talvez inconscientemente sim, eu lembro que minha orientadora falou pra mim, eu nunca esqueci o que ela falou pra mim, ela falou assim “olha você...” como que ela falou, ela falou “olha você pode ficar tranquila, você tem tudo” ela usou a expressão “você tem a história de vida, e isso pra um profissional da psicologia faz toda a diferença” ai ela falava isso pra mim, e eu acho que isso me ajudou muito, de verdade, eu acho que as dificuldades que eu vivenciei na minha vida pessoal talvez me ajudado na atuação da psicologia, nesse sentido mesmo de não absorver, de não ter frustração, nessas questões assim (Luiza, 31 anos, branca, heterossexual, casada, formada há menos de 10 anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

Então Natanna, eu sempre fui uma criança que eu sempre tive muitas dificuldades de aprendizagem né, não sabia, depois que eu me formei que eu fui estudando que eu fui percebendo, então às vezes eu tinha a autoestima muito baixa, né? Eu tinha muitos conflitos

dentro de casa, no meu lar, e quando eu falava que eu tinha que estudar alguma coisa, acho que foi uma coisa que me identificou, acho que a maioria de nós que entrou pra essa área da psicologia, porque eu me achava a errada, e eu queria mostrar pra minha família que eu não tava tão errada nesse mundo, e aí surgiu, me apresentou o interesse que eu tinha em fazer psicologia pra que entender os conflitos internos que eu tinha (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Então eu decidi fazer, sempre foi o que eu sempre quis, da forma em que eu fui ajudada enquanto criança, eu tive ajuda de uma psicóloga que me trouxe todo esse aparato, o que que era a Psicologia em si, mas não como a atuante como usuário, né? Então foi interessante para mim, eu gostei da abordagem dela, das formas que ela trabalhava e achava aquilo maravilhoso (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

A experiência é muito importante para metodologias feministas e resgatá-las é perfurar narrativas de que todos viemos do mesmo lugar e produzimos o mesmo conhecimento (Karla Adrião, 2015). As experiências de vida das interlocutoras emaranhadas a escolha pela Psicologia enquanto campo teórico e de atuação, são narrativas poderosas para perfurar a crença de que existe uma única Psicologia, ou uma única forma de se fazer Psicologia (Garcia Roza, 1977; Geni Nunez Longhini, 2021, 2022; Paula Gonzaga, 2019, 2022b). As perspectivas indígenas nos dizem dos vínculos que não são binários, são relacionais, se afetam e se deixam afetar, afinal se somos parte do mundo, não é possível nos apartarmos dele (Geni Nunez Longhini, 2021) assim, como pode se sustentar a ilusão da universalidade do conhecimento se cada um de nós parte de um mundo, de um chão, de uma história? Quando a formação psicológica se pretende neutra e objetiva, não apenas decretamos a morte de saberes ancestrais que compuseram o saber psicológico, mas negamos que esse saber é construído por sujeitos, que possuem corpos, cores, histórias, e não por um “eu” universal, como é de interesse do projeto colonial (Garcia Roza, 1977; Geni Nunez Longhini, 2022; Ramón Grosfoguel, 2016).”Que não mais a diferença tenha sua potência reduzida pelo empobrecimento do binarismo colonial e que possa ser múltipla, diversa, fluida e, sobretudo, sem hierarquias que sustentem as racionalidades da morte. É nessa psicologia que acredito” (Geni Nunez Longhini, 2022, p. 58).

Além do mais, existe algo que se repete na fala das interlocutoras: a vivência de um sofrimento psíquico como marcador fundamental para a escolha da graduação em Psicologia. Isso pode nos dizer da aposta na crença de que a Psicologia traz resolutividade, ou cura, de subjetividades constituídas a partir de sofrimentos gestados socialmente, uma visão também aliada à cientificidade positivista e a colonialidade, que reduz os saberes psicológicos a práticas biologizantes (Garcia Roza, 1977). Quando olhamos para o surgimento da Psicologia, notamos seu nascimento juntos aos interesses da elite, conectada ao capitalismo, compondo instituições

sociais como instituições disciplinares e fazendo uso das ciências sociais a favor da ordem (Marivete Gesser, 2013; Rafael Silva & Flávia Carvalhaes, 2016). Segundo Rafael Silva e Flávia Carvalhaes (2016, p. 249) “concebeu-se à Psicologia um caráter utilitarista, prescritivo e disciplinador, cujo objetivo maior era a adaptação social, sem a problematização dos contextos e modos de vida a estes vinculados”. Ademais, também é interessante analisar que cada interlocutora parte de um sofrimento distinto que a conduz rumo a entrada na Psicologia, nesse sentido, existe uma história de guerra que é confrontada em cada uma e na relação que elas estabelecem com a Psicologia, partindo de uma subjetividade (Karla Adrião, 2015). Confrontar essas histórias de guerra é fundamental a nossa categoria, para que assim sejam fortalecidas pistas de que, embora nem todo sofrimento seja ético, no sentido de reivindicar algo benéfico à coletividade, ele é político, na medida em que produz confrontos com uma realidade supostamente dada, ao mesmo tempo em que evidencia que não somos seres universais, e, portanto, nossas atuações também não serão (Geni Nunez Longhini, 2022; Karla Adrião, 2015). A Psicologia é política porque parte, também, de subjetividades diversas.

2.2 *“eu sinto que eu tive que fazer uma des-formação... foi uma des-formação de tudo o que eu tinha aprendido, né?”*: Sobre a formação e des-formação da atuação psicológica

#### Aprendimentos

“... Não tinha as certezas científicas. Mas que aprendera coisas di-menor com a natureza. Aprendeu que as folhas das árvores servem para nos ensinar a cair sem alardes. Disse que fosse ele caracol vegetado sobre pedras, ele iria gostar. Iria certamente aprender o idioma que as rãs falam com as águas e ia conversar com as rãs.

E gostasse mais de ensinar que a exuberância maior está nos insetos do que nas paisagens. Seu rosto tinha um lado de ave. Por isso ele podia conhecer todos os pássaros do mundo pelo coração de seus cantos. Estudara nos livros demais. Porém aprendia melhor no ver, no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar...”  
(Manoel de Barros, 2003, p.48)

A reconstrução da identidade da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas reitera a necessidade do rompimento com concepções individualistas e reducionistas de compreensão do sofrimento psíquico, já que, os sujeitos alvo das intervenções não são os mesmos da prática clínica majoritariamente estruturada a partir da atuação no setting tradicional em consultórios particulares (Marivete Gesser, 2013; Rafael Silva & Flávia Carvalhaes, 2016; Wedna Galindo

et al., 2020). Em revisão bibliográfica realizada em 2020, sobre a produção científica dos serviços-escolas em Psicologia, a experiência da atuação na clínica ocupa a maioria das publicações, o que, segundo os autores, também demonstra estar relacionado com a manutenção da prática clínica, ainda fortalecida tanto no ensino em Psicologia, quanto na atuação da categoria, mesmo diante a inserção das profissionais em outros contextos (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Mônica Lima et al., 2011; Rafael Silva & Patrícia Cezar, 2013; Wedna Galindo et al., 2020). As experiências das interlocutoras revelam a manutenção da prática clínica mesmo diante a atuação em outros contextos, e a obtenção da maior parte da renda se dar através da atuação psicológica, especialmente da atuação clínica em consultórios particulares.

A tradição clínica é acompanhada da reprodução da Psicanálise como principal abordagem, o que evidencia que outras ancoragens teóricas ainda ocupam um lugar de menor destaque no setting terapêutico (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013; Wedna Galindo et al., 2020). Entre as interlocutoras entrevistadas, as abordagens mais seguidas foram Psicanálise Freudiana e a Terapia Cognitivo Comportamental, seguida pela Psicologia Analítica, Esquizoanálise e Psicologia Humanista. Clarinda traz em seu relato a confissão da violência epistêmica cometida pela instituição onde se formou, contra uma de suas docentes que, dentre outras funções do cargo, era supervisora de estágio clínico:

ela tinha que defender a psicanálise, os estágios dela, ela era da analítica, mas ela tinha que dar na psicanálise...ela falava assim “Clarinda não tem outro profissional, eles não contratam, então eu tenho que fazer isso” ... e aí eu lembro que ela falava algumas coisas dele- se referindo ao autor da ancoragem teórica da professora , só que ela falava “eu tô falando isso, mas eu não tô falando”, mas eu sentia que era o desejo dela de falar... ela tinha que camuflar o que ela era (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

A violência epistêmica inferioriza, mais uma vez, um conhecimento que considerada de menor valor, mantendo intocada a estrutura de reprodução de um saber único, nesse caso o da Psicanálise (Ramón Grosfoguel, 1977). Curioso notar que a docente em questão seguia, também, uma abordagem de origem europeia, a Psicologia Analítica, cujo principal teórico é Jung, um dos autores mais seguidos pela nossa categoria, atrás apenas de Freud e Lacan (Louise Lhullier & Jéssia Roslindo, 2013) e ainda assim é silenciada, o que me faz questionar que abertura teria, na instituição de ensino em questão, pensadoras latino-americanas, negras, caribenhas, LGBTQIAPN+<sup>7</sup>? Existe uma disputa teórica no que tange a teoria psicanalítica em

---

<sup>7</sup> Sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

relação a autores dissidentes de Freud, como Jung e Lacan, passo que, era comum ouvir na graduação em Psicologia, que a Psicanálise ortodoxa não reconhece a Psicologia Analítica de Jung e a Teoria Lacaniana como Psicanálise, embora tenham precedido dela, e embora ambas as teorias tenham sido formuladas através de uma releitura dos preceitos freudianos, do que uma mera reprodução. Essa tensão nos remete a algo que é muito comum na branquitude, a disputa pelo poder através da hierarquização, também, entre os seus, que é dada, entre outras coisas, pelos traços fenotípicos (Lia Vainer Shucman, 2002). A branquitude estabelece uma espécie de espectro, onde em um extremo estariam pessoas que, embora sejam brancas, não partilham de forma intensa as características europeias, como cor da pele, cabelos lisos e classe social, enquanto no outro extremo estaria a brancura que se distancia do encardido, e se aproxima física e socialmente dos europeus (Lia Vainer Shucman, 2002). Existe uma intencionalidade da branquitude em segregar e hierarquizar sem a qual talvez seus privilégios não se manteriam, o que a leva também a binarização da realidade, como céu e inferno, lentes que também afetaram a Psicologia, o que pode ser percebido pela separação entre mente e corpo, como se a saúde mental não dissesse de um corpo que também está adoecido (Geni Nunez Longhini, 2021, 2022).

A clínica psicológica, de forma majoritária, tem se ancorado nos preceitos da branquitude e menosprezado os efeitos do racismo na produção do sofrimento psíquico, não diferenciando as especificidades sócio-históricas da violência racista, com outros tipos de violência, o que dificulta a elaboração de intervenções efetivamente antirracistas (Maiara Benedito & Maria Inês Pedro Fernandes, 2020). Entretanto, é fundamental voltar nosso olhar para práticas clínicas que tem apostado na escuta antirracista. Em pesquisa realizada em 2012, psicólogas negras demonstraram estar em menor percentual na atuação clínica quando comparadas a psicólogas brancas, elas também eram as que menos seguiam a abordagem psicanalítica em suas atuações (Conselho Federal de Psicologia, 2012). A ausência de psicólogas negras na prática clínica estaria relacionada a forte presença do racismo quando elas se apresentam em consultórios particulares, o que evidencia que no imaginário social existia uma representação da psicóloga que é branca, o que, segundo Paula Gonzaga (2022b), ainda se mantém, especialmente em espaços tradicionalmente ocupados por nossa profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2012; Paula Gonzaga, 2022b). Embora a pesquisa do CFP tenha sido realizada em 2012, estamos dizendo, originalmente, de um espaço marcado pela raça e pela classe. O fazer clínico narrado por Belonísia, clínica a qual ela escreve com K, justamente por dizer de um espaço que rompe com as concepções racistas do *setting* tradicional, evidencia como é possível causar fissuras na colonialidade:

E aí eu decidi que eu ia atender na clínica e aí eu começo a atender na clínica, né? E assim, muito despretensiosamente. E aí começou aparecer para mim mais pessoas pretas, né? E aí, como eu já tinha muito essa questão da consciência racial despertada, né? Então eu entendi que esse seria o meu público. Eu precisava estudar para aquilo também e aí eu comecei a ler mais sobre isso porque na graduação tem nada sobre isso, não é?... eu sinto que eu tive que fazer uma des-formação... foi uma des-formação de tudo o que eu tinha aprendido, né? A esquizoanálise me ajudou muito nisso, né? Porque a esquizoanálise me ajuda a poder transitar entre coisas que não são propriamente da psicologia, né? Então, música, literatura, as religiões de matrizes africanas, eram coisas que apareceu muito nos meus atendimentos e que me ajudavam a atender essas pessoas pretas, e eu fui trabalhando ali na clínica (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

Mulheres negras partem de um olhar muito específico para as produções predominantemente formuladas por homens brancos, já que conseguem dizer sobre seus lugares de opressão muito mais do que sujeitos em privilégios (Conselho Federal De Psicologia, 2012; Karla Adrião, 2015; Patricia Hill Collins, 2016). O lugar marginal que pensadoras negras ocupam no ambiente acadêmico proporcionam um olhar daquela que vem de fora “outsider”, uma vez que, se encontram em um ambiente historicamente negado a elas e marcado pela branquitude, ao mesmo tempo em que passam a pertencer àquele cenário, pela possibilidade de inserção nesses contextos, se tornando, então, “insiders” (Patricia Hill Collins, 2016). Para Patricia Hill Collins (2016), o status de “outsider within”, que se aproximaria em português a “forasteira de dentro”, possibilita enxergar padrões de violência, opressão e invisibilidade em produções que passariam despercebido por aquelas que ocupam posições de privilégio, uma desatenção que, de certo modo, também ocorre de forma proposital (Patricia Hill Collins, 2016). A des-formação, mencionada por Belonísia, é justamente essa postura de uma estrangeira que parte de um lugar muito específico, ocupa uma posição como *insider* dentro de uma instituição pública, e rompe com produções que subjagam seus corpos, produzindo algo novo (Patricia Hill Collins, 2016). Parece nos dizer, ainda, de um processo de negar tudo o que a colonialidade nos oferta como algo que não pudesse ser questionado, e não há outra forma de uma luta decolonial, e de uma Clínica decolonial, sem a destruição do que ela nos impôs, de forma muito mais cruel ao povo negro e indígena (Geni Nunez Longhini, 2022). Não estamos falando aqui de reformulação de condutas coloniais, mas sim do rompimento bruto, total e efetivo, da des-formação de algo que foi moldado a sangue e fogo. A Clínica de Belonísia consegue chegar até pessoa negras, corroborando com os estudos de que a aproximação dos sujeitos com quem oferece o serviço é um dos fatores fundamentais para a formação de vínculos, e sentimento de acolhida, dentro da instituição (Conselho Federal De Psicologia, 2012; Fernando Ferreira, 2020). Embora uma nova Clínica esteja se construindo dentro da atuação psicológica, graças a presença de novos corpos em nossa categoria, o ensino da clínica tradicional e a majoritária

ancoragem em teorias norte-cêntricas, tem produzido uma lacuna entre a previsão de que psicólogas devem estar entre as equipes profissionais atuantes em políticas públicas, e o currículo na formação em Psicologia (Paula Gonzaga, 2022b). Como resultado, no campo das políticas públicas esse modo de fazer *psi* pautado numa concepção de normalidade hegemônica ainda é observado, levando na insistência em moldar o funcionamento de indivíduos de comunidades periféricas às regiões centrais (Paula Gonzaga, 2022; Rafael Silva & Flávia Carvalhaes, 2016). O despreparo profissional para lidar com a atuação em políticas públicas e as demandas que aparecem nesse contexto, como as discussões das relações étnico-raciais, de gênero, sexualidade, dos povos originários, dentre outros, foi observado pelas profissionais entrevistadas por Fernando Ferreira (2020), o que, segundo elas, afastava das instituições usuáries e usuárias negras e indígenas, prejudicando demasiadamente o cuidado que poderia e deveria ser ofertado a esses povos no campo das políticas públicas. A fala das interlocutoras corrobora com os estudos apresentados:

Natanna: E como que foi para você estar nesses lugares, você se sentiu preparada?

Clarinda: Não, não me senti preparada. Como se tivesse abrido o lugar e me jogado lá dentro... (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

Natanna: e você sente... „que sua formação te preparou pra você tá ali?

Fabiana: não, pra nenhuma das áreas

...

Natanna: o que que você acha que faltou pra você se sentir mais segura?

Fabiana: mais, eu acho que prática na faculdade, porque eu acho que faculdade o professor fica muito maçante ali, e eu acho que o professor pode abrir mais, mudar a forma de falar e dar o conteúdo, entendeu? (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

[ ] eu senti falta assim, eu não tinha um suporte técnico na graduação, sabe de uma realidade mesmo, a gente fazia muito era grupo de estudo, né a gente fazia muitos seminários, então uma coisa que eu sentia muita falta era do professor trazer uma realidade mesmo pra nós, usava uma didática assim, como eu te falo, mais acadêmica, não uma realidade do que acontece e aí eu não fiz estágio em unidade, aliás eu fiz uma estágio numa unidade lá, mas num grupo de gestantes, mas assim foi muito superficial, talvez por ser uma área que eu não gostava nadinha, nadinha, não me senti preparada, mas eu encarei, sabe? então assim, uma coisa que a gente percebia com as colegas era uma coisa que a gente era sozinha mesmo, lendo, buscando livros e trocando experiências, e aí fui trabalhar nessa área fazendo atendimento individual (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

E aí que eles me ligaram numa quinta-feira, eu perguntei onde eu vou trabalhar porque era um concurso generalista, poderia ir para área da saúde, para RH, para educação, para qualquer lugar... É, aí ela me falou, você vai para o CRAS... falei: ah, tá! Vou pro CRAS. O que que é o CRAS? E aí fui buscar lá, dá lá atrás, gente que, que eu vi de CRAS. ai, eu lembrei que o que eu tinha visto de CRAS, foi no nono período já exausta... não aguentava mais aquela faculdade... um disciplina de Políticas Públicas, que eu acho uma disciplina de extrema importância, mas que eu não conseguia aproveitar pelo cansaço. Eu acho que é uma disciplina que ela deveria ser dada no começo, bem no comecinho do curso, mas eu entendo que foi dada lá na frente porque,

porque a universidade, ela tinha uma cara, ela te treinava até para trabalhar com clínica ou hospital? Ou assim dentro de política pública, era CAPS (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

A graduação não prepara para nada (risos). Para nada... (riso)... Então pra mim, eu falo pra você, faculdade não instrui, não informa, nem forma, ninguém. Nem as clínicas que a gente fazia estágio nas clínicas... se você não tem condições, porque sim, você tá ali com um supervisor. E o supervisor atende. E você atende para o supervisor de lá, e é... muito complicado, eu não vi muita... Realmente, o que eu estudei, pouca coisa a gente, traz pra vida (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

É inegável que existe um despreparo na formação em Psicologia para atuar junto às demandas que o campo das Políticas Públicas convoca a nossa categoria (Fernando Ferreira, 2020; Marivete Gesser, 2013; Paula Gonzaga, 2019, 2022; Rafael Silva & Flávia Carvalhaes, 2016), entretanto também não podemos ignorar as recentes mudanças nesse cenário.

A partir dos anos 70/80 notou-se a importância de investigar mais profundamente a categoria mulher, não apenas numa concepção superficial do nos diferencia, mas a partir da compreensão sócio-histórica de nossas desigualdades; o movimento feminista receberam muitas críticas por parte de mulheres feministas negras, latino-americanas, asiáticas, africanas, muçulmanas, que contribuíram de forma bastante significativa para a compreensão dos múltiplos eixos de opressão que afetam as experiências de vida de mulheres por todo o mundo (Claudia Mayorga, 2013a, p. 179).

Para a autora, a Psicologia Social Comunitária aliada a interseccionalidade tem gerado intervenções sociais que partem da reflexão contínuas de suas práticas, para a não reprodução de hierarquias sociais, a exemplo das mudanças ocorridas no campo da Psicologia Social a partir da década de 60/70, no que diz respeito ao rompimento com compreensões das relações sociais como psicopatologias, apesar de algumas vertentes, como a Psicanálise, ainda manterem essa concepção (Claudia Mayorga, 2013a).

A intervenção social comunitária se configura nesse contexto como tentativa de resposta à necessidade de construir uma ciência não colonizada, voltada para a emancipação das minorias sociais e para a superação das desigualdades pelos próprios grupos em situação de subordinação. É nesse momento que as ideias de intervenção comunitária e de pesquisas de cunho interventivo, com utilização de metodologias participativas, emergem como saídas metodológicas, mas também ético-políticas, da psicologia social (Claudia Mayorga, 2013b, p. 223).

Nesse sentido, é fundamental problematizarmos algumas falas apresentadas anteriormente pelas interlocutoras, como as de Borboleta e Amanda, especialmente no que diz respeito ao período em que suas formações aconteceram. Borboleta é a interlocutora com mais tempo de formada, 20 anos, seguida de Amanda, com cerca de 10 anos de formação. As experiências de formação mais antigas das profissionais contavam com uma Psicologia menos crítica, especialmente no que diz respeito às reflexões apresentadas pela Psicologia Social Comunitária, que prepara o campo de entrada da Psicóloga nas Políticas Públicas no período

de violação de direitos humanos ocorrido na Ditadura Militar (1964-1985) (Marcos Vieira-Silva et al., 2019). Além disso, as instituições onde as interlocutoras se formaram, que são em sua maioria de caráter privado, nos dão pistas de experiências diversas na graduação, a depender do tipo de instituição onde ela ocorre, como a possibilidade da participação e elaboração de projetos de extensão, uma ponte importante entre academia e a elaboração de políticas públicas, especialmente através dos pressupostos da Psicologia Comunitária, e que são fortalecidas em instituições públicas (Marcos Vieira-Silva et al., 2019). Portanto, as experiências como extensionistas durante a graduação são fundamentais para as reivindicações feitas por algumas interlocutoras, por uma Psicologia menos massiva teoricamente e mais de encontro às realidades sociais, o que pude vivenciar durante minha graduação em uma instituição pública, e que contribuiu fundamentalmente para minha atuação e pesquisa em questão.

As ações afirmativas também diversificam e enriquecem as experiências de formação nas instituições federais, uma vez que, o acesso de negros e negras em ambientes acadêmicos tem um potencial revolucionário de questionar o conhecimento hegemônico perpetuado pela branquitude (Paula Gonzaga, 2019). Tendo completado dez anos em 2022, as ações afirmativas aumentaram o percentual de negros, negras e indígenas em instituições federais de ensino superior, passando de 41% em 2010 para 52% em 2020, segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)<sup>8</sup>. Flávia reconhece a diferença, e as potencialidades, na sua formação por ter sido realizada em uma instituição pública, refletindo em mudanças de posicionamento de cunho político:

Flávia: eu acho que essas pautas, eu comecei a me interessar mais por elas, foi durante a graduação, mesmo não sendo um tema de currículo, mesmo sendo um tema do currículo oculto que a gente discute em outros espaços da universidade... eu acho que o maior presente que eu tive foi fazer uma faculdade, é, pública. Porque eu acho que ali a gente tem acesso a algumas discussões que, na particular, não tem. Eu vejo isso em comparação com colegas de trabalho que se formaram em faculdades particulares.

Natanna: Que tipo de, de discussão é?

Flávia: Todas essas, de classe, gênero, raça, cor, tudo, sabe. É, sexualidade, orientação sexual, tudo. Então foi uma coisa que eu comecei a despertar na graduação, até, então eu tenho total consciência de que eu reproduzia os padrões machistas, heteronormativos, da supremacia branca. É, que eram reproduções de ideias de pessoas que eu considerava modelo né, ao longo da minha vida... eu era totalmente alienada de falar que cota é, é, é racismo, sabe assim? Umas coisas que você fala... mas, eu sei que também foi muito da minha, e acho que essa, essa vontade de consumir esse tema, ele iniciou na graduação e eu continuei aí por aí, porque também é confortável você ficar no lugar de privilegiado, né? O poder de... porque é isso... eu sou branca e hétero, né? A minha classe social nunca foi uma classe de, de, de falta... Nunca passei fome,

---

<sup>8</sup> Para mais informações, acessar <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-e-pardos-em-universidades-federais-passam-de-41-para-52-em-dez-anos/#:~:text=Dados%20compilados%20pela%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional,para%2052%25%2C%20em%202020.>

nunca. Claro, a gente não tinha essa coisa de esbanjar, mas assim, hoje eu tenho muita noção... hoje, eu tenho plena noção do quanto eu fui privilegiada de não precisar trabalhar durante a faculdade, de ter pra onde voltar e ter uma casa boa pra dormir, um chuveiro quente para tomar banho, de conseguir fazer todas as refeições, café da manhã, almoço, comia no RU? Comia na RU. Andava de ônibus? Andava de ônibus... não comprava livro, não tinha condições de comprar livro, comprava xerox, mas comprava. Mas eu tinha, não me faltou nada. Eu tinha uma família que me dava suporte... Emocional inclusive, né...porque a minha família assim eu, eu não precisei lidar com nenhum tipo de, de, de conflito, sabe, durante... então, eu sei que eu sou privilegiada (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

Flávia é uma mulher que responde aos padrões heteronormativos, como ela mesmo reconhece, e sua entrada em uma instituição pública parece ter sido fundamental para a compreensão dos seus privilégios. Segundo Fernando Ferreira (2020), a convivência com pessoas negras demonstra ter estimulado pessoas brancas a se empenharem no reconhecimento de seus privilégios e, principalmente, na busca por compreenderem as relações étnico-raciais. Tais experiências nos evidenciam o quanto é fundamental semear cosmovisões nas práticas de ensino, o que implica na abertura a diversidade de experiências, em detrimento a um sistema de monoculturas que exige uma narrativa que apaga reiteradamente a diversidade étnica e racial de nosso território (Geni Nunez Longhini, 2022). A colonialidade exige a eliminação ou inferiorização de uma identidade para que outra sobreviva em meio a privilégios, não admitindo a multiplicidade, a coexistência, assim, uma luta decolonial precisa, necessariamente, ser uma luta contra tudo o que a colonialidade atualiza em nossas vidas (Geni Nunez Longhini, 2022). As potencialidades que podem ser vivenciadas durante a graduação em Psicologia, especialmente em universidades federais, pela amplitude de experiência diversas ali presentes, podem, ainda, nos dizer de algo muito importante a nossa categoria, no que diz respeito ao ensino presencial, pauta que tem sido defendida pelo nosso conselho recentemente. Segundo nota divulgada pelo Conselho Federal de Psicologia, com o chamativo “Psicologia se faz com presença”<sup>9</sup>, é fundamental que a qualidade do cuidado seja priorizada nos cursos de Psicologia, podendo ser ainda mais prejudicada em ensinos remotos. Além da precarização do ensino, é necessário considerar que a democratização do saber não se produz no ensino a distância, o que pode atualizar práticas coloniais onde alguns corpos podem ter acesso a intelectualidade, enquanto outros serão excluídos (Paula Gonzaga, 2019). Estamos certas de que a Psicologia, assim como a vida, é feita de encontros, e é nessa troca relacional que nossas subjetividades são construídas (Paula Gonzaga, 2019; Geni Nunez Longhini, 2022).

---

<sup>9</sup> Para mais informações, acessar: <https://site.cfp.org.br/em-audiencia-publica-cfp-reafirma-necessidade-de-formacao-presencial-em-psicologia/>.

2.3 “*mas aí eu fiz a minha foto de formatura lá eu mesma fui, tirei uma selfie e falei, falei: venci a universidade... eu venci a lista...eu consegui*”: Sobre a possibilidade de uma formação que promova encontros em meio ao sofrimento

Salinda via nos passos da bailarina na corda bamba. Sua vida. Tentando se equilibrar entre a dor e o amor, ora parece que vai cair, ora o equilíbrio é reconstruído e a vida sorri. (Conceição Evaristo, 2014). Em uma análise interseccional, o sofrimento psíquico em instituições de ensino superior é produzido, especialmente, pelas encruzilhadas de raça, gênero e classe, o que faz com que o acesso a esses locais não se dê sem a experiência de barreiras que muitas vezes resultam em adoecimento (Vanessa Santos & Pablo Castanho, 2021). O recente acesso de negras e negros no ensino superior obriga essas instituições, e os corpos que sempre estiveram ali presentes, a uma readaptação de seus lugares de privilégio, mudanças que não ocorrem sem resistência, especialmente pelas relações de poder estruturas pela branquitude, gerando o medo de perder seus privilégios (Maria Aparecida Bento, 2002; Vanessa Santos & Pablo Castanho, 2021). Embora consigam acessar essas instituições, direito garantido pelas políticas de ações afirmativas, o racismo institucional dificulta que negros e negras consigam finalizar suas graduações, estimativa que em 2020, segundo dados do Centro de Educação Superior, evidenciava que menos da metade de ingressantes negros nas universidades conseguiam concluir seus cursos (Fernando Ferreira, 2020; Vanessa Santos & Pablo Castanho, 2021).

Psicólogas negras e lésbicas se sentiam duplamente discriminadas, pela sua raça e por sua sexualidade, e psicólogas indígenas foram hostilizadas em eventos da Psicologia por usarem vestimentas tradicionais de sua cultura (Fernando Ferreira, 2020; Paula Gonzaga, 2019). O ambiente escolar é uma das primeiras instituições onde o racismo é reproduzido, o que evidencia que crianças negras sofrem, desde muito cedo, com o efeito do racismo em seus corpos (Fernando Ferreira, 2020; Paula Gonzaga, 2019).

Ainda é um desafio garantir que mulheres negras não sejam desqualificadas no ambiente acadêmico, seja por suas proposições intelectuais, por sua condição socioeconômica, por exercer a maternidade, por sua orientação sexual, por seu peso, por seus posicionamentos políticos, por sua estética, por sua afirmação negra e é claro, por seus cabelos (Paula Gonzaga, 2019, p.113).

Ane e Belonísia relataram experiências de sofrimento em suas graduações, tanto por alunas quanto por docentes, devido a seus marcadores de raça, classe e geração, que se distanciava da realidade da maior parte das alunas da instituição, brancas e jovens:

Ane: Então, a entrada e a saída da universidade foram bem complicadas, assim.. pra te falar a verdade, eu tenho pesadelos até hoje. Eu acordo no meio da noite, a sensação que eu que eu não consegui terminar, que eu tô entregando o TCC, aí eu desperto e falo: não, acabou! Passou. Você já tem CRP. Eu tenho essa sensação até hoje, ainda não passou... até conversei com um amigo ontem sobre isso, porque foi uma coisa, assim, muito difícil mesmo e marcou e eu preciso até de uma terapia mesmo para dar conta disso. Porque como é um sonho recorrente, eu tenho alguma coisa por, por trás disso. Então, foi bem complicado. Assim, um dos preconceitos maiores foi a questão da idade, né? Assim eu, aos 56 anos, entrar numa turma com alunos de, de alunos de 17 anos, 18 os mais velhos, tinham 23. Então você já entra assim: não é o seu lugar... E eu ouvi muito isso, até de professor, né? Um professor, eu fui reclamar de uma nota que ele tinha corrigido errado, uma prova errada e ele falou, ele falou: nossa, muita coragem sua está aqui nesse lugar. Não que eu esteja, não que não era pra você estar, mas eu não teria coragem de estar no seu lugar. Então, assim, isso num curso de Psicologia.

Natanna: e que lugar era esse?

Ane: Eu acho que não era um lugar pra uma pessoa da minha idade estar... ainda mais sendo mulher e ele era um professor que seguiu uma linha assim, mais conservadora. Então, o meu lugar era de estar aposentada ou dando aula numa escolinha? Alguma coisa assim, né? Não, ali, tentando ainda um lugar ao sol, né? Então. Foi bem terrível. É toda a trajetória foi sempre, sempre me senti, eu sempre... fez parte dos do grupo dos excluídos, né? Então assim, a gente, eu tive uma trajetória bem complicada, mesmo, em várias disciplinas...de ficar com o grupo: ah, esse aqui tem um transtorno mental; esse é o dependente químico, e essa é idosa. Então, fica, embora eu não seja idosa ainda, mas eu era considerada dessa forma... eu tinha que me adequar, ir fazendo aí quando você chega na outra turma, aí então, tinha 2 quesitos ali, 2 impasses: você não é daqui e você é mais velho, você não cabe aqui. Então, sempre ficava já... teve, é, aconteceu de uma turma numa disciplina, de conciliação e mediação de conflitos, aham, de mediação de conflitos e que eu fiquei sozinha. Ela...não...o trabalho era para ser apresentado com 5 pessoas, ninguém. Passava a lista se eu tinha que colocar o nome na lista, acrescentar o nome do colega na lista. E o meu não ficou em nenhuma lista e a professora ficou super sem graça e tal. E falou: não, você pode apresentar sozinha. E eu apresentei. Então, assim isso aconteceu, não foi uma vez só, foram várias vezes. Ou então ficava o grupo é, né, o grupo do, dos excluídos, a gente se juntava e fazia um grupo alternativo. É isso aconteceu muito.

Natanna: Quem que eram as alunas de psicologia? Como elas eram?

Ane: As alunas? No início, eu tive muita dificuldade de ver essas alunas, porque pra mim era uma só, elas eram muito parecidas, muito iguais. Então eu tinha que falar: Qual que é seu nome mesmo? Perguntava várias vezes, porque tinham o mesmo perfil... eram todas as meninas da mesma faixa etária, todas brancas, todas com os cabelos iluminados (risos) longos. Então, assim eu tinha muita dificuldade, não era preconceito meu, não. Eu queria chegar, mas assim era. Era como se fosse... tinha um estereótipo... Mas, nas últimas turmas, eu acho que deu para perceber melhor que esse... já tinha aquela coisa do sobrenome, aí o meu pai é psiquiatra, a minha tia tem uma clínica. Ah, quando eu sair daqui, eu já tenho um consultório; uma clínica pronta, montada. Aí tinha essas diferenças teve.. teve quem conseguiu adiantar muitas disciplinas e se formar antes um né?...privilégios de é... professores escolher, né? Que assim, a, a... como eu vou dizer: adotar, apadrinhar, né? Alunos que tinham mais desenvoltura, uma classe econômica maior, e essas pessoas conseguiam assim, participar de tudo, de seminários, é, publicar textos... Então, era muito claro. E, né, tem umas outras histórias de uma tal lista que eu que eu estive nessa lista... Era, era 2 pessoas que tinham transtornos, né, era borderline, eu acho... O outro, que tinha depressão. Outro, era muito pobre. Eu era muito velha. O outro é, já tinha tido era inseguro porque ele tinha passado por várias universidades e nunca concluiu o curso. Ele tinha desistido de vários cursos. Não lembro de todos... pessoas que fugiam desse padrão...então, a gente estava nessa lista. Nessa lista foi feita no primeiro, é primeiro período, não... no segundo de graduação e eu descobri que tinha essa lista e que meu nome estava nela. E eu acho que, foi uma das coisas que me fez ir até o final, porque eu sempre que eu pensava em desistir, eu falava, não, meu nome não vai ficar nessa lista. Eu vou vencer a lista (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

Através de sua narrativa, Ane nos evidencia algo que o autor Ueslei Solaterrar (2020) traz em sua dissertação de mestrado. Autor negro, desde sempre “criança viada”, como ele mesmo descreve, Ueslei narra sua experiência de dor e sofrimento por tentar se encaixar em modelos heteronormativos, produzindo vivências de violência não só subjetivas, mas corpóreas, a medida que seu corpo viado é convocado a concretude de manifestação de um desejo demoníaco. Como Ueslei se utiliza dessa experiência na produção de sentidos sobre si mesmo, sobre o/a outra e na sua trajetória *psi*? Ambos vivenciam experiências subjetivas e corpóreas de não pertencimento. Ane marcada por um corpo considerado velho e por uma cor que se distanciava da brancura das jovens ali presentes, encruzilhamentos que, como aponta Ueslei Solaterrar (2020), se entrecruzam produzindo sofrimento, mas também estratégias de resistências, construindo trajetórias singulares. Ao entrelaçar sua história com a experiência de mulheres trans na produção e gestação do sofrimento, o autor não compreende o sofrimento psíquico apenas como causa ou consequência de processos de vulnerabilização social, mas rompe com a passividade do sujeito em sofrimento, apostando na capacidade de fazer desse sofrimento formas de resistir e existir (Ueslei Solaterrar, 2020, Ueslei Solaterrar & Laura Lowenkron, 2020). Nesse sentido, a concepção de gestar o sofrimento diz da produção da dor, a partir dos itinerários de vulnerabilização, que produzem esse sofrimento, mas que também convocam estratégias para acesso de direitos. O gerir o sofrimento, por sua vez, no sentido de gerenciar a dor, convoca na busca ativamente de fissuras na produção do sofrimento, muitas vezes construídos nas inter-relações com o território e as instituições sociais que promovem políticas públicas de saúde mental (Ueslei Solaterrar, 2020). Ane ilustra a gerência do seu sofrimento gestado a partir de itinerários de vulnerabilização - raça, classe, etarismo - quando utiliza a produção da dor como estratégia de resistência: “E eu acho que, foi uma das coisas que me fez ir até o final, porque eu sempre que eu pensava em desistir, eu falava, não, meu nome não vai ficar nessa lista. Eu vou vencer a lista”. Belonísia também narra seus itinerários de vulnerabilização (Ueslei Solaterrar, 2020) durante a graduação, e assim como Ane, seu sofrimento é gerido de forma a produzir algo novo, de potência transformadora.

Natanna: como eras as pessoas que você não se identificava?

Belonísia: Brancas... (riso). Brancas... Eu achei que ia encontrar pessoas empáticas.. só que não. Mas só que não foi isso que aconteceu. Mas, é, beleza. Eu fui para a psicologia, né? Comecei o curso. É, mas eu achei pessoas que eu me identifiquei ali, né? Desde o primeiro período até o último, as pessoas com andei foram as mesmas, né?...E não foi como eu imaginava... foi uma professora da terapia ocupacional, não tive aula com ela, junto com outra professora da psicologia, né? E aí essa professora da, da terapia ocupacional virou pra mim, falou assim: nossa, né, você com esse vestido, se você for na Europa, né, os europeus, é vão tipo te amar... Assim, ela falou palavras muito, muito mais explícitas, muito piores, né? Mas assim foi tipo... E eu fiquei, tipo, total, sem reação. E a professora da psicologia percebeu, e tipo repreendeu a amiga

dela, falou, tipo assim: nossa... por que você está falando isso, né?... E aí eu vendo várias pessoas conseguiram coisas, conseguindo crescer na psicologia e eu lá, né? E aí eu fazia muito essas comparações, né? De, de ser uma pessoa preta, de não ter facilidade, por exemplo, para fazer prova, né, pra fazer prova fechada, até hoje isso é uma dificuldade pra mim, né? Então eu me comparava bastante, né? E eu não entendia por que que era daquele jeito também. E aí, o tempo foi passando ali...na clínica é, eu não atendo só pessoas pretas, né? Eu também, atendo pessoas brancas e aí já, já teve 2 pessoas que falavam você tem uma cara de quem vota no Lula... pois é. É mesmo? Por que você acha isso? Como que é isso? E aí, né, era, inclusive, é difícil atender essas pessoas... então, eu tenho uma vontade de falar assim: então... eu acho que você podia, não sei... mas, enfim, então, eu percebi assim, na clínica...né (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

As falas de Ane e Belonísia evidenciam, ainda, o quanto as experiências formativas em uma instituição de ensino superior podem ser traumáticas para alunas negras devido, especialmente, ao racismo estrutural, que produz um modo aparentemente natural de constituir as relações de poder, levando a reprodução dessas relações nas instituições (Fernando Ferreira, 2020). O racismo institucional, por sua vez, atua de forma velada, causando sofrimento psíquico em quem o vivencia (Kaike Costa Oliveira de Jesus et al., 2020). As interlocutoras, a todo momento, são lembradas de que estão em um lugar que, historicamente, não deveriam estar. Ane é colocada, por alunas brancas, em uma espécie de lista dos desajustados, que para as relações de poder estabelecidas naquela instituição, estabelecia quem não conseguiria finalizar o curso. Evidentemente, essas alunas se sentiram no direito de definir um lugar para Ane, e que socialmente é ocupado por mulheres negras, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico em virtude da intersecção das opressões: a margem da sociedade, e não “ocupando um lugar ao sol”, como narra Ane, em uma instituição de ensino superior, contribuindo para segmentação dos corpos que sofrem do processo de produção da dor, sendo estes atravessados por experiências de silenciamento, isolamento, e demais violências (Paula Gonzaga, 2019; 2022; Ueslei Solaterrar, 2020). As alunas brancas responsáveis pela lista, e por desencadear em Ane, junto a instituição, o sentimento de exclusão, parecem nos dizer do medo branco, um termo que Maria Aparecida Bento (2002) usa para dizer do medo da branquitude em perder seus privilégios quando vê pessoas negras ocupando posições sociais próximas a elas.

Por sua vez, Belonísia se vê sendo levada a um lugar onde mulheres negras são habitualmente colocadas, a hipersexualização de seus corpos, historicamente violados no período escravagista por seus senhores e atualizada pela colonialidade no ambiente doméstico pelo estupro por patrões brancos (Carla Akotirene, 2019; Lia Vainer Shucman, 2002; Maria Aparecida Bento, 1995; Paula Gonzaga, 2019;). Embora mulheres brancas sejam aprisionadas na figura da mulher do lar, a qual o desejo sexual seria visto quase como uma impossibilidade de concretude, não se compara a violência que a mulher negra sofre ao ter seu corpo

hipersexualizado, como o estupro pelo homem branco que marca a fundação da nação, no mesmo sentido, ao ser visto como viril, o homem negro é tido como violento, agressivo, e relacionado ao desejo sexual quase como exclusividade (Lia Vainer Shucman, 2012; Paula Gonzaga, 2019). “A exploração dessas mulheres laboralmente e sexualmente no espaço doméstico das casas grandes se mantém no nosso funcionamento social e simbólico e produz ruídos quando se constata qualquer tentativa de ruptura disso” (Paula Gonzaga, 2019, p. 24).

A UNiversidade de fato estabelece uma UNiversalização não só de saber, mas de corpos-subjetividades brancos, heteronormativos, ditos como normais, fatores que influenciam em uma boa aceitação de si, gerando boa capacidade de retórica e perpetuação de saberes únicos, nos evidenciando que, embora acessem as instituições brancas, estudantes negras se sentem constantemente em uma zona-de-não-ser, um lugar de não pertencimento, de “outsiders”, de estrangeiras (Fátima Lima, 2017; Patricia Hill Collins, 2016; Paula Gonzaga, 2019; Vanessa Santos & Pablo Castanho, 2021). Na pesquisa realizada por Vanessa Santos e Pablo Castanho (2021), com o objetivo de analisar os atendimentos psicológicos destinados a um jovem negro na clínica escola de uma universidade, era narrado pelo jovem um sentimento de não pertencimento e não reconhecimento com os demais colegas de turma, o que acarretava dificuldades em seu desempenho acadêmico, truncando mais da metade das disciplinas. O jovem era o primeiro da sua família a entrar em uma universidade, o que gerava no pai um sentimento de estranheza e desajuste em relação ao filho, já que tradicionalmente, os jovens da mesma idade do filho estariam trabalhando (Vanessa Santos & Pablo Castanho, 2021).

Apesar de terem suas intelectualidades constantemente negadas quando são violentadas racialmente dentro de uma instituição de ensino (Paula Gonzaga, 2019) e colonialmente lembradas de que aquele lugar é estranho a elas, Ane e Belonísia também buscam, como diversas intelectuais negras e indígenas, estratégias de resistência e sobrevivência nesse meio, o que se dá também na relação com professores e professoras negras e antirracistas. Ane afirma “ter resistido a lista” e se formado, e Belonísia narra o importante encontro com um professor negro e o momento em que modifica a relação com seu cabelo, em uma disciplina onde se iniciou uma discussão sobre relações étnico-raciais:

Ane: Na última vez que eu vim em (cidade onde se formou), foi mês passado. Eu quis ir na (instituição onde se formou), só que eu não, não, não consegui entrar. Eu não consegui passar da escadaria, mas aí eu fiz a minha foto de formatura lá eu mesma fui, tirei uma selfie e falei, falei: venci a universidade, eu consegui. Eu tenho essa foto com a placa ao fundo da escadaria...  
Natanna: Era uma resposta, essa foto?

Ane: Era (riso)... até me emociono, olha... porque eu esperei muito, muito, muito está por esse momento.. Mas...a entrevistada se emociona. Então, a gente conseguiu chegar, assim, formamos muito tempo depois da nossa turma... O B. formou agora, no semestre passado, né? Eu formei um ano antes. Então assim foi... foi bem simbólico, ir lá naquela escadaria (Ane, 56 anos, parda,

heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

Natanna: Então, a R. foi uma pessoa fundamental nessas trajetórias, né? O que você acha que ela representou para você se nesse ambiente?

Belonísia: Então, e é, eu acho que ela foi, tipo, uma mãe, mesmo assim, não é? E aí eu já conheci o A. porque ele me deu na TO, também, né? Então a gente sempre estava assim junto, né? E aí, no sétimo período também, né, que eu tive, eu tive aula de... aliás, né, o A. é o único professor preto que a gente tem, né? E aí um dia, né, no primeiro período, uma das minhas colegas comentou, né, aí é o primeiro professor preto que eu tenho, né? Na minha vida toda. E aí eu, tipo, parei, pensei naquilo mas eu não dei tanta atenção... E aí no sétimo período, eu fiz análise do discurso, disciplina da M. e a gente começou a conversar sobre questões raciais. E aí eu tipo me deu uma crise, porque eu não lembrava como era o meu cabelo, porque alisava o meu cabelo, né..É no sétimo período que eu tava, e aí eu...não, eu quero lembrar como que é o meu cabelo, né? Aí eu fui, pesquisei foto e não achava. Eu sempre achava meu cabelo ou preso ou com algum penteado, é sempre assim. E aí eu também não lembrava quando que eu tinha alisado meu cabelo, também não lembrava. Aí eu resolvi que: ai, não, então eu vou conhecer, né? E aí eu fiz a transição nessa época, né? Também...E aí eu lembro, e... É, mas só, nunca é só de transição, né, tem todos outros processos, né? Então eu comecei a pensar mais sobre a questão racial foi nesse período... Foi no sétimo período, e fiz a transição, né? Fiz e aí tá, e aí eu me formei, né? Depois de muito tempo, eu me formei (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

Quando Ane e Belonísia se formam, elas resistem através da intelectualidade que lhes foi historicamente roubada (Paula Gonzaga, 2019). Paula Gonzaga, (2019), questiona quais estratégias mulheres negras têm usado para subverterem as formas que são concebidas socialmente e como elas tem fissurado essas ficções poderosas. A autora aponta que a subversão dessas mulheres se dá através do resgate de suas intelectualidades, afetividades e ancestralidades como ferramentas de resistência. A construção de um Psicologia ética e aliada aos direitos humanos depende, fundamentalmente, da resistência dessas mulheres no ambiente acadêmico, por isso se torna urgente aos cursos de graduação que formulem estratégias de cuidado e proteção aos corpos negros, indígenas, deficientes, em sofrimento, etc., para que não padeçam dentro dessas instituições de violências coloniais, já enfrentadas dia a dia fora delas. É preciso um respiro. Nenhuma de nós, e falo aqui enquanto alguém que possui um sofrimento psíquico, precisa de uma instituição que dificulte nossas vidas e potencialize nossas dores.

Enquanto profissão de escuta temos como emblema uma arma de guerra, enquanto categoria majoritariamente feminina, temos como figura representativa um homem que guerreira para ter poder sobre as almas, enquanto povo preto que hoje ocupa esse campo, temos numa figura helênica uma referência mutilada de nossa própria imagem. A psicologia do tridente de Poseidon ainda segue viva, mas ela não é a psicologia decolonial que produz saúde para o povo preto que adocece com o racismo, que busca no mar o último respiro, que vê nas ondas o fim e o recomeço (Paula Gonzaga, 2019, p. 138).

O resgate da ancestralidade tem na relação de mulheres com seus cabelos uma importante estratégia. “O doloroso desejo de embranquecer” (Fernando Ferreira, 2020, p. 78) leva mulheres negras a estabelecerem relações de dor com seus cabelos, utilizando métodos

como ferro quente para o alisamento, constituindo experiências traumáticas diante as exigências de domesticação dos cabelos crespos, e produzindo sofrimento psíquicos em decorrência da não aceitação de suas identidades (Fernando Ferreira, 2020; Paula Gonzaga, 2019). Quando ocupa uma posição de destaque, uma pessoa negra não deixa de ser negra, ou seja, continua vivenciando episódios de racismo, mas a ascensão social faz com que negros e negras sejam colocados em uma busca pelo embranquecimento, o que pode ser representado pelo alisamento dos cabelos (Conselho Federal de Psicologia, 2012; Maria Aparecida Bento, 1995; Paula Gonzaga, 2019). Os traços fenotípicos, como o cabelo crespo, atravessam o reconhecimento de alguém como negro, e essa consciência pode ser dada no ambiente acadêmico, diante da possibilidade da vivência da intelectualidade (Paula Gonzaga, 2019), experiência que é narrada por Belonísia, o que nos diz que o espaço produtor de sofrimento marcado fortemente pelas relações de poder da branquitude, também pode produzir locais potentes de acolhimento, cura e pertencimento, quando perfura essa relações através, por exemplo, de negros e negras em posições de destaque e representatividade dentro dessas instituições, como a docência. Quando ocupam uma posição de destaque dentro de uma instituição, negros e negras movimentam toda uma estrutura construída historicamente, e por isso são constantemente impedidos de acessarem esses lugares pelos privilégios da branquitude (Maria Aparecida Bento, 1995, 2002).

A ideia de que o corpo pode ser ‘consertado’ pressupõe que a normatividade é uma miragem a ser perseguida e alcançada a qualquer preço, inclusive, a custo da destruição da autoestima do sujeito que se vê em um corpo que escapa desse ideal, seja pela cor, pelo cabelo, pela fala, pelos olhos, pelo peso, pelo sotaque, a norma se torna assim, um sonho e um pesadelo, uma lembrança do que nunca se poderá ser (Paula Gonzaga, 2019, p. 92).

Entretanto, através da vivência da intelectualidade, corpos negros têm resistido, se tornando figuras que nos dizem, com seus corpos, que aquele lugar pertence também, e especialmente, a eles. O jovem negro passa a criar estratégias de produção de saúde mental durante o processo de graduação, quando reconhece e nomeia sua negritude, reconfigurando sua relação com o cabelo e buscando espaços negros dentro da universidade (Vanessa Santos & Pablo Castanho, 2021). A identificação entre iguais produz vida, e é dessa importância a presença de docentes negras dentro das instituições de ensino, o que remete, ainda, a participação de Belonísia nessa pesquisa, que só se dá a partir do reconhecimento da interlocutora com as falas da Professora Paula Gonzaga, docente negra dos cursos de graduação e pós-graduação da UFMG, durante sua participação no VI Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e Profissão.

Tentando se equilibrar sobre a dor e o susto, Salinda contemplou-se no espelho. Sabia que ali encontraria a sua igual, bastava o gesto contemplativo de si mesma. E no lugar de sua face, viu a da outra. Do outro lado, como se verdade fosse, o nítido rosto da amiga surgiu para afirmar a força de um amor entre duas iguais. Mulheres, ambas se pareciam. Altas, negras e com dezenas de dreads a lhes enfeitar a cabeça (Conceição Evaristo, 2014, p. 35).

### **3. CAPÍTULO 2 - Da atuação em Políticas Públicas: sobre ataques a políticas sociais, (não)percepção do sofrimento racial, Psicologias e reflexões acerca de atuações distintas**

No decorrer do capítulo 2, a interface do cenário provocado pelo governo Bolsonaro às políticas públicas será resgatado, e algumas interlocutoras trarão narrativas que evidenciam os desmantelamentos ocasionados e intensificados no então governo. A vivência dessa realidade desafiadora impactou nas atuações das interlocutoras, bem como convocou a novas estratégias interventivas. Assim como na discussão iniciada no capítulo 1, foram construídas reflexões que apontam para atuações distintas dentro do campo das políticas públicas, indicando cenários onde práticas coloniais continuam a se atualizar. Também serão apontados novos rumos para novas Psicologias, bem como atuações que caminham junto a construção de uma prática que dá a volta na folha e fissura produções eurocentradas.

3.1 *“meio que as coisas ficou individualizada de novo, cada profissional de forma individualizada cuidando do seu”*: Sobre o desmantelamento das políticas públicas e a atualização de práticas coloniais

Fecho os olhos e me lembro de uma história  
 Que me dá vontade de chorar, me dá vontade de chorar  
 Quantas vezes nossas lágrimas secaram  
 Mas no peito ainda havia dor e a gente se calou  
 Num país com armas apontadas  
 Políticas ultrapassadas e olhares atravessados para nós...  
 (História Antiga – Zé Manoel)

As políticas públicas são intervenções de responsabilidade do estado para seu gerenciamento e aplicação, envolvendo tomada de decisões de órgãos públicos. Dentre as políticas públicas estão as políticas sociais, “voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (Eloisa Höfling, 2001 p. 12), tendo surgido na revolução industrial, nos conflitos entre trabalho e capital. Portanto, as políticas públicas surgem como respostas aos embates sociais, tendo sua conceituação e origem bastante diversificada, contudo, possui como cerne principal nos debates em torno das relações de poder entre os grupos sociais, sendo mediada por instituições públicas e econômicas que formulam as políticas a favor de um determinado grupo (Kaike Costa Oliveira de Jesus et al., 2020). Dessa forma, como campo de

tensão constante, as políticas públicas podem sofrer graves retrocessos a depender dos interesses dos governos em questão.

Em governos de aspirações neoliberais, as políticas públicas geradas pela intervenção do Estado são vistas como entraves para a atuação do livre mercado (Eloisa Höfling, 2001). Recentemente o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022) acarretou uma série de desmantelamentos nas políticas públicas, causando consecutivos desmontes nas instituições sociais. Dentro os inúmeros ataques sofridos, podemos citar a PEC 55/2016<sup>10</sup>, legitimada como emenda constitucional número 95/2016, que visa congelar os investimentos em políticas públicas na saúde e assistência social por 20 anos, implicando na fragilização de grupos já vulneráveis, que estavam a pouco tempo, em alguma possibilidade de ascensão social e vida digna (Camilla Marques et al., 2019).

Entender como tais desmontes aconteceram é entender, também, como a psicologia ocupou esses espaços (Camilla Marques et al., 2019). Uma das interlocutoras narra em suas falas tensões vivenciadas frente aos ataques sofridos dentro do SUS:

Antigamente a gente sentava as equipes pra fazer o estudo de caso, porque existia essa avaliação a cada dois anos, parece que quando é cobrado a equipe fica “opa perá lá, a gente tem que mostrar que a gente faz ata, que a gente dá resolatividade para os casos né” então assim, antigamente... O enfermeiro sentava e falava “vamos fazer uma reunião” ele chamava toda a ACS, ele tirava o médico daqui e punha ali, porque ele sabia que tinha que fazer, que era uma prerrogativa do SUS, então ele trazia o técnico de enfermagem, porque acaba que a pessoa, a gente discutia o caso, a gente dava sugestões, montava o PTS, então assim, teve isso, mas depois com a mudança de governo, porque antes era o Lula né<sup>11</sup>, agora, quando era né antigamente, meio que as coisas ficou individualizada de novo, cada profissional de forma individualizada cuidando do seu. . . . Assim o que eu percebi é que o profissional regrediu, voltou para o atendimento sozinho, mais individualizado, então assim, nutricionista cuida só, o médico... igual uma luta que eu tenho aqui é “vamos sentar pra fazer o estudo de caso”, tem que discutir o caso, chama ele, às vezes senta eu, a enfermeira e a outra psicóloga, enquanto precisaria sentar todos nós. Antigamente a gente sentava Natanna, pegava o prontuário do paciente e fazia assim (simula folhear o prontuário) “vamos estudar tudo” “o paciente começou o tratamento quando, ele teve isso, evoluiu isso, etc...” passava tudo, a equipe tinha um olhar pra aquele paciente, pra aquele cuidado em saúde mental principalmente, então assim, hoje eu sinto que tá dessa forma, que as vezes a gente pede um estudo de caso, aii não tem assim aquele interesse (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

A instalação da AB no Brasil se deu com a criação do Programa Saúde da Família – PSF, em 1994, contudo algo similar já acontecia em regiões com altos índices de problemas sociais, servindo como abastecimento de leite, vacinas e medicações. Isso fez com que a

<sup>10</sup> Para mais informações acessar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm).

<sup>11</sup> A interlocutora foi entrevistada no dia 29 de novembro de 2022, embora as eleições presidenciais já tivessem ocorrido, com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país ainda era presidido pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Ao mencionar “antigamente” e “antes era o Lula” a interlocutora se refere ao período de 2003 a 2011, quando o presidente governou o país.

Atenção Básica fosse atrelada a uma visão minimalista da medicina voltada para população de baixa renda. Apenas na década de 2000, com a elaboração da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, foi possível modificar a compreensão da AB como uma ação simplista para ressaltar sua potencialidade como promotora de saúde (Conselho Federal de Psicologia, 2019). É notório, entretanto, na fala de Borboleta, que a visão minimalista sobre o cuidado em saúde ainda resiste na atuação dos profissionais, visto a dificuldade narrada em manejar uma ação coletiva e multiprofissional, nomeada por ela como “estudo de caso”, que dê conta da complexidade das demandas dos sujeitos alvos de intervenções, o que contraria a proposta da PNAB.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é resultado da experiência acumulada por conjunto de atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como movimentos sociais, usuários, trabalhadores e gestores das três esferas de governo...em relação a equidade a nova PNAB diferencia o valor per capita por município, beneficiando o município mais pobre, menor, com maior percentual de população pobre e extremamente pobre e com as menores densidades demográficas. Pelo viés da qualidade, induz a mudança de modelo por meio da Estratégia Saúde da Família e cria um Componente de Qualidade que avalia, valoriza e premia equipes e municípios, garantindo aumento do repasse de recursos em função da contratualização de compromissos e do alcance de resultados, a partir da referência de padrões de acesso e qualidade pactuados de maneira tripartite (Ministério da Saúde, 2012, pp. 11,12).

Além de mudanças na questão de financiamentos para a AB, garantindo que municípios de pequeno porte fossem contemplados na promoção da saúde, a PNAB ordenou redes de atenção, afirmou uma AB acolhedora, garantiu maior leque de atendimento multiprofissionalizado, incluiu a criação dos consultórios de rua na Estratégia Saúde da Família – ESF e garantiu que mais municípios tivessem assegurados o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF (Ministério da Saúde, 2012). A Atenção Básica visa fortalecer a entrada dos usuários nos serviços de saúde, promover uma atenção longitudinal e a oferta de serviços sanitários às instituições. Todas as ações são demarcadas geograficamente dentro de um território (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021).

Em 2008 cria-se o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), pela portaria número 154, atualizado em 2017 como Núcleo Ampliado da Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), espaços ocupados por diversos profissionais, dentre eles, a psicóloga, buscando reestruturar o modelo de atenção, visando a compreensão integral do sujeito (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). Os NASF's:

São constituídos por equipes compostas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família, das equipes de atenção básica para populações específicas (Consultórios na Rua, equipes Ribeirinhas e Fluviais etc.) e Academia da Saúde, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade dessas equipes, atuando diretamente no apoio

matricial às equipes da(s) unidade(s) na(s) qual(is) o NASF está vinculado e no território dessas equipes (Ministério da Saúde, 2012, p. 71).

Ainda na década de 2000, no ano de 2011, foi criado o PMAQ - Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS, com o objetivo principal de:

Induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica à Saúde (Ministério da Saúde, 2015, p. 66).

Borboleta vivencia os avanços dos SUS na década de 2000, e reflete sobre os atravessamentos em sua atuação:

Natanna o SUS melhorou muito, a gente teve um pico que melhorou depois a gente teve, do tempo que eu venho né, a gente tava só, depois foi implantando o PMAQ, não sei se você conhece, que é um programa de acesso de melhoria da qualidade dos atendimentos, esse PMAQ ele deu um norte pra nós sabe, a gente tem as metas, sabe o que tem que fazer, o que tal profissional faz junto com o outro, o que tá obrigatoriamente dentro do SUS né (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

A criação dos NASF's é de fundamental importância para a modificação da compreensão da produção de saúde dentro da Psicologia, colocando nossas práxis a disposição da saúde coletiva, nos convidando e convocando a romper com o individual e com ações técnicas e utilitaristas que não se preocupam com os processos de saúde, visões que permearam os interesses da atuação psicológica em sua origem, partindo rumo ao cuidado de forma integral, plena e interseccional (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). Borboleta menciona o atravessamento da implementação da política pública em saúde na segurança da atuação psicológica, garantindo que nossas intervenções sejam respaldadas por ações em conjunto com os diversos atores sociais que participam dos processos saúde/doença:

[...]e isso acabou meio que forçando, a gente tem o suporte da regional muito bom, é a regional de saúde né, que é quem nos dá um norte, existe a RAPS, que é a rede de atenção, acho que você já deve ter ouvido falar né, da microrregião, então a gente faz encontros, a gente discute casos... a gente era muito inseguro, “ah será que eu posso falar isso pra família, eu posso procurar família, ou eu posso falar isso com o paciente” então a gente ficava assim bem técnico, hoje o SUS tá mais assim, o que vem passando pra nós psicólogos, de uma forma mais humanizada, mais acolhedora, porque o cuidado com a saúde não é só com o paciente, a gente faz com a família toda né, assim como com outros profissionais né, então teve esse programa que foi dando um norte pra nós, a gente sabe o que a gente pode fazer, até onde a gente pode ir, o que dá pra ser feito por essa família, onde a gente pode buscar apoio, existe um fluxo da saúde que eu não tinha conhecimento antes, então depois que eu vim pra cá Natanna que eu fui conhecer o que é saúde pública mesmo... (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

“Foi dado um norte para nós”, menciona Borboleta, ou seria um sul? Já que a utilização do norte colonizador como eixo ordenador de suas práxis acarretou, e acarreta, na Psicologia uma desresponsabilização em questionar a quem e de que forma suas práticas impactam a sociedade (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Foram muitos os avanços para melhoria da

qualidade do SUS após sua implementação na Constituição Federal de 1988, modificações que ampliaram a compreensão acerca do que seria saúde e de como promovê-la, buscando romper com visões minimalistas e biologizantes. O modelo de assistência integral à saúde e atenção multiprofissional visam romper com o modelo biomédico (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021).

A inserção da psicóloga na atenção primária em saúde desloca a categoria do lugar de especialista em saúde mental circunscrita à clínica, para uma atuação junto a saúde pública, movimento impulsionado por profissionais e usuários através das propostas das últimas Conferências Nacionais de Saúde, convocando a categoria a não somente lidar com uma proposta cronologicamente nova e ainda em construção, mas também o de entender qual é o papel da psicologia nesse campo de atuação, visto que, a psicologia tem uma forte raiz autônoma na sua origem (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Mônica Lima et al., 2011). Um dos desafios da atuação psicológica na saúde pública é a intersetorialidade, o que requer romper com fragilidade nas formações acadêmicas pautadas numa concepção individual dos sujeitos, fazendo com que o foco de intervenção continue sendo o individual mesmo quando o contexto de inserção convoca ao coletivo (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Mônica Lima et al., 2011).

Entretanto, se por um lado a formação psicológica leva as profissionais a produzirem a atuação clínica dentro da UBS, por outro, essas profissionais são pressionadas a se manterem em seus postos através da marcação de consultas individuais (Mônica Lima et al., 2011), convocações e demandas que surgem tanto por parte da gestão em saúde pública, quanto por parte da sociedade. Assim, a categoria tem vivenciado tensões quanto a redefinição de suas práticas, como o estabelecimento de limites a certos locais em que são tradicionalmente colocadas, o que implica em prejuízos à autonomia (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). Dentro das instituições de saúde pública as psicólogas são reconhecidas pela escuta qualificada, olhar sensível, compreensão de aspectos subjetivos, intervenção nas relações interpessoais, capacidade de lidar com aspectos afetivos no processo de cuidado em saúde e com processos sócio-históricos de sujeito e territórios, colocando a categoria numa posição privilegiada e diferente das demais atuações, o que gera potencialidades e conflitos. As potencialidades nesse olhar envolvem a consideração da dimensão subjetiva e dos processos sócio-históricos na relação saúde-doença, facilitando o diálogo e expressão de sofrimento, assim como o tensionamento de processos de cuidado individuais e tecnicistas (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021).

Revela-se, pois, um desafio importante à construção das práticas profissionais: por um lado, consolida a ideia de “especialista em processos subjetivos”, aumentando seu poder de reconhecimento e valorização dentro do espaço socioprofissional. Esse reconhecimento é maximizado pela hegemonia da biomedicina e seu objetivismo, que impulsiona a reprodução de práticas limitadas e ineficientes diante de uma forte demanda de atendimento humanizado e cuidado integral. Assim, as lacunas deixadas pelo modelo biomédico impulsionam a construção do manejo do objeto “subjetividade”, como exclusivo da psicologia. Por outro lado, a força do objeto de intervenção legitimado pede o reconhecimento da singularidade e a convocação da presença ativa de profissionais e usuários na produção de certas práticas (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021, p. 6).

A tensão que envolve a redefinição do lugar da atuação Psicológica, tanto pela categoria profissional, quanto pelos demais atores sociais envolvidos nos processos de saúde, se acentua com a impossibilidade da Psicóloga de compor equipes junto ao NASF, em função da extinção do Núcleo durante o governo Bolsonaro, através da Nota Técnica n. 3/2020<sup>12</sup>. Analogicamente, a psicóloga do postinho é retirada dos territórios e convidada a voltar a atuar dentro de sua sala. É desse retorno que Borboleta parece se queixar em suas falas: “o profissional regrediu, voltou para o atendimento sozinho, mais individualizado” (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

O excesso de demandas clínicas dentro das unidades tem se tornado armadilhas para às profissionais, gerando sobrecarga e aprisionamento da atuação, nesse sentido, torna-se fundamental a categoria a necessidade de dizer não às expectativas que nossa atuação é tradicionalmente colocada, e apresentar novas possibilidade interventivas, desafiando a hierarquia do poder que prioriza o saber biomédico (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Mônica Lima et al., 2011). “Um agir problematizador e mobilizador também caracteriza a prática psicológica” (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021, p. 6), contudo para o Conselho Federal de Psicologia, (2019), ainda estamos nos deparando com atuações verticalizadas e biologizantes de psicólogas dentro do SUS, o que para Léo Barbosa Nepomuceno et al. (2021), pode estar ocorrendo pela insegurança causada pela formação insuficiente em lidar com a realidade da saúde coletiva, acarretando sentimentos de insuficiência ao se ver diante de uma função imprecisa e inespecífica, misturada a outras atuações. A manutenção do setting terapêutico tradicional na atuação psicológica parece se manter como um lugar conhecido e seguro, não somente para as profissionais, como para os gestores e equipes de saúde. Interessante notar que na UBS onde duas interlocutoras trabalhavam, uma delas foi contratada com seu lugar de atuação demarcado:

---

<sup>12</sup> Para mais informações acessar: [https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/legislacao/legislacao-especifica/programa-previne-brasil/2020/nt\\_nasf-ab\\_previne\\_brasil.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/legislacao/legislacao-especifica/programa-previne-brasil/2020/nt_nasf-ab_previne_brasil.pdf/view).

[...] quando eu fui contratada seria só para atendimento individual... porque tem mais profissionais na cidade que até passa por atendimentos de grupo e tudo mais, sabe, no CRAS e até aqui mesmo que seria, tem grupos mesmo, oficinas e tudo mais, mas o meu cargo foi contratado diretamente para os atendimentos individuais (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

O atendimento individualizado como única possibilidade interventiva dentro da AB não somente contraria os princípios e diretrizes do SUS, como o princípio II que roga sobre “a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” (Lei n. 8080, 1990), como não dá conta da complexidade de itinerários de vulnerabilidades que a maior parte dos sujeitos que usam o serviço apresentam, gerando um desequilíbrio entre as demandas da população em vulnerabilidade e as atuações psicológicas em políticas públicas (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Rafael Silva & Flávia Carvalhaes, 2016).

O lugar já estabelecido para a atuação de Fabiana me faz questionar a quem interessa uma clínica individual dentro da AB, onde o cuidado deveria se dar em consonância com as reais necessidades da população, colocando em prática o princípio da equidade e atendendo grupos vulnerabilizados em espaços que, na maioria das vezes, necessitam ser aquele onde o sujeito e sua família produzem seu cotidiano. Cabe a nossa categoria questionarmos como podemos romper com o lugar de especialista a qual fomos tradicionalmente colocados, buscando efetivar uma atuação dentro desses serviços junto aos saberes construídos pela comunidade, ao que se refere, por exemplo, a compreensão de saúde e doença (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). A atuação da psicóloga na AB envolve a compreensão de território, que podem ser entendidos como locais de exclusão onde a garantia constitucional de saúde pública, através do Sistema Único de Saúde, é um grande avanço, fortalecendo as redes de cuidado e abarcando as desigualdades interseccionais de gênero, classe, raça e território (Cláudia Camilo et al., 2021). Nesses contextos, o cuidado ético político, resguardado pela nossa tão atacada democracia e pelas políticas públicas, tem sido uma das possibilidades de sobrevivência e resistência frente às desigualdades e exclusões coloniais (Cláudia Camilo et al., 2021). As recentes mudanças no campo da saúde pública, como a extinção dos NASF's dificultam a integralidade no cuidado, que se dava através da atuação em comunidade, facilitando a formação de vínculos com a população em vulnerabilidade, especialmente pessoas negras, que são majoritariamente usuárias dos serviços do SUS (Raquel Silveira et al., 2021).

Faz sentido pensar que os interesses em manter nossas lógicas de cuidado restrita em nossas salas é, indubitavelmente nosso, enquanto profissão marcada pela branquitude e,

portanto, desresponsabilizada de atuações que nos obrigue a expor nossos pertencimentos psicopolíticos, mas é também de interesse dos grupos dominantes, em nome de uma ordem colonizadora branca e heteronormativa, que busca reiterar pressupostos de desumanização e patologização de experiências, mantendo as intervenções como foco no individual, mesmo quando o contexto de inserção nos convoca ao coletivo (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Paula Gonzaga, 2019). As estruturas patriarcais racistas desvalorizam o cuidado ético político, numa tentativa de enfraquecer nossas potências de sobrevivências, contudo, esse cuidado deve e pode ser fortalecido por meio da garantia das políticas públicas (Cláudia Camilo et al., 2021).

A filosofia africana nos diz do cuidado no coletivo através do Ubuntu, uma humanidade que se relaciona, que gera solidariedade, acolhimento, generosidade e ações que conectam nós, os outros e a natureza (Cláudia Camilo et al., 2021). Quando questiono Fabiana se ela não sentiria falta do cuidado em coletivo, e se ela sentia que seria necessário esse cuidado, já que sua atuação ficava restrita aos atendimentos individuais, ela se refere a outro entendimento de coletivo:

por ter um bom relacionamento acredito que com os profissionais eu não sinto essa falta, quando eu sinto que preciso a gente tá ali, às vezes é numa fisioterapia, vamos lá a gente vai junto né, a gente já fez eu e a fisioterapeuta trabalhos juntos, né, eu com o dentista, direto as vezes acontece alguns casos que pode ser psicológico a gente faz algum trabalho junto, a enfermagem, existe essa troca, mas sempre mantendo o sigilo né, é uma coisa importante (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

O cuidado no coletivo não se restringe ao diálogo com outras profissionais dentro da instituição, cuidar em coletivo é justamente ir ao encontro do sujeito e das suas demandas, rompendo, na maioria das vezes, com os limites do espaço institucional. Nesse sentido, a ética da atuação da psicóloga da AB ultrapassa a ética estabelecida no código de ética profissional, e nos convida a uma ética do cuidado cotidiano, envolvendo os princípios do SUS num deslocamento do individual para o coletivo (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Como proposta para o cuidado ético-político e o cuidado no coletivo, a noção de clínica ampliada é uma importante estratégia interventiva para a psicologia na AB. A clínica ampliada

É o reconhecimento de que as variáveis que constituem o fenômeno que ali se apresentam são múltiplas, requerendo, em primeiro plano, um tipo de encontro com o sujeito e suas demandas. Tais demandas, ainda que possam estar articuladas a fenômenos que se relacionam ao corpo biológico, terá como condição *sine qua non* o vínculo com o sujeito e as condições que se fizeram presentes para tal condição no território, seja ele as condições concretas dos espaços de vida, vínculos, relações e até projetos de vida (Conselho Federal de Psicologia, 2019, pp. 29,30).

Contudo, nos últimos anos, os graves retrocessos aos direitos anteriormente assegurados, acarretaram na AB formas de se fazer saúde que retomaram modelos

preventivistas e sanitárias, onde a individualização do sofrimento estabelecia um lugar para os sujeitos onde eles eram, de certo modo, responsabilizados por seus adoecimentos, e saúde era compreendida como a mera ausência de patologias (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Além da revogação da portaria 154 que instituiu os NASF's foram extintos modelos de financiamentos, como o PMAQ.

[...] essa questão política, as vezes pra você vê hoje no nosso município, se tratando de política a nível federal o PMAQ já não existe mais, não existe mais, não só isso, outras atribuições que eram reuniões que a gente realmente participava e tinha o comprometimento melhor do que hoje, ééé, hoje por exemplo a gente vai fazer um estudo de caso, é na base assim, aí o que que eu faço... quer internar, quer internar, e como eu sou referência de saúde mental do município eu sei o que eu vou ouvir lá na frente das outras referências né, então eu falo assim “gente eu só vou fazer se a gente fizer o estudo de caso” (risos) e aí a coordenadora já fala assim “não eu só faço se chamar a gestão” aí acaba que vem, aí já envolve nível de assistência social, já chama, mas não envolve toda a equipe, não envolve toda a equipe (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

A interlocutora menciona a tradição da internação como estratégia interventiva para pacientes que fazem uso abusivo de substância psicoativas, como uma proposta recorrente por parte dos profissionais, e da sociedade de forma geral, apontando condutas e crenças manicomialis que são entraves para práticas democráticas no cuidado em saúde, e que parecem ter se intensificado com os desmontes sofridos na saúde pública:

[...] a gente tem uma demanda que o município cobra que também é significativo é de paciente AD né, paciente álcool e outras drogas, a gente tem muito isso, muito mesmo, e por ser uma cidade muito pequena, culturalmente e até intelectualmente as pessoa não entendem que isso hoje é uma patologia né muitos pacientes foram internados compulsoriamente enquanto eles tinham condições de escolherem melhor o tratamento pra eles, a comunidade hoje, a gente precisa trabalhar muito essa questão da psicoeducação aqui, porque a comunidade, às vezes a gente quer começar na comunidade, a gente tem que começar aqui dentro sabe? De entender o que é o paciente que tem álcool e droga, o que é o paciente que tem essa patologia né, porque a gente não trabalha, o SUS não trabalha com abstinência, o SUS trabalha com atendimento integral, a gente tem vínculo? O paciente vem na unidade? Ele procura o cuidado? Isso já é saúde pública, a gente já tá fazendo saúde pública se ele já vem aqui, se ele aceita nossa visita na casa dele a gente já tá fazendo saúde, e aqui as pessoas querem muito internar, resolutividade, e isso até para os profissionais da saúde, então assim a gente vem batalhando muito, isso melhorou, mas ainda precisa ser mais avançado (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Segundo a Lei n. 10.216 (2001)<sup>13</sup>, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, a internação só é indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes (Conselho Regional de Psicologia 04, 2015). A Portaria n. 1.028 (2005)<sup>14</sup>, determina que as

<sup>13</sup> Para mais informações, acessar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm).

<sup>14</sup> Para mais informações, acessar: [https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/sau.delegis/gm/2005/prt1028\\_01\\_07\\_2005.html](https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/sau.delegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html).

[https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/sau.delegis/gm/2005/prt1028\\_01\\_07\\_2005.html](https://bvsm.sau.de.gov.br/bvs/sau.delegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html).

ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam regulamentadas, definindo que a redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, desenvolva-se por meio de ações de saúde dirigidas a usuários ou a dependentes que não podem, não conseguem ou não querem interromper o referido uso, tendo como objetivo reduzir os riscos associados sem, necessariamente, intervir na oferta ou no consumo (Portaria n. 1.028, 2005).

Em 2019 o governo do ex-presidente Bolsonaro decreta o fim da política da redução de danos<sup>15</sup>, segundo nota do CFP, “colocando a abstinência como única política pública para as(os) usuárias(os), reafirmando a prioridade das comunidades terapêuticas e incentivando o retorno à lógica manicomial”. Em contrapartida, a medida trouxe benefícios para as Comunidades Terapêuticas (CTs) que compartilham de políticas manicomial. A lógica manicomial produz a exclusão através da fragilização e rompimento de vínculos sociais e familiares, promovendo, através da internação em instituições que privam a liberdade, a invisibilidade social, além do mais, a efetividade no tratamento das pessoas portadoras de sofrimentos psíquicos se mostra maior quando ocorre em serviços territoriais do que em privação da liberdade (Tays Silva et al., 2018)

As CTs violam a preconização do SUS, que determina a redução de danos para o tratamento de dependentes químicos e demais situações, como educação sexual. A maioria das CTs são de caráter privado, o que dificulta ainda mais a fiscalização de suas condutas. Existem muitas denúncias de infrações éticas graves, como maus tratos, dentro dessas comunidades (Conselho Regional de Psicologia 04, 2015). Borboleta relata que já “autorizou” em diversos momentos as internações nas CTs, inclusive indicando as instituições aos familiares de pacientes que faziam uso abuso de substâncias psicoativas, mas que sua conduta foi revista após perceber a falta de abertura das clínicas para discussão do tratamento do paciente:

você vai lá, chega, parece que é um local acolhedor e tudo né, aí foi assim realmente o que foi sendo trazido dos pacientes de lá, e às percepções, porque a gente vai lá e a gente vai observando que às vezes você tem um contato com o paciente individualizado, às vezes a clínica não quer deixar você vê o prontuário dele, mesmo tendo CTs, não sei se você tem conhecimento, mas tem CTs que são cadastra... não é cadastrado o termo correto, fazem parte da rede, da RAPS do SUS, que eles vão lá, eles fiscalizam, mas mesmo assim eu fui vendo que mesmo sendo indicação da rede é fragilizado, é muito fragilizado, tem fragilidade (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

---

<sup>15</sup> Para mais informações, acessar: <https://site.cfp.org.br/governo-federal-decreta-fim-da-politica-de-reducao-de-danos/>.

É de grande interesse das lógicas manicomialis o silenciamento. Silenciar é mecanismo de poder colonial, dificultando o resgate da memória de populações subjugadas a séculos, como a população de África (Abrahão Santos, 2017; Paula Gonzaga & Viviane Cunha, 2020). Contra o silenciamento de práticas coloniais atualizadas por modelo manicomial, resgatemos a oralidade como pedagogia de fortalecimento e um modo de transmissão do saber não mediado nem conduzido pelo livro, mas pela aproximação entre experiências de gerações distintas” (Abrahão Santos, 2017, p. 249). Para isso, enquanto categoria, é urgente nos posicionarmos contra práticas de cuidado coloniais, que atualizam modelos de violência e patologização de condições que são, antes de tudo, fruto de desigualdade sociais, adotando a compreensão de sofrimento social contra manuais diagnósticos que visam a generalização das experiências (Abrahão Santos, 2017). Diante disso, mesmo que governos defendam ou apoiem tais práticas, nossa luta é política, e não devemos coadunar com imposições que ferem os direitos humanos e nossos princípios éticos. No cuidado em saúde mental, o SUS preconiza que o tratamento deva ser feito via CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Borboleta explica como ocorre o fluxo de encaminhamento para o CAPS AD na unidade onde trabalha:

[...] hoje a gente faz só via SUS né, que é CAPS, e aí as internações quem avalia via CAPS, o fluxo é, porta de entrada agente de saúde, encaminha pro médico clínico geral, ele faz os encaminhamentos pros outros profissionais adequados, fazendo os atendimentos dos outros profissionais e a gente vendo a necessidade, senta e faz o estudo de caso né, senta com os profissionais, discute o caso, montando o PTS designando o que vai fazer, o que a gente ta entendendo sobre saúde aqui, não tendo resolutividade a gente faz o contato com o CAPS né pra poder ter suporte técnico de orientação, porque eles orientando a gente vê “dá pra fazer isso, pode orientar a família sobre isso”, porque CAPS é pra surto ou crise, e a gente já conteve muito surto aqui no município sabe. Então a gente ta fazendo mais esse trabalho de dizer “olha não existe mais internação”, a gente fez também a conferência de saúde mental, a gente trouxe os pacientes, deu voz a eles, fez também a parte de orientação dos familiares, então tem feito muito essa psicoeducação (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

### 3.2 “nunca chegou a ter nenhum caso de racismo, nenhuma das queixas aqui comigo”:

Sobre a (não)percepção do racismo como produtora de sofrimento psíquico

a agredida  
e a  
agressora  
- estive entre os dois lados  
(Rupi Kaur, 2015, p.110)

A criação do CAPS se deu em virtude da lei da Reforma Psiquiátrica Lei n. 10.216 de 2001, a partir da III Conferência em Saúde Mental, movimento de estimada importância para

as políticas públicas, criado em virtude da luta de diversos setores sociais, conhecida como a Luta Antimanicomial (Conselho Federal de Psicologia, 2022; Tays Silva et al., 2018). O rompimento com a causalidade da atuação biomédica e os prejuízos acarretados na saúde mental e na socialização de sujeitos internados em instituições psiquiátricas, levaram a criação de espaços que considerassem o sofrimento a partir de um corpo social (Tays Silva et al., 2018). Franco Basaglia, leitor e interlocutor de Frantz Fanon, convoca a compreensão do sujeito para muito além do seu adoecimento, desconstruindo lógicas manicomiais e patologizantes de compreensão do sofrimento mental (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Tays Silva et al., 2018).

Cidadania, participação social e desospitalização são importantes princípios da Reforma (Conselho Federal de Psicologia, 2022). O CAPS é uma aposta dessa nova produção de cuidado em saúde mental, buscando a articulação com uma rede de serviços para a compreensão integral do adoecimento, tendo como objetivo

ofertar cuidado para as pessoas com transtornos mentais, de forma territorializada, visando à organização da rede de serviços de saúde mental, a construção de projetos terapêuticos singulares, o suporte à saúde mental na Atenção Básica e unidades hospitalares, entre outras atividades (Tays Silva et al., 2018, p. 349).

Entretanto, os preceitos da reforma psiquiátrica e a criação de serviços substitutivos ao modelo manicomial, não garantem por si só a superação da lógica manicomial (Tays Silva et al., 2018). Nesse sentido, entendendo a desospitalização não apenas como processo de destruição/reconstrução dos Hospitais Psiquiátricos, mas como a democratização do saber em saúde mental, a substituição da doença pelo sujeito em sofrimento e a ruptura com a concepção hegemônica de loucura, os Centros de Atenção Psicossocial surgem como serviços substitutivos à lógica manicomial, para a fiscalização e redução das internações em leitos psiquiátricos (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Entre 2001 e 2006 os avanços alcançados pela Reforma deram origem a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), sendo formada pelos CAPS, Serviços de Urgência e Emergência; Serviços Residenciais Terapêuticos; Unidades de Acolhimentos; Ambulatório Multiprofissional de Saúde Mental; Comunidades Terapêuticas; Enfermaria Especializada e Hospital-Dia (Conselho Federal de Psicologia, 2022; Ministério da Saúde, 2022; Tays Silva et al., 2018)

Para além de uma discussão acerca do processo histórico da Reforma Psiquiátrica, e dos avanços indubitáveis que a Luta trouxe para o campo das políticas públicas e para mudanças de paradigma a nossa categoria, considero importante adentrar nas intersecções de raça e classe que fizeram parte da Reforma, bem como apresentar como esses marcadores, ainda invisibilizados, não só estão presentes na produção do sofrimento, como acarretam atuações em

saúde mental deslocadas de uma compreensão interseccional. A cegueira analítica das pautas raciais vem da própria omissão dessas questões dentro do movimento da Reforma Psiquiátrica (Abrahão Santos, 2017).

Não podemos falar de Reforma Psiquiátrica sem compreendermos a história médica da loucura, e de quem eram os “loucos”, como uma cosmovisão eurocentrada. A segregação social do louco responde a uma égide capitalista eurocentrada, pautada num modelo de trabalho individualizada, e na produção de corpos que produzem e que consomem (Abrahão Santos, 2017). Para o autor:

O debate da Reforma Psiquiátrica brasileira segue o padrão de ignorar as relações raciais e o gravíssimo problema de saúde mental da maioria da população brasileira, que é o preconceito racial, tal como já indicava, nos anos 1930, os criadores da Frente Negra (Abrahão dos Santos, 2017, p. 244).

A Frente Negra Brasileira foi criada em 16 de setembro de 1931 em São Paulo, com o objetivo principal de ocupar espaços para o negro em diversos setores sociais, e combater concepções racistas disseminadas na época por figuras como Nina Rodrigues e Monteiro Lobato, adeptos da eugenia e da compreensão de que negros e mulatos eram degenerados<sup>16</sup>. Esse importante movimento de luta do povo negro parece ter sido apartado da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que foi composta majoritariamente por uma classe de profissionais branca e de classe média, em busca, entre outras coisas, de novos postos de trabalho, o que fez com que certas práticas continuassem a reproduzir o distanciamento dos serviços ofertados com a realidade brasileira (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Sem direito ao acesso ao trabalho livre, a educação e a saúde após a escravidão, negros e negras tiveram seus recursos de produção de saúde psíquica arrancada de seus corpos (Abrahão Santos, 2017). “Então, devemos nos perguntar, o sofrimento mental da população negra não se deve às condições sociais que a diáspora nos coloca? “(Abrahão Santos, 2017, p. 246). Lançados numa zona de não ser, mulheres e homens negros, além dos povos originários, vivenciam violências cotidianas que afetam os processos de subjetivação e geram sofrimento psíquico, através de cabeças e territórios invadidos e pilhados pelo projeto colonial (Fátima Lima, 2017; Paula Gonzaga, 2019).

O que aconteceu com as populações negras em África é que o processo de invenção da raça, e consequentemente da raça negra como inferior, arremessou populações inteiras numa zona de não-ser, de não reconhecimento, de exclusão, embrutecimento e degradação expressas em imagens de saber, em modelos de exploração, em paradigmas de submissão, em complexo

---

<sup>16</sup> Para mais informações, acessar: <https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/?amp=1&gclid=CjwKCAjwo7iiBhAEEiwAsIxQEWr1EST23XvFP8bYloVNDDeWq31YFajP5si1qteiDd7mnq2RlftKhTBoCFJ8QAvD BwE>.

psiconírico, mas também em modalidades de superação, de produção de vida na morte social (Fátima Lima, 2017, p. 76).

Os primeiros hospícios brasileiros surgem no final do séc. XIX, e possuem como finalidade uma resposta aos problemas sociais decorrentes do intenso processo de industrialização e urbanização (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Se expande a medicina higiênica no nosso território junto ao poder do estado, como forma de sujeição da população (Abrahão Santos, 2017; Conselho Federal de Psicologia, 2013). Nesse cenário, a figura do negro escravizado era utilizada pela medicina colonial como exemplo de corrupção, e mulheres negras e indígenas eram vistas como impuras e enfermas, colaborando para a subjetivação desses corpos (Abrahão Santos, 2017). Para Paula Gonzaga, (2019) a Psicologia participa da construção da redução do que seria considerado normal a uma imagem branca, fazendo com que o fato de acessarem atendimento psicológico e psiquiátrico não impede, ainda hoje, que corpos negros tenham seus sofrimentos agravados, devido à ausência de um acolhimento sensível ao racismo e as relações de poder. Estaríamos nós atualizando os hospícios brasileiros através de nossa prática marcada pela branquitude e pela cegueira analítica?

A concepção de sofrimento psíquico deve abarcar os processos de subjetivação marcados em ser mulher e negra, atravessados por práticas racistas e sexistas, produzindo ansiedade, traumas, e demais afetos que colocam as vidas pretas no âmbito do sofrimento numa dupla produção indenitária: mulher e negra, exigindo o gendramento da raça e a racialização do gênero, sendo o adoecimento mental uma expressão do sofrimento que os indivíduos produzem a partir das vivências sociais, culturais, políticas, psíquicas e físicas (Fátima Lima, 2017; Paula Gonzaga, 2019).

Contudo, no âmbito das políticas públicas e no campo da saúde mental a Psicologia continua a ignorar a subjetivação dos brasileiros ao longo da história, o que colabora para o sentimento de superioridade racial, e continua excluindo a população negra e indígena do cuidado *psi* (Abrahão Santos, 2017). Foi notório a ausência da compreensão da raça como marcador de sofrimento psíquico entre a maior parte das interlocutoras, corroborando com estudos que apontam a atuação psicológica majoritariamente reprodutora de práticas racistas, biologizantes e desresponsabilizadas de um cuidado integral (Abrahão Santos, 2017; Conselho Federal de Psicologia, 2013, 2019, 2022; Fátima Lima, 2017; Fernando Ferreira, 2020; Paula Gonzaga, 2019).

Nomeada como uma técnica de extração de ouro em encostas de montanhas no período da colonização, a cidade onde Fabiana e Borboleta atuam possui quase 34% da população

autodeclarante negra ou amarela, segundo fontes do Infosambas<sup>17</sup>. Para as interlocutoras, o sofrimento psíquico está presente em boa parte da população:

[...]mais ou menos 70% da cidade toma medicação, é uma população muito assim né?...isso é muito, a pessoa cria muita expectativa em medicação, muita gente precisa, a gente sabe que precisa e que ajuda, mas muitas pessoas as vezes já vai direto na medicação pra não estar vindo ao psicólogo (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

[...] aqui hoje Natanna, a gente tem muito caso, a gente tem 90% de (cidade onde atua) hoje é paciente de saúde mental, 90% é gravíssimo isso, é muito grave, não se por ser um município muito pequeno que tem a ociosidade. então assim, a gente mensurar a quantidade do que que tem em nível de saúde mental a ansiedade é nosso pico, pacientes com sintomas ansiosos é nosso pico, mas a gente tem uma demanda que o município cobra que também é significativo é de paciente AD né, paciente álcool e outras drogas a gente tem muito isso, muito mesmo, e por ser uma cidade muito pequena, culturalmente e até intelectualmente as pessoa não entendem que isso hoje é uma patologia né... (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Embora 34% da população seja de negros e amarelos, e cerca de 70 a 90% da comunidade tenha algum tipo de sofrimento psíquico, segundo análise das interlocutoras, suas compreensões acerca dos possíveis atravessamentos da produção do sofrimento não abarcam marcadores de raça, classe ou gênero, se restringindo a algo que nomeiam como ociosidade. Além disso, o sofrimento é constantemente nomeado sob um viés que reduz o sujeito a uma patologia: “paciente AD”; “sintomas ansiosos”. A adoção da psicopatologia como lente analítica para a patologização dos corpos, produz leituras de normalidade do sofrimento psíquico pautadas no racismo científico, “que cada vez mais afunilam o que é considerado normalidade, mas seguem apontando em características culturais, estéticas, afetivas e políticas da população negra indícios de anormalidade” (Paula Gonzaga, 2019, p. 93) *vide* os Manuais Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais - DSM.

A interlocutora parece associar a cidade pequena a um déficit cultural e intelectual, que impediriam que a população compreendesse o uso abusivo de substâncias psicoativas como patologia, uma análise simplista, que denuncia o sentimento de superioridade em relação à comunidade, tal como os colonizadores europeus lançaram á Abya Yala, colocando os sujeitos em uma posição de passividade, incapazes de gerir e gestar seus próprios sofrimentos (Geni Nunez Longhini, 2021; Ueslei Solaterrar, 2020). A relação de poder entre profissional e usuária é marcada pela diferenciação de classe e raça, lugares sociais de privilégios que configuram numa leitura determinista do outro, gerando uma nomeação que silencia e não abre espaço para que outro seja além, e apesar, da designação patológica (Paula Gonzaga, 2022). Ademais,

---

<sup>17</sup> Para mais informações, acessar: <https://infosambas.org.br/> - não foram encontrados registros da composição étnico racial da cidade pelo site do IBGE.

quando direciona a produção do sofrimento a ociosidade, como uma condição de inatividade e falta de empenho, existe uma responsabilização do indivíduo pela sua condição, em detrimento dos processos sócio-históricos na produção da saúde.

A entrevista com Fabiana acontece enquanto ela se senta atrás de uma mesa onde se acumulam uma pilha de prontuários e encaminhamentos para atendimento psicológico, e ao ser questionada se o racismo era percebido como uma demanda presente entre os casos que ela atendia, ela afirma que “não, não, e nunca chegou a ter nenhum caso, nenhuma das queixas aqui comigo... não, até nenhuma das queixas dos pacientes não vem -diz enquanto folheia os prontuários e encaminhamentos (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica). Segundo pesquisa realizada por Raquel Silveira et al. (2021), mais de 50% dos usuários do SUS se autodeclaram negros, todavia, existe uma negligência dos profissionais de saúde quanto a importância desse quesito. A invisibilização do quesito raça/cor por parte dos profissionais de saúde se deve tanto ao processo racista de embranquecimento da população, quanto a negligência profissional em reconhecer a importância desse quesito na produção de adoecimento (Raquel Silveira et al., 2021).

Por um lado, temos a formação dos(as) profissionais de saúde, majoritariamente, no modelo biomédico, em que as determinações sociais de saúde estão minimizadas. Por outro lado, o racismo brasileiro produziu desumanização e exclusão da população negra em todos os âmbitos da sociedade. O mito da democracia racial é uma marca da singularidade da nossa história racista, em que o silêncio sobre raça e cor sustenta o discurso de que “somos todos iguais” (Raquel Silveira et al., 2021, p. 7).

Como reconhecer o racismo como produtor de sofrimento psíquico, se nem mesmo o quesito raça/cor é considerado no processo de avaliação dos sujeitos? Penso que são muitos passos para serem dados, ainda, por parte do sistema de saúde para que o cuidado esteja atento aos diversos marcadores que produzem adoecimento, e a superação da nomeação da raça/cor como mero detalhe, ou cumprimento de protocolo (Raquel Silveira et al., 2021) nos prontuários é fundamentalmente necessária para esse avanço. Profissionais relataram desconforto ao questionarem a raça/cor de pessoas negras, o que não acontecia com pessoas brancas, uma vez que, ao romperem com o silêncio sobre a cor, as profissionais acionaram sentimentos conflituosos de medo, vergonha e violência quando questões que envolvem o racismo aparece, visto que vem à tona a perversidade do passo branco escravocrata (Raquel Silveira et al., 2021). O medo da branquitude de se comprometer com a cena racista retroalimenta a crença de que o racismo é problema do outro (Lia Vainer Shucman, 2002) e, nesse sentido, não pode ser combatido aquilo que não é reconhecido. Junto a desresponsabilização na cena racista, o

branqueamento é visto com um problema individual do sujeito, como se ele fosse culpado pelo não reconhecimento da sua cor, violência que poderia ser rompida com a intervenção do profissional de saúde ao trazer o processo de branqueamento como algo a ser refletido na integralidade do cuidado (Raquel Silveira et al., 2021).

Quando a interlocutora menciona que nenhuma das queixas que estariam com ela seria de racismo, me questiono de que forma a praxi psicológica espera que o racismo apareça. Seria através da nomeação da violência enquanto racismo por parte da vítima, de forma que não precisemos nós, psicólogas brancas, sair do nosso lugar de escuta neutra e demarcar tal violência? Contudo, a nomeação do sofrimento psíquico, a escuta qualificada e o cuidado, não seriam uma das principais intervenções da nossa escuta? (Paula Gonzaga, 2019, 2022b). Esperar que o sofrimento apareça no discurso de forma nomeada, demarcada, é desconsiderar que o reconhecimento do racismo não nasce milagrosamente pronto, e que a nomeação da cena racista passa pelo próprio reconhecimento do sujeito de sua negritude, pela capacidade de posicionalidade e formação da identidade negra, processos massacrados pela colonialidade, que expropriou das população de África suas memórias, através do apagamento de suas ancestralidades, ausências que são produtoras de ideação suicida (Fernando Ferreira, 2020; Paula Gonzaga, 2019; Paula Gonzaga & Viviane Cunha, 2020). Além disso, os esforços do mito da democracia racial e da mestiçagem continuam a silenciar o racismo no Brasil (Claudia Mayorga, 2013b; Fernando Ferreira, 2020; Geni Nunez Longhini, 2021; Paula Gonzaga & Viviane Cunha, 2020; Raquel Silveira et al., 2021) refletindo em práticas de cuidado em saúde que atualizam a crença na convivência harmônica entre as raças. O mito da democracia racial é um dos responsáveis por essa concepção de que aqui não ocorre discriminação racial, fazendo com que muitos engajem-se propositalmente em manter a supremacia branca em lugar de poder (Fernando Ferreira, 2020; Raquel Silveira et al., 2021).

Atuante na mesma cidade que Fabiana, Borboleta reconhece que a discriminação acontece com pacientes que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, mas a fragilidade interseccional de sua análise não identifica nesses sujeitos outros marcadores de sofrimento, como o gênero e a raça:

[...] eu já vi muita coisa mesmo, principalmente do paciente AD por que ninguém quer né? Ninguém quer, e eu muitas vezes eu fiz o atendimento desse paciente até sentando na calçada, no chão, debaixo de árvore, entrando numa casa onde não tem condição de você entrar nenhuma... então assim é uma luta muito grande nossa profissionais de saúde, muito grande, na hora às vezes que o paciente chega “ah lá vem fulano” a gente escuta essas coisas ainda muito, muito, sabe, é uma luta muito grande, é uma realidade se um profissional da saúde fosse o gestor ele entenderia o que é saúde mental, então hoje eu faço questão que a gestão esteja pra entender o que é o paciente de saúde mental, pra entender que nem tudo é internação, que tem que ter esse cuidado, inclusive com a comunidade LGBTQIA+, hoje é uma meta do SUS

trabalhar com esse público... (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Apesar de reconhecer a fuga à imposição da heteronormatividade como marcador de sofrimento psíquico, a interlocutora reafirma que a “discriminação maior é com pacientes AD”. Quando questiono se, na sua percepção, o paciente AD não poderia ser, em muitos momentos, o mesmo paciente que sofreu LGBTfobia, e se esses pacientes teriam uma cor, ela afirma:

[...] não não, racial não, é uma coisa que tá mais... aqui não, que eu tenha percebido não, eu vejo assim mais é o paciente de saúde mental grave que tá incomodando sempre, no ponto de vista deles né? porque eles verbalizam “ah tá incomodando, não é nada, vem aqui toda hora” (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Quem é o paciente que incomoda? Através de uma reflexão interseccional, esse sujeito tem uma raça, um gênero, uma classe, um território e outros marcadores que se atravessam e, só assim, poderiam levá-lo a uma condição de uso abusivo de álcool ou outras drogas. Às populações em situação de rua são majoritariamente pessoas negras que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, que estão em situação de desemprego, extrema pobreza e apresentam sofrimentos psíquicos (Conselho Regional de Psicologia 04, 2015) público frequentemente cerceado dentro das instituições de saúde, culminando no racismo institucional.

O racismo institucional é resultado de uma prática psicológica racista, que exclui indivíduos negros e indígenas de acessarem instituições sociais, sendo muitas vezes interditados pela cor de suas peles e por vestimentas consideradas inadequadas (Rafael Silva & Flávia Carvalhaes, 2016). Para além disso, o racismo institucional impede que negros, negras e indígenas tenham acesso a seus direitos, já negados historicamente, culminando em uma política de extermínio, pois embora apareça de forma velada, pode ser produtor de grande sofrimento psíquico para aqueles que o vivenciam, sendo, portanto, uma demanda social emergente (Kaike Costa Oliveira de Jesus et al., 2020). Os estudos sobre o racismo institucional marcam o rompimento com a concepção individualista, denunciando que o racismo também faz parte do funcionamento de instituições, entretanto o racismo ainda é visto nas instituições como uma violência individual e de cunho moral (Fernando Ferreira, 2020; Raquel Silveira et al., 2021). “Ao contrário do racismo estatal outrora codificado nas leis, o racismo institucional gera hierarquias através de práticas profissionais, supostamente neutras, dentro de instituições públicas ou privadas, empresas que controlam espaços públicos, serviços, etc.” (Fernando Ferreira, 2020, p. 48).

O perfil da população psiquiátrica passa por um reducionismo de sua condição, que exclui de sua compreensão mecanismo sociais de opressão, como os sofrimentos decorrentes

de condições precárias de trabalho, passando a ser nomeado com diagnósticos, como o de alcoolismo (Conselho Federal de Psicologia, 2013). Existe um fetiche epistemicida em apagar clivagens de raça, classe, gênero e heterocisnormatividades das nossas produções, dificultando o reconhecimento de que não existe uma hierarquia de opressão, ao mesmo tempo que em qualquer atravessamento na produção do sofrimento o racismo estará presente (Carla Akotirene, 2019) visto os processos sócio-históricos da diáspora e escravização dos povos de África, que fazem parte da constituição do nosso território e subjetivação do povo negro. No Brasil não é possível falar de opressão, e conseqüentemente de itinerários de vulnerabilização (Ueslei Solaterrar, 2020) sem considerar o racismo. A dificuldade que existe entre nossa categoria em nomear o racismo na produção do sofrimento, não aparece quando precisamos utilizar manuais diagnósticos para nomeação de sofrimentos como patologias. Uma prática que caminha para o desconhecimento dos efeitos do racismo, culpabiliza e patologiza o indivíduo por seu sofrimento, sua baixa autoestima, sua ansiedade em sair de casa e ocupar espaços públicos, encontrando facilmente nos manuais diagnósticos um nome que reduza os efeitos do racismo a uma disfunção (Fernando Ferreira, 2020; Paula Gonzaga, 2019).

Semelhante às compreensões de Fabiana e Borboleta, outras interlocutoras também demonstram a ausência da análise do racismo no público-alvo de suas intervenções, ou quando o reconheciam não aprofundaram na discussão. Outros comportamentos comuns foram o silêncio e falas que traziam outros tipos de discriminação, como a gordofobia, a LGBTfobia e o classismo:

[...] ai, não, assim específica não, mas de modo geral assim a gente vê acontecer no sentido de imagem corporal né, racial também acontece, mas eu vejo muito de imagem corporal, eu acho... (Luiza, 31 anos, branca, heterossexual, casada, formada há menos de 10 anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

Não, não observo muito não... não tem essa diferenciação, entre gênero, de... Hoje em dia, é... (cidade), sempre foi uma cidade muito polêmica, né? Eles falam que as orientações sexuais aqui sempre foram muito diferentes das outras cidades, né? (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

[...] eu enxergo com uma discriminação, por exemplo, já aconteceu muito, eu acho que é isso Natanna, por exemplo, se eu sou um profissional que eu trabalho muitos anos no departamento, eu sinto que eu vou me acostumar com o que estou vivendo ali, e as vezes eu não quero mudar, não quero mudar minha consciência, não quero enxergar o que tá acontecendo então eu sinto que quando as pessoas vão lá pedir ou solicitar uma benefício, eu sinto que tem isso, as vezes não fala pra pessoa, mas fala fora, eu enxergo como uma discriminação também, as vezes fala “ah a pessoa é acomodada, ela se acostumou dessa forma, ela não quer mudar de vida e tal”, mas no sentido de “nossa eu tô cansada dessa pessoa” eu vejo muito isso (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

Embora tragam outras formas de violência presenciadas nos espaços onde atuam, às interlocutoras não aprofundam suas compreensões, ou, na maior parte das vezes, contradizem suas falas ao reproduzirem, em outro momento, o mesmo discurso que, aparentemente, julgavam como violento. No último tópico deste capítulo serão apresentadas essas contradições, bem como o aprofundamento na discussão da LGBTfobia, através da análise na forma como essas profissionais estão vendo os sujeitos alvos de suas intervenções.

Onde estão às psicólogas brancas na luta antirracista? (Fernando Ferreira, 2020). Se nossa atuação é atravessada por nossas vivências, rompendo com a crença da neutralidade na formação, e grande parte da psicologia é composta por psicólogas brancas, seria oportuno, e devo dizer ético e responsável, que nós, psicólogas brancas, passássemos a questionar o nosso lugar de privilégio e nos comprometesse efetivamente com a luta antirracista dentro de nossa atuação. Essa mudança de paradigma precisa acontecer desde a composição curricular dos cursos de graduação, que muito deixa a desejar no estudo das relações étnico- raciais, como já mencionado no cap.1. Contudo, o Conselho Federal de Psicologia - CFP, tem elaborado propostas para tentar produzir uma atuação ética e que se posicione contra os ataques sofridos por governos neoliberais. Ataques a vidas não brancas, a instituições sociais, aos direitos humanos e tudo o que representa possibilidades de vida, de diversidade e promoção de saúde. A despeito disso, em comemoração aos 60 anos da regulamentação da nossa profissão em 2022, muita produção no campo *psi* tem sido realizada. Entre as atividades realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia, destaco o lançamento da série Psicologia no Enfrentamento ao Racismo, que se iniciou no dia 21 de março de 2022. Entre as palestrantes convidadas figuraram psicólogas negras e indígenas, como Geni Nunez, Paula Gonzaga, Vanessa Silva, Itaynara Tuxá, entre outros. A série está disponível no canal do CFP no Youtube<sup>®18</sup>.

Retomo também a abertura do VI Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e Profissão, realizado em 2022 na cidade de São Paulo. A abertura do evento foi realizada pela psicóloga Maria Aparecida Bento, uma das pioneiras do estudo da branquitude no Brasil. Cida Bento aponta os abismos ainda existentes na categoria entre profissionais negras e brancas, além das insuficiências na nossa formação. Contudo, o que mais me chamou a atenção foi seu questionamento ao final de sua fala: realmente mudamos, ou mudamos sem mudar? Estamos construindo mesmo uma Psicologia nova, em respeito às diversidades, ou continuamos adotando como base os velhos pressupostos teóricos do Norte? Enquanto categoria de maioria branca, não podemos simplesmente fingir uma atuação antirracista, embora o reconhecimento

---

<sup>18</sup> Para mais informações, acessar o link: <https://www.youtube.com/watch?v=UmIQtW0Ovak&t=1s>.

nessa história indiscutivelmente relacional já seja um avanço, não é suficiente, pois não interessa na luta antirracista a angústia branca que paralisa e silencia (Carla Akotirene, 2019; Maria Aparecida Bento, 2002), é preciso muito mais.

Importante ressaltar, ainda, a Resolução do CFP n. 018/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, considerando que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer, as psicólogas atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo (Conselho Federal de Psicologia, 2002). Embora muitas psicólogas reconheçam a importância da resolução, a medida não garante que a Psicologia se coloque, de fato, como corpo profissional e teórico frente ao combate ao racismo (Fernando Ferreira, 2020). E devo dizer, essa responsabilidade é nossa, caras colegas brancas.

### 3.3 “e criar outras vozes pra responder essas vozes”: sobre novas vozes dentro da Psicologia – “ela sofre muito e ela não reage”: e sobre o racismo como problema do outro

“Caro menino branco  
 Esse nosso encontro pede a lucidez  
 De saber o lugar que me encontro  
 E você, por sua vez  
 Se é pra andar ao meu lado, saiba que  
 Alguém foi senhor, alguém foi escravo  
 E, entre nós, esse espaço  
 Pede alguns passos.”  
 (Braile - Rico Dolasam)

Os debates sobre questões raciais dentro da Psicologia são pontuais, e quando ocorrem são feitos por *psis* negras. Se sentir parte de grupos discriminados têm impulsionado as profissionais negras e indígenas a estudarem sobre relações étnico-raciais (Conselho Federal de Psicologia, 2012, 2013; Fernando Ferreira, 2020). Todas as psicólogas negras entrevistadas na dissertação de mestrado de Fernando Ferreira (2020) relataram episódios de racismo institucional dentro do próprio ambiente de trabalho, por parte dos demais profissionais e de usuários, sendo que uma das entrevistadas aponta para o fato de que as problemáticas individuais sofridas cotidianamente em função do racismo mobilizam a pesquisa sobre temas que envolvam relações étnico-raciais. “As instituições são brancas” (Paula Gonzaga, 2019, p. 107), e mesmo que negros e negras tenham acesso a elas, isso não significa que os mesmos privilégios da branquitude serão acessados nesses locais.

Ane e Belonísia, psicólogas negras, trazem em suas falas dados que corroboram com os estudos apontados:

E toda a trajetória foi sempre, sempre me senti, eu sempre... fiz parte dos do grupo dos excluídos, né...É, excluída: o que que eu tenho de errado, né? O porquê que eu não posso nem ser uma cobaia? Não sirvo nem pra isso, né, então... foram muitas situações, assim mesmo, sabe, de, de exclusão... (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

[...] e aí eu também, nesse meio tempo, fiz uma entrevista na rede de atenção psicossocial, não passei e foi uma pessoa da minha sala que passou... uma pessoa que era muito diferente de mim, que era totalmente, sim, descompromissada, e, e tal...uma pessoa branca, né? Para começar... e era uma pessoa também nem aí, sabe que não estudava, que não ligava, tinha nenhum compromisso assim mesmo, com a psicologia e com a saúde mental... e aí, eu, nossa tem alguma coisa de errada comigo; que eu fiz errado, meu deus, né? E, e não que eu tinha feito algo de errado, né? Mas hoje em dia, eu percebo, é que eu realmente tinha muita dificuldade de falar sobre mim, né? Ainda tem, ainda tem...assim, processo seletivo, na verdade, para mim é meio que um monstro ainda... hoje, assim, né? Faz tempo que eu não faço nada ligada a isso, mas eu fico muito, muito desorganizada. Quando eu vou fazer algum processo seletivo, né?... eu tinha altas crises assim, de de ficar com raiva mesmo, do lugar, de ficar com raiva das pessoas, de ficar com raiva de pessoas que trabalhavam comigo (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

As interlocutoras evidenciam em suas vivências a intersecção da raça na sua formação profissional, sendo, inclusive, um determinante importante para acesso ao mercado de trabalho e para se sentirem pertencentes a determinados grupos. O não-lugar a que muitas mulheres negras são colocadas em virtude de serem vistas como outras, em oposição aos critérios da branquitude do que seria ser normal ou aceita, é um fator determinante para acarretar sofrimento psíquico (Fátima Lima, 2017). Segundo psicólogas negras ouvidas em pesquisa do Conselho Federal de Psicologia (2012) com o objetivo de ouvir histórias da vida pessoal e profissional, além da trajetória de vida enquanto mulher negra e psicóloga, pessoas brancas são vistas como cartão de visita, o que facilitaria a aprovação de brancos e brancas em processos seletivos, quando comparados a pessoas negras.

Através do viés meritocrático, a ausência de pessoas negras em grupos de destaque, como cargos de chefia, é vista como responsabilização individual, gerando sentimentos de culpabilização, como demonstram as interlocutoras em seus questionamentos “o que que eu tenho de errado, né?”; “aí, eu, nossa tem alguma coisa de errada comigo; que eu fiz errado, meu deus, né? E, e não que eu tinha feito algo de errado, né?”. A meritocracia é uma justificativa das políticas neoliberais para as desigualdades sociais, assim, pela lógica meritocrática, os padrões institucionais são reproduzidos pela ordem racista da sociedade, mantendo certos grupos em posição de poder, quanto subalterniza outros. As diferentes formas que os sujeitos têm acesso a recursos simbólicos e materiais caracterizam a desigualdade social e participam

da constituição da subjetividade (Luane Santos et al., 2013). A naturalização da desigualdade não só faz com que essa se torne invisível a nossa percepção, mas também implica em justificativas para a sua manutenção que envolvem a culpabilização individual, através de ideias como a meritocracia e de fracassos pessoais, levando os próprios sujeitos a se verem nessa posição por merecerem ou por não serem bons, configurando valores que se tornam inconscientes e imperceptíveis (Luane Santos et al., 2013). Portanto, instituições que ignoram o fator racista na ordem natural das relações institucionais, estarão sendo coniventes com a manutenção do racismo, e não conseguirão abarcar a diversidade racial dentro nos cargos de destaque (Arnaldo Mesquita Júnior et al., 2020).

Para Maria Aparecida Bento (1995)

A discriminação contra negras em cargo de chefia sustenta-se na resistência do branco em aceitar alguém socialmente considerada subordinada ocupando o comando de outros brancos. A hierarquia social baseada na raça e igualmente no gênero estabelece que a uma posição inferior na relação ampla entre brancos/negros homem/mulher deve corresponder uma posição inferior no trabalho onde o lugar de um jamais seja ocupado pelo outro (p. 484).

Em virtude disso, muitas mulheres negras encontram-se em rotinas exaustivas de estudo e trabalho para conseguirem ocupar espaços de prestígio que são majoritariamente brancos (Maria Aparecida Bento, 1995; Paula Gonzaga, 2019). A intelectualidade, embora atue como ferramenta de resistência frente ao desejo de ser aceita, também gera, por outro lado, a solidão (Paula Gonzaga, 2019).

[...] é que a gente...tem que correr mais, né? Para tentar alcançar. É bem terrível, mesmo. (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

[...] então, essa sensação, né, de que eu estou fazendo pouco, né? E tanto é que na, na terapia a gente começou a falar muito sobre isso, né? É sobre, sobre essas vozes, de que eu, que eu ouvia, que eu tinha que fazer sempre mais, né? De, de, ter que ser melhor em tudo que eu fazia e tal, né, então, acho que a terapia, a terapia que eu estou fazendo neste momento é me ajuda mais, sabe, nesse sentindo... de entender essas coisas que não são minhas, não são minhas, né? E, E criar outras vozes pra responder essas vozes, sabe assim, então acho que terapia; conversar com, com as pessoas que estão próximas de mim, com pessoas pretas, né? Porque, às vezes, é, eu tenho amigos brancos também, mas tem algumas coisas que às vezes... eu fico, aí, não, é.. branca. Eu converso mais com os meus amigos pretos, também né, e com meu namorado também, mas o meu namorado é branco, né? Inclusive então..(Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

A naturalização da desigualdade social impossibilita que esses sujeitos tenham acesso às pré-condições fundamentais para inserção na sociedade, ao mesmo tempo, é cobrado deles a mesma capacidade de produção e adaptação da classe média, gerando uma competição social perversa (Luane Santos et al., 2013). É necessário problematizar o lugar de fala da branquitude “pela limitação que seus privilégios construíram, pelo projeto político de morte que alimenta e pela negativa do potencial ancestral que as pessoas negras lutam para conservar” (Paula

Gonzaga, 2019, p. 39). Belonísia nos evidencia a limitação da escuta da branquitude em sua fala “Porque, às vezes, é, eu tenho amigos brancos também, mas tem algumas coisas que às vezes... eu fico, aí, não, é.. branca” e a potencialidade da escuta entre iguais: “conversar com, com as pessoas que estão próximas de mim, com pessoas pretas, né?”, o que nos coloca a reflexão de que é preciso muitos passos analíticos e reflexivos do nosso lugar de fala privilegiado para que possamos, de fato, ouvir e escutar o racismo, já que essa violência não assola nossos corpos brancos. A Psicologia tem tido espaço de escuta negra? Ou nossos ouvidos estão afinados em uma sintonia muito distante, territorialmente e subjetivamente, dos processos sócio-históricos do nosso chão e do nosso povo?

Embora massacradas pela colonialidade - ou justamente em virtude das violências coloniais - mulheres negras sempre estiveram à frente de mobilizações sociais, nunca se acomodaram frente às iniquidades do racismo, a exemplo do Movimento de Mulheres Negras (MMN) como pioneiro na crítica a universalização das mulheres pelo feminismo hegemônico, e ao machismo, pelo movimento negro, colaborando para a produção de vida mesmo diante a imposições coloniais de mortes sociais (Carla Akotirene, 2019; Claudia Mayorga, 2013b; Fátima Lima, 2017). Belonísia nos apresenta a potencialidade de resistência e superação através de sua fala “E, E criar outras vozes pra responder essas vozes”. Vozes de resistência para responder a vozes de iniquidades.

Ane traz em suas falas a potencialidade de transformação que suas experiências trazem ao campo de atuação psicológica, subvertendo e fissurando, para isso, teorias de origem eurocêntricas, como a Psicanálise, que carregam, em sua tradição, o distanciamento entre sujeito da análise e analista:

[...] sim, mais crítica e mais social. Tanto que na, enquanto psicóloga e, tanto enquanto professora de teatro, né, de iniciação musical. Então dá para usar as 2 coisas, tanto que temos algumas aulas de musicalização que a gente ou de iniciação teatral que a gente está trabalhando certos temas e daqui a pouco eu estou vendo que a gente está numa sessão de terapia em grupo com adolescentes, as crianças. E aí, dá para misturar essas 2 coisas, né assim.. eu acho que a arte casa muito com a psicanálise... não a Psicanálise tradicional, porque ainda mais são locais, né, de pessoas, né, que precisa de um acolhimento maior, só sem estrutura financeira nenhuma, nem afetiva. Então eu acho que essa psicanálise tradicional não combina ali não cabe. Né? Porque ela, sei lá, ela foca em um público diferente, né? Bem fechado, que eu acho que é o público que das pessoas que vêm com poder aquisitivo maior... que chega com, como se elas já tivessem, já soubessem o que quer e está ali só para validar, para ser validado, né? Para ter a voz validada... com o psicanalista lá no divã, com bloquinho e tal. Mas só que a psicanálise com que eu trabalho não é essa, é. essa psicanálise não chega nesse público mais vulnerável. Eu acho que não chega, não chega... até o nome, né, já assusta. Nossa psicanálise, nossa Freud e tal, então não chega porquê... E, é assim, a gente teve esse tipo de professor mesmo, né...que é onde você fica pensando: nossa, é isso mesmo que eu quero? Eu tive, aham, tive, bastante... falava: nossa, eu não quero clínica porque vou trabalhar só com esse público, assim, que a pessoa vai chegar lá reclamando que o tom da base não combinou com a pele, ó, então não queria não... Mas aí quando eu fui ver que era possível aplicar a psicanálise lá na, na sala de espera do

Conselho Tutelar. Aí você busca lá atrás coisas, né? Que a pessoa passou, o que que é, porque que ela chegou até ali, porque que aquilo se repete e aí você vê que faz sentido, né, dá para trabalhar. É... Então, você tem que ir peneirando mesmo, filtrar e, né, refazer... (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

Ane, como já aponteí, é uma grande amiga, e muitas foram às discussões que tivemos sobre a teoria psicanalítica, antes utilizada também por mim como ancoragem teórica. Contudo, e talvez até contraditoriamente, foi meu encontro com Ane um dos momentos pioneiros onde passo a sentir uma necessidade quase incontrolável de estabelecer críticas a essa teoria. Ouvir as experiências de Ane me fizeram sentir que de alguma forma os seus sentimentos de exclusão estariam relacionados a concepções dentro da Psicologia que não a acolhia, enxergava ou reconhecia sua genial potencialidade, enquanto mulher parda que passou por inúmeras violências ao longo da vida, o que não foi diferente quando chega a graduação de Psicologia aos 50 anos. Embora tenha sido nomeada muitas vezes como forasteira por professores renomados que palestram muitíssimo bem sobre seus autores do norte, Ane assume essa nomeação como potência para a transformação de construir também uma Psicanálise forasteira.

eu fui fazer a disciplina dela...a minha turma já estava prestes a se formar, e eu fui fazer com uma turma, né, que tava entrando. E foi onde uma, uma das turmas que eu não consegui entrar para fazer um trabalho de grupo, eu tive que procurar essa professora. E não, tinha. o trabalho seria, assim, era sexta-feira e o trabalho era na segunda e até então não sabia. Ela falou que o trabalho, só podia ser em grupo. Então fui procurá-la, né? E eu me lembro de contar, ela fala ela colocou a mão no meu ombro e falou assim: aí, é assim mesmo; você é forasteira. Ela usou esse termo, você é forasteira, então, mas Sim, aí eu, aí eu descobri, né, que eu era idosa, forasteira e não pertencia mesmo ao grupo (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

Talvez a professora de Ane não saiba, visto o viés perverso em sua fala e intenção, mas Patricia Hill Collins (2016) nos diz exatamente das posições marginais das forasteiras de dentro, mulheres negras que, justamente por suas posições de exclusão, são capazes de produções com um olhar privilegiado, que às pertencentes e incluídas jamais seriam. E é exatamente isso que Ane faz, adota a nomeação de excluída e forasteira para subverter uma intenção perversa e uma teoria eurocêntrica. A professora mencionada por Ane é um nome importante na universidade onde nos formamos, sendo uma referência psicanalítica para boa parte dos alunos, o que, na minha concepção é extremamente grave, visto inúmeras violências reproduzidas por ela a alunos e alunas que fugiam a padrões cisheteronormativos, de classe e raça, sendo ela uma influência formativa para nossa categoria. Audre Lorde questiona na conferência em *New York University Institute for the Humanities* em 1979<sup>19</sup>, se mulheres negras desmantelariam a casa

---

<sup>19</sup> Para mais informações acessar: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>.

do mestre utilizando as ferramentas do mestre, e em um primeiro momento, ao escutar Ane e alguma amigas negras sobre a ancoragem em abordagens eurocentradas entendi que elas estariam utilizando as ferramentas do mestre, às mesmas que as oprime. Entretanto, agora entendo que uma forasteira possui uma escrita-denúncia, como nos ensina Glória Anzaldúa (2000), que muitas de nós, mulheres brancas, não possuímos. Uma psicanálise reproduzida pelos padrões da branquitude certamente não será a mesma fissurada por uma mulher negra, já que suas ferramentas são outras. Ainda acredito e defendo a necessidade de rompermos com a majoritária adoção de teorias do norte global nas nossas práxis, todavia talvez essa ruptura seja muito mais urgente para nós, psicólogas brancas.

Mulheres negras ocupando espaços de grande visibilidade causam fissuras nas relações de poder, como estratégia de subverter a forma como foram concebidas socialmente (Paula Gonzaga, 2019). Cida Bento, em entrevista ao programa Roda Viva<sup>20</sup>, em maio de 2022, nos questiona o porquê tudo o que não remete ao padrão branco é atacado pelas instituições de poder? São formas de impedir que as relações de poder sejam questionadas, uma vez que, a arma que uma mulher negra possui, que uma mulher indígena possui, são sementes de subversão a um sistema desigual e opressor. Elas representam outras formas de ser, de estar, de pensar, de se relacionar, de sentir, e isso para as instituições brancas aciona o medo branco de perder suas posições de privilégio. Nos controlam, pois, têm medo do que temos a dizer, temem a revolta das mulheres do terceiro mundo (Glória Anzaldúa, 2000)

As sementes de subversão estão sendo plantadas na Psicologia, através das mudanças da composição étnico-racial da categoria, e conseqüentemente na atuação dentro das políticas públicas, com o aumento de psicólogas negras e indígenas devido a importantes conquistas como a política de cotas no ensino superior, completando 10 anos em 2022, através da Lei n. 12.711 (2012), que dispõe sobre a reserva de no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita 9, estabelecendo ainda a Lei n.13.409 (2016), em cada instituição federal de ensino superior, as vagas serão preenchidas, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, ao programa de permanência para estudantes negros e indígenas ao ensino superior, através do Fundo do Desenvolvimento da Educação, resolução n. 13 de 19 de maio de 2013, que estabelece o pagamento de bolsa permanência para estudantes de baixa renda, bem como estudantes indígenas e quilombolas, e ao Programa Universidade para Todos (PROUNI)

---

<sup>20</sup> Para mais informações acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=pA7bZnpRWnY>.

elaborado pela Lei n. 11.096 (2005), atualmente oferta bolsas de estudo, integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Assim, o acesso de negros, negras e indígenas em ambientes acadêmicos tem um potencial revolucionário de questionar o conhecimento hegemônico perpetuado pela branquitude, o qual reduzia os negros e negras a um não lugar, um distanciamento da intelectualidade (Paula Gonzaga, 2019). As psicólogas negras entrevistadas por Fernando Ferreira (2020), reconheceram a importância das ações afirmativas como forma de impulsionar a transformação social numa sociedade racista, fortalecendo a representatividade negra dentro de lugares de poder, como o ambiente acadêmico, o que movimenta as estruturas.

Psicólogas negras são as que mais buscam se especializar em temas que envolvem as relações étnico-raciais, em virtude, especialmente, de problemáticas individuais sofridas cotidianamente em função do racismo, o que mobiliza essa busca (Claudia Mayorga, 2013a; Fernando Ferreira, 2020). Em virtude da própria vivência do racismo e reconhecimento dessa violência na produção do sofrimento psíquico, essas profissionais tendem a não ignorar os marcadores sociais em suas atuações, além dos sujeitos alvos de suas intervenções se reconhecerem racialmente nas profissionais (Fernando Ferreira, 2020; Paula Gonzaga, 2019), promovendo acolhimento o que pode ser notado na fala de Belonísia e Ane:

[...] então foi, Foi muito bom, porque uma das coisas que me ajudou a... contribuiu para que eu fosse contratada foi justamente por eu ter passado por todas essas experiências na políticas públicas. É porque eu trabalho só com crianças em situação de vulnerabilidade, então assim eu não nem saberia como, o que fazer se eu não tivesse passado por isso. Não vou ter tido essa, não ter se... quer dizer, eu fui uma excluída para ajudar os excluídos, porque como eu só não tive escolha, né. Eu tive que foi o que sobrou na, na cabeça dele, foi o que sobrou, mas isso assim, agora eu me sinto realizada. Eu estou onde eu queria estar (Ane, 56 anos, parda, heterossexual, divorciada, formada há menos de 3 anos em instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental e na educação pública).

[...] e aí comecei a atender pessoas preta assim, assim, tinham muitos casos assim graves, né, também para atender... E aí, por exemplo, no atendimento dos profissionais da saúde, esses marcadores, a gente também conversava sobre isso, né? Então, eu atendi, é mulheres pretas lá, né? E aí elas traziam os episódios de racismo que elas sofreram. Assim, sem dar o nome, né? E aí eu dava o nome pra isso, então você sofreu racismo, você sofreu mais violência, né? E assim, relatos assim, muito, muito, violentos mesmo, né, de, de assistente social que trabalhou no fórum, né? E aí é advogado, perguntava se ela veio para fazer a limpeza, né? E, das pessoas se sentirem incomodada dela gostar de se vestir muito bem, dela gostar de vestir roupas muito caras, né? Tipo roupas de linho, né? Ele ela trazia, né, e aí, tanto é que ela saiu do fórum. Ela pediu para sair de lá porque ela passava sempre por essas violências, né? Então, ela foi trabalhar em outro lugar e ela contou que em outro lugar ela também enfrentou muitas coisas nesse sentido, né? Até eu falo assim: aqui é o meu trabalho, fazendo do jeito que eu quero e você vai me respeitar, né? Então a gente dava nome para essas violências, ali, né? (Belonísia, 28 anos, negra, heterossexual, solteira, formada há menos de cinco anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Saúde Mental).

Quem são, racialmente, às psicólogas que estão atuando em Políticas Públicas? A proximidade com o sujeito que faz uso das instituições sociais, que são em sua grande maioria pessoas negras, gera de forma espontânea uma identificação e sentimento de acolhida entre sujeito e profissionais. Psicólogas negras são as que menos utilizam da abordagem psicanalítica em suas atuações, e relatam que recebem com frequência pessoas que passaram por situações de discriminação em busca de psicoterapia (Conselho Federal de Psicologia, 2012; Fernando Ferreira, 2020). Quando essas profissionais nomeiam a cena racista, os autores da violência são evidenciados e o sofrimento recebe um contorno, colaborando para a construção de práticas efetivamente antirracistas (Claudia Mayorga, 2013a; Conselho Federal de Psicologia, 2012) que promovem estratégias de enfrentamento e recursos para lidar com os traumas vivenciados. Reconhecer o racismo na produção do sofrimento, e entender a ideologia meritocrática como parte dessa produção, é deslocar o racismo da esfera individual. O racismo individual compreende às práticas racistas não associadas a instituições ou a sociedade, para essa visão o racismo seria fruto de um comportamento inapropriado do sujeito alvo da violência, por sua vez, a compreensão do racismo como estrutural denuncia o modo aparentemente natural que se constituem as relações de poder, e aponta que o racismo possui uma estrutura social, retirando-o do campo patológico ou de desarranjo dessas relações (Fernando Ferreira, 2020). Algumas profissionais entrevistadas trouxeram cenas de violências racistas presenciadas por elas dentro das instituições, contudo a compreensão demonstrou estar mais relacionada ao racismo como violência individualizada:

[...] até essa semana mesmo a gente tava conversando durante um almoço, né, a gente tava conversando que existe muito aqui dentro, mas comigo não, isso nunca aconteceu comigo, mas foi um comentário do que que acontece aqui dentro da unidade, sabe, as vezes tem pacientes que chega e fala, em questão de saúde mesmo, quer preferir o profissional que atende, sabe?...as meninas falando que por conta da cor delas a pessoa não prefere, prefere que não atenda, até mesmo teve uma que usou a palavra “olha chegou em mim me chamou de crioula, e na hora eu fiquei sem responder porque me deu uma raiva – ela falou – me deu uma raiva tão grande eu não sabia o que fazia” e a pessoa já é de saúde mental também, que é a pessoa que tava falando isso, e aí ela foi e respondeu, diz ela que da forma que veio na cabeça, porque aquilo é uma emoção muito grande que vem pra pessoa né? Mas diz ela que se fosse hoje ela teria respondido de outra forma, mas passa por vários desafios aqui dentro em relação a isso... é uma pessoa, igual essa que foi chamada de crioula é uma pessoa que eu tenho convívio com ela todos os dias, a gente almoça todos os dias junto, a pessoa tem um coração enorme, né, me trata muito bem, a gente vê que não tem maldade com ela né, mas... comigo nunca chegou a ter nenhum caso, nenhuma das queixas aqui comigo, isso foi uma conversa que a pessoa desabafou comigo em um momento ruim (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

É, mas o que o que eu mais é... já percebi... com essa nova gestão, tem a secretária de, de assistência social, que é a primeira-dama. E aí eles criaram outros 2 cargos que eu falo que é primeira-dama, segunda dama e terceira dama, eu brinco assim. E uma delas, ela é negra e ela foi babá da primeira-dama a vida inteira... E foi dado a ela um cargo de chefia. Mas ela, as pessoas não a vêm nesse cargo, né? Porque tem aquela ideia do negro ocupando lugares sempre

de subserviência, né? Então ela não tem o mesmo respeito do que as demais... É sempre, por exemplo, uma vez aconteceu isso, tem uma senhora da limpeza lá, que um dia precisou... não sei o que que era, eu acho que ia ter que limpar rápido um cômodo para começar uma atividade. Eu não lembro. E assim tinha mulheres perto. E a que ela chamou para ajudar ela limpar foi A., que é chefe dela. Isso não é à toa. Eu estava ali. Por que que ela não falou pra mim, “não Flávia., vem pra me ajudar a limpar” ... Esse dia me marcou muito, porque assim ela chamou a chefe dela para fazer um serviço, né, de limpeza e não chamou outras mulheres, então... Ela, eu já vi. Eu já vi falas, é, racista, né? Ah, você fugiu da senzala, está, está achando que é quem? Sabe, coisas para essa chefe, e ela não reage. Isso me deixa muito triste assim. Porque ela ainda não criou, eu acho que ela ainda, ela não se apropriou ainda do lugar dela de, de, de entender que isso é inadmissível, acho que ela, ela foi engolida. Ela é... É aquela... Mulher negra que foi engolida por esse lugar de inferioridade, de acreditar que esse vai ser sempre o lugar dela... Num primeiro momento, todo mundo duvidou que A. fosse capaz, porque é isso, não tem formação, trabalhou a vida inteira no serviço doméstico; babá... então, já fica essa ideia de que ah, não vai dar conta. Com o que? Isso é um absurdo, né? Dá um cargo de gestão para uma pessoa dessa. E ela assim, está tirando de letra. Porque ela é comunicativa, ela é muito boa para aprender. Ela sabe conversar... Mas assim. É... eu vejo, que, que ela que ela sofre. Ela sofre muito e ela não reage. Porque caberia, caberia processo assim, claramente... E eu não ia falar porque vocês não... É, assim, eu não, não problematizei (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

As interlocutoras parecem reconhecer a violência racista dentro das instituições em que atuam, contudo, suas condutas levam a caminhos de responsabilização da vítima pelo combate da violência, o que produz a uma postura de desresponsabilização, enquanto psicólogas desses locais, de intervenções antirracistas em decorrência dos acontecimentos. Isso se deve, dentre outros fatores, a ausência dentro da psicologia de debates acerca do racismo institucional, não fazendo parte significativa da grade curricular dos cursos, o que, muitas vezes, corrobora para a reprodução de práticas racistas pelos psicólogos e psicólogas atuantes em políticas públicas, violentando diversas vezes indivíduos que já estão em condições de extrema vulnerabilidade ao buscarem os serviços, fazendo com que algumas psicólogas neguem a presença do racismo institucional dentro do ambiente onde atuam (Kaïke Costa Oliveira de Jesus et al., 2020). Fabiana, inclusive, menciona, após o relato do ocorrido, que o racismo não chegaria até ela enquanto demanda. Evidentemente o racismo não chegará até nós, pelo menos não da forma que ele chega em corpos negros, é por isso que o movimento de, não apenas reconhecê-lo, mas de combatê-lo, pede passos nossos. Contudo, reconhecer o racismo e não nos silenciarmos diante dele, enquanto profissionais brancas, implica em nos reconhecermos participantes da cena racista. O reconhecimento do racismo retorna todos os dias, pois a colonialidade se atualiza. Ser branca e se reconhecer na cena racista é vivência contínua, uma vez que, é sobremaneira sedutor cairmos no fetiche colonial (Carla Akotirene, 2019) que coloca as vivências dos nossos privilégios desatrelados de um corpo racializado.

Se os relatos não são demandas de racismo que pedem nossa intervenção ativa, questiono mais uma vez: de que forma, nós, psicólogas brancas, estamos esperando que o

racismo chegue até nós? O que me leva a refletir que é muito cômodo que ele não chegue, assim mantemos nosso lugar protegido do setting tradicional, palestrando aos quatro cantos sobre o quanto somos boas em aplicar teorias eurocêntricas nas nossas interpretações, enquanto esperamos que psicólogas negras reajam, combatam, e estudem sobre o racismo. Na pesquisa de Fernando Ferreira (2020), psicólogas negras eram convocadas a racializarem tais vivências, gerando conflitos no ambiente de trabalho, devido a outras profissionais ignorarem que as demandas dos e das usuárias se relacionavam com experiências de discriminação social. Quando racializa o corpo do Outro, a branquitude se abstém de racializar seu próprio corpo, o que implica no não reconhecimento de seus privilégios, já que ser branco toma uma dimensão universal (Geni Nunez Longhini, 2021; Maria Aparecida Bento, 2002). Essa omissão e silenciamento é perpetuada através do pacto narcísico, definido pela autora como um acordo coletivo e inconsciente sobre não falar do que gera incômodo e medo, nesse caso, o medo de perder seus privilégios (Maria Aparecida Bento, 2002).

Quando não nos expomos mantemos as estruturas sociais sobre dominação dos brancos. Lia Vainer Schucman (2002) apresenta os significados que os paulistanos e paulistanas atribuem a sua brancura, assim como eles a exercem cotidianamente. Uma das constatações importantes que a autora traz é de que embora a branquitude se reconheça privilegiada, ela não se reconhece racista, os racistas são sempre os outros. Essa ambiguidade e contradição é um fator predominante no discurso da branquitude, o que faz com que ela continue a reproduzir seu lugar de poder eximindo-se da responsabilidade na produção e perpetuação da estrutura racista (Lia Vainer Shucman, 2002). O reconhecimento do nosso corpo branco na cena racista é de fato, gerador de medo e angústia, pois não foi ensinado ao nosso ego branco que somos produtores e reprodutores de violências racistas.

“Porque nos mobilizarmos com essa luta enquanto branca?”. Foi uma pergunta que ouvi algumas vezes. Não é uma atitude heroica, chega de salvadores brancos. O reconhecimento dos privilégios da branquitude seria um importante passo inicial, adotando uma postura diferente da salvadora branca, como se negros e negras precisassem ser salvos por nós, uma narrativa impregnada de colonialidade (Fernando Ferreira, 2020). É, portanto, uma compreensão de que em todas as opressões, inclusive as que me violentam e violentam os meus, o racismo estará presente, e de que, não existe compreensão efetiva sobre sofrimento psíquico em nosso território, que não passe pelo viés interseccional da raça, do gênero, da classe, da sexualidade etc. A branquitude estabelece relações hierarquizadas também entre os brancos, impondo um padrão inalcançável de beleza, de status, de expressões, que são produtoras de sofrimento

psíquico (Lia Vainer Shucman, 2002). Além do mais, retorno ao verso de Emicida “enquanto a terra não for livre, eu também não sou”

Tipo um girassol, meu olho busca o sol  
 Mano, crer que o ódio é solução  
 É ser sommelier de anzol  
 Barco à deriva sem farol  
 Nem sinal de aurora boreal  
 Minha voz corta a noite igual um rouxinol no foco de pôr o amor no hall  
 Tudo que bate é tambor  
 Todo tambor vem de lá  
 Se o coração é o senhor, tudo é África  
 Pois em prática, essa tática, matemática falou  
 Enquanto a terra não for livre, eu também não sou  
 (Principia – Emicida, Pastor Henrique Vieira, Pastoras do Rosário e Fabiana Cozza)

Cida Bento, psicóloga negra, ainda diz em sua entrevista no programa Roda Viva que se não tivesse que falar de racismo, se não fosse urgente escrever sobre branquitude, ela escreveria algo que não envolvesse relações raciais e de gênero. Escreveria sobre ficção e romance. Escreveria o que não escreve hoje. Romperia, mudaria de rumos. Do que psicólogas não brancas estariam falando, palestrando, estudando, escrevendo se não lhes fosse urgente lutar por uma Psicologia que não as silencia?

3.4 “*Aqui o que que a gente mais tem aqui é a questão realmente da, do comodismo, podemos dizer assim... porque a necessidade... não tem*”: Sobre como estão vendo os sujeitos alvos de sua intervenção e sobre como estão entendendo a política em que atuam

(...) O Criador deixou a humanidade aqui na Terra  
 E foi pra algum outro lugar do cosmos  
 Um dia, ele se lembrou de nós e disse  
 Ah, eu deixei minhas criaturas lá na Terra  
 Preciso ver o que elas se tornaram  
 Mas, enquanto fazia esse movimento incrível de vir até aqui nos ver, ele pensou  
 E se eles tiverem se tornado algo pior do que eu posso conceber?  
 O melhor seria não ter um encontro pessoal com eles  
 Vou fazer o seguinte, vou me transformar em uma outra criatura  
 Para ver as minhas criaturas  
 Ele se transformou num tamanduá e saiu pela campina  
 Em certo momento, um grupo de caçadores, munidos de bordunas e laços  
 Se encostaram numa paisagem, avançaram sobre ele, o prenderam  
 E levaram pro acampamento com a intenção óbvia de comê-lo  
 Duas crianças gêmeas, que observavam a cena  
 Evitaram que ele fosse levado para a fogueira  
 Ele então se revelou para os meninos  
 Que antes que os adultos descobrissem, acobertaram a sua fuga  
 Do lado de uma colina, os meninos gritaram  
 Avô, avô, que você achou da gente, das suas criaturas?

E Deus respondeu: Mais ou menos!  
 Viver é partir, voltar e repartir (morte é quando a tragédia vira um costume)  
 Partir, voltar e repartir (pra diferença da qual ninguém tá imune)  
 Viver é partir, voltar e repartir (mas ouça de alguém que nasceu num tapume)  
 Partir, voltar e repartir (é só na escuridão que se percebe os vagalumes)  
 (É tudo pra ontem – Emicida com participação de Gilberto Gil)

As origens do SUS e do SUAS, antes da regulamentação de suas ações, foi permeada por atuações minimalistas e simplistas da medicina, que entendiam atenção em saúde e a assistência social como voltada apenas para populações de baixa renda, o que resultava em ações com ênfase no marcador de classe (Marcos Vieira-Silva et al., 2019). A Legião Brasileira de Assistência Social, criada pela então primeira-dama Darcy Vargas, em 1942, foi um dos marcos da Assistência Social no Brasil, e carregava a forte relação entre público e privado, onde a caridade era utilizada como forma de poder da classe dominante para as populações de classe popular, o que colaborou para a aproximação entre a concepção de Assistência Social como troca de favores, clientelismo, atualizando as relações desiguais de poder (Marcos Vieira-Silva et al., 2019). Apenas em 1988, com a constituição federal, a assistência social ganha um novo posicionamento, e a Política de Assistência Social ganha um caráter estatal, recusando práticas assistencialistas e clientelistas “pautadas por pressupostos éticos e conhecimentos teóricos e metodológicos que visam à autonomia, à participação social e ao exercício da cidadania” (Marcos Vieira-Silva et al., 2019, p.43).

Com a Constituição de 88 a seguridade social passa a ser um dever do Estado, ganhando um cunho político, possibilitando que em 1993 seja promulgada a LOAS, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), regulamentando o SUAS (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011) entendido como: “Uma política não contributiva, dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar, constituindo-se em um sistema de Política de Proteção Social junto a outras políticas quem visam promover cidadania” (Rafael Silva & Patrícia Cezar, 2013, p. 3).

Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), se organizando em níveis hierarquizados de complexidade, com serviços de proteção básica, média e alta complexidade. Visto a assistência social nascer no Brasil desprovida de um caráter político transformador, mas aliada a um valor moral, desarticulada de práticas sociais e em de viés provisório, torna-se fundamental que as ações dentro da assistência social resgatem os processos históricos de sua origem no Brasil, se dando conta de que esse nascimento parte de uma tensão entre clientelismo, assistencialismo e cidadania, resguardando o caráter colonial dessa produção, uma vez que, as relações escravocratas no interior das famílias eram marcadas

por troca de favores, uma servidão mascarada pela falsa relação de harmonia, mas que resguardava a subserviência (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Marcos Vieira-Silva et al., 2019).

O reconhecimento da assistência social como política pública na constituição de 88 garantiu que o modelo assistencialista e clientelista fosse questionado através da inclusão de profissionais que garantisse a execução da política em defesa da população em vulnerabilidade social, como é o caso da inserção da psicologia nesse campo (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011). Apenas no final da década de 80 o serviço da Psicóloga é questionado como sendo voltado apenas para classes sociais que podiam arcar com suas intervenções em espaços como a clínica, as organizações e algumas áreas da educação, abrindo-se para uma nova compreensão de que a Psicologia deveria se comprometer com a realidade do território brasileiro, e se inserir em espaços onde as profissionais psis atuassem em favor da construção de práxis que transformassem a realidade social (Rafael Silva & Patrícia Cezar, 2013). A Psicologia Social no Brasil é influenciada por matrizes de pensamentos do norte na década de 30, especialmente dos Estados Unidos, teorias que buscavam essencialmente explicações individuais para problemas sociais. Por outro lado, na década de 80 ganha força movimentos de organizações identitárias com uma proposta de uma psicologia social atenta às realidades no nosso território, histórica e contextualizada, eclodindo na constituição da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, na UERJ (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011).

Na Psicologia Social, o cuidado com a comunidade deixa de ser restrito a área clínica e passa a ser considerado também na relação com os movimentos sociais (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011). Assim, existem vários diálogos possíveis entre a atuação em políticas públicas e a Psicologia Social, em destaque para a Psicologia Social Comunitária, especialmente por serem estas áreas que consideram as construções históricas da sociedade e dos sujeitos ali inseridos, visando o cuidado e atenção para populações em vulnerabilidade (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011). A psicologia social comunitária potencializa a atuação política da psicóloga no campo das políticas públicas. Contudo, o diálogo da atuação da *psi* no campo das políticas públicas alicerçados nos preceitos da Psicologia Social Comunitária ainda necessita ser mais fortalecido no meio acadêmico, o que leva às profissionais a ingressarem em políticas públicas, como no SUAS, com pouco conhecimento acerca desse campo de atuação, ancorando boa parte de suas intervenções na compreensão assistencialista e clientelista (Conselho Federal de Psicologia, 2019; Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Rafael Silva & Patrícia Cezar, 2013; Roberta Motta et al., 2021). É importante considerar também que a inserção da Psicologia no campo das políticas públicas ocorreu muito mais em

virtude de ser essa uma formação com uma ampla possibilidade de atuação em diversos contextos, incluindo a demanda que emergiu das políticas sociais, do que uma reflexão ética e política profunda por parte da categoria da importância da atuação psicológica nesses contextos, o que se relaciona, ainda, com o fato de que o público alvo da Psicologia foi constituído, historicamente, para a atuação junto às elites sociais, com predominância para a clínica particular, em detrimento de famílias em vulnerabilidade, as quais as políticas sociais tendem a voltar o olhar (Roberta Motta et al., 2021).

Nesse sentido, olhar o sujeito negligenciando suas complexidades, as quais atuam produzindo desigualdades sociais, não só é ineficaz, como reproduz violências sociais. Apesar dos esforços do governo Lula, 2003 a 2010, em investir em políticas públicas para a amenização da desigualdade social, o índice de Gini, número que mede desigualdade de renda – quanto maior o valor, maior a desigualdade-, manteve-se em 0,5 em 2008, um valor que demonstra profunda desigualdade (Luane Santos et al., 2013) tendo aumento nos últimos anos durante o governo Bolsonaro, alcançando o valor de 0,54. Em 2023, após o início do novo governo Lula e investimento em políticas sociais, o índice baixou para 0,51, o menor valor em dez anos. A consolidação da pobreza se dá através do aumento da desigualdade social, entendida como:

uma construção coletiva, consolidada cotidianamente nas relações estabelecidas pelos sujeitos a partir das práticas sociais reiteradas pelas crenças e valores. Acrescenta-se ainda que, em países periféricos como o Brasil, a desigualdade social toma contornos perversos, dada a condição de miséria e de subcidadania vivenciada por amplas camadas da sociedade (Luane Santos et al., 2013, p. 703).

A desigualdade social também constitui a forma como o meio social irá se estruturar, nesse sentido a constituição da subjetividade individual dos sujeitos também é atravessada pela forma como a subjetividade social é elaborada, portanto a forma como os sujeitos se constitui subjetivamente não deve a fatores intrapsíquicos isolados, mas a uma relação complexa com o contexto no qual está inserido (Luane Santos et al., 2013). A relevância social que a Psicologia tem dado a desigualdade social, como um parâmetro não individual, ainda é recente e pouco explorada, o que remete a uma problemática, visto o entrelaçamento entre a situação de desigualdade e a constituição da subjetividade, assim, a categoria ainda tem se pautado em intervenções com resquícios coloniais do assistencialismo e clientelismo, atualizando e retroalimentando as diversas violências experienciadas nos contextos de desigualdade (Luane Santos et al., 2013). Diante disso, os sujeitos são vistos como portadores de uma personalidade incapaz de se adaptar, improdutiva e inútil a um bom desenvolvimento pessoal (Luane Santos et al., 2013). Foi notório em boa parte das interlocutoras a compreensão de que os sujeitos que

buscam acesso frequente às instituições promotoras de políticas públicas estariam acomodados a suas condições, sendo responsabilizados pela manutenção de suas realidades sociais:

[...] por exemplo Natanna, que é uma forma da gente pensar que pessoas tem que procurar uma mudança, de trazer uma mudança na vida do outro, seria num contexto por exemplo, sei lá as vezes eu posso receber tipo 5 salário mínimos, 10 salários mínimos, mas se é uma questão minha cultural da forma de enxergar a minha vida e de levar a minha vida, eu não vou ter uma consciência, uma percepção, que eu posso ter uma qualidade de vida diferente, eu sentia isso muito, eu sinto isso muito também, então as vezes, não sei...acho que eu to sendo até rasa de me expressar dessa forma, meio que eu to “escrava” de algo, mas eu preciso entender “porque eu to escrava de algo?” Porque tem todo um contexto familiar já, e eu sinto as vezes que as pessoas as vezes mudaram de vida, de condição, as vezes tem uma vida... não vou falar uma vida boa, mas buscar uma qualidade de vida com a condição que ela tem hoje, só que ela se torna escrava, ela não quer sair daquela dependência (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

[...] a gente pode querer ajudar, auxiliar, a gente pode querer jogar a oportunidade da pessoa, mas se ela não quiser trazer essa oportunidade para a vida dela, para a realidade dela, ela não vai mudar, e há uma desestrutura familiar constante que a gente presencia, em todos os sentidos.. depende deles, do interesse deles, a gente, lógico, o nosso trabalho também é muito importante, né, o jeito que a gente desenvolve o trabalho, eu acho que principalmente o jeito que a gente acolhe, eu acho que isso é muito importante, porque acho que tudo tá ligado no vínculo que a família desenvolve com você, né, então assim se você tiver uma bom vínculo com a família talvez você consiga um resultado legal... (Luiza, 31 anos, branca, heterossexual, casada, formada há menos de 10 anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

[...] outro desafio que eu via muito, ainda vejo até hoje, é comprometimento também do paciente sabe, de continuar, de dar continuidade do tratamento... beleza tem muita gente que quer, mas ai cê chama existe muita falta de comprometimento da pessoa com a psicoterapia de vir toda semana, tem, ai cê chama vem uma, duas, não tem aquele comprometimento (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

São... aqui o que que a gente mais tem aqui é a questão realmente da, do comodismo, podemos dizer assim... porque a necessidade, fome é... não tem, não tem aquelas pessoas que, por falta de emprego, que por falta disso estão passando necessidade... e são famílias que a maioria das vezes se acostuma a vir aqui... a prefeita sede a cesta e quando nós começamos aqui era doado mais ou menos, acho que umas 50 cestas, hoje é 260 por mês. 260 cestas, 260 kits de higiene...e nossa, como se acomodam. Eles já ligam aqui, e: cadê minha feira? Né? E a gente se torna o mercado. Veio pegar a minha feira, né?(Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

Interessante notar a fala da interlocutora que remete ao processo de escravatura: “meio que eu tô “escrava” de algo, mas eu preciso entender “porque eu tô escrava de algo?” (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social). Quando ela convida o sujeito a questionar os motivos pelos quais estariam, em sua concepção, o levando a ser escravo de algo, referindo aqui aos benefícios socioassistenciais garantidos na instituição onde ela atua, existe uma denúncia de uma concepção de que, se libertar da condição de escravo, deveria ser uma luta ou

produção do próprio sujeito. Quando retomamos a diáspora africana, nos damos conta que o sequestro e aprisionamento dos povos negros não foi uma escolha, mas uma imposição violenta, desumana e colonial. A liberdade dos ex-escravizados, sem incluí-los na vida social, evidencia a exclusão da possibilidade de constituição de uma organização psicossocial, fundamental para a elaboração de uma socialização, que leva a efetivação da organização familiar, comunitária, cultural, etc. Entretanto, passa a ser visto no Brasil a configuração de uma desorganização familiar, que se reflete em uma desorganização social de ex-escravizados e mulatos, como sendo fruto de uma incapacidade individual, compreensão que se estende também para famílias de classes populares (Luane Santos et al., 2013).

O processo eurocêntrico imprimiu marcas profundas de violência, construindo um conjunto de discursos e práticas que geram dores, vazios, assombramentos do povo negro, lançando no oceano a dicotomia entre humanidade e natureza (Carla Akotirene, 2019; Fátima Lima, 2017). Contudo a inversão colonial é um mecanismo da branquitude que atravessa a prática discursiva e busca modificar a verdadeira história. Pela inversão colonial o branco se coloca como bom, incapaz de qualquer violência ou iniquidade, enquanto negros e indígenas seriam perigosos, hiperssexualizados, invasores que necessitavam ser docilizados. Essa compreensão coloca o processo de escravatura como responsabilidade do negro, com a justificativa de que negros e negras já viviam de regimes escravagistas em seu continente, assim o branco camufla seu longo histórico de violência (Geni Nunez Longhini, 2021). O racismo, como projeto político e histórico, constitui subjetividades, percepções e afetos, se sustentando pela prática discursiva que legitima explicações racionais para as desigualdades sociais (Fernando Ferreira, 2020)

A visão de que os sujeitos que buscam instituição sociais para acessarem direitos básicos seriam acomodados, além de serem resquícios de práticas coloniais clientelistas e assistencialistas, visto reduzirem o olhar ao combate às desigualdades sociais a concessão de benefícios, práticas comuns a relação casa grande-senzala e a ideologias cristãs, também desvelam a forma como negros e negras foram olhados após a abolição da escravatura. A chegada da abolição no final do séc. XIX representou um grande entrave ao ideal de civilização moderna europeia, economicamente voltada para as atividades industriais. Às pessoas escravizadas que foram consideradas livres após a constituição de 88 foram incorporados ativamente nas atividades industriais, além de passarem a ser um problema do Estado com o rompimento das relações entre senhor e escravo, que trazia para o âmbito privado o que era feito com negros e negras. Essas questões se tornaram um grande empecilho para o ideal de branqueamento e a tão almejada civilização, colocando negros e negras a margem das relações

econômicas, lançando um contingente de ex-escravizados numa zona de apagamento, violência e extermínio (Daniara Martins, 2021). Para a autora:

Tais relações configuravam-se por vínculos de dependências que faziam as vezes de um Estado ineficaz em termos de garantia de direitos, nas quais questões de domínio público eram absorvidas pelo âmbito privado da Casa-grande, sobretudo no que tange os tratamentos concedidos aos escravizados (Daniara Martins, 2021, p. 109).

A manutenção dos vínculos de dependência entre senhores e escravizados garantia que a ordem social não fosse questionada, e negros e negras continuassem em posição de subserviência.

O reflexo disso no processo histórico da administração pública brasileira e da política de assistência social é a combinação, em ambos do formalismo legal, que pressupõe impessoalidade, com um sistema de acomodação das demandas pessoais e troca de favores, base do clientelismo. Além disso, a concepção de família patriarcal fornece o grande modelo em que vai se calcar a relação entre governantes e governados (Marcos Vieira-Silva et al., 2019, p.42).

Antes senhores de escravos, e agora senhores dos meios de produção (Daniara Martins, 2021) com o fim do período de escravagista, a casa-grande se desresponsabiliza por negros e indígenas lançados a margem, e que agora devem ser responsáveis por si mesmos, por seus fracassos e conquistas, como se esses senhores lavassem suas mãos sujas de sangue. As interlocutoras reproduzem o discurso meritocrático da colonialidade através do que nomeiam de comodismo, falta de responsabilidade ou de comprometimento. A fala da interlocutora “e gente se torna mercado...” (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social) desvela o lugar que essas instituições ainda estão ocupando dentro da sociedade, e para os sujeitos que necessitam fazer uso delas, muito mais do que uma relação que partiria do próprio sujeito. A desigualdade se retroalimenta na medida em que governantes colaboram para a disseminação de práticas exclusivamente econômicas para “sanar” essa realidade, ocultando as relações sociais fundamentais para essa constituição desigual, como a subcidadania dada a alguns grupos em detrimento de outros (Luane Santos et al., 2013). A compreensão de subcidadania perpassa por uma definição hierárquica coletiva de quem é ou não é considerado gente ou cidadão, atualizando o processo de opressão através quando sujeitos que vivenciam a desigualdade social passam a ser vistos como marginais a partir de produções simbólicas como o jeito de falar, de se vestir, de pensar etc. (Luane Santos et al., 2013). Chama a atenção a culpabilização dos sujeitos em vulnerabilidade pela relação histórica construída com a instituição, e consequentemente com os profissionais que ali atuam. Cabe, portanto, o questionamento dos processos sócio históricos que participaram da construção do lugar assistencialista dessas instituições, retroalimentando às desigualdade sociais, e o rompimento com essas concepções devem partir da conduta das profissionais, através do conhecimento e da

criticidade sobre a sua atuação, se apropriando de práticas que sejam realmente efetivas, rompendo como modelos que atualizam as diversas violências experienciadas nos contextos de desigualdade (Rafael Silva & Patrícia Cezar, 2013).

A concepção que atravessa a compreensão de como seriam ou se dariam às relações no interior das famílias desses sujeitos, também demonstra partir de compreensões estigmatizadas, tendo sido comum a utilização do termo “desestruturadora” para se referir a esses grupos familiares:

então 90% do público-alvo, das pessoas do SUAS, realmente são pessoas vulneráveis de questão financeira e emocional também, né, e não só financeira, a gente percebe uma desestruturadora familiar muito grande das famílias que são acolhidas do CRAS, do CREAS, do abrigo né, eu vejo que são, há uma desestruturadora enorme... e há uma desestruturadora familiar constante que a gente presencia, em todos os sentidos...drogas conflito familiar, violência doméstica, abuso, todas essas questões de vulnerabilidade, de direitos violados então assim, isso tudo eu visualizo com desestruturadora familiar... (Luiza, 31 anos, branca, heterossexual, casada, formada há menos de 10 anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

[ ] por exemplo, hoje o CadÚnico é relacionado aos benefícios do CRAS, então se eu percebo que a família tal não enquadra, se eu jogar a renda lá per capita não passa, mas por exemplo se eu vejo “nossa aquela família lá é realmente muito desestruturada, mas será que realmente eu não posso ajudar aquela família?” (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

O que às interlocutoras estão entendendo por famílias desestruturadas parece partir de uma concepção hegemônica, e obviamente patriarcal, do que seria uma estruturação positiva, visto que estão se referindo a grupos familiares que vivenciam a desigualdade social através de marcadores como o racismo, o desemprego, a presença do uso abusivo de substâncias psicoativas, as relações que fogem a heterossexualidade compulsória. A desestruturadora aqui nada mais é do que a ancoragem no modelo branco e heteropatriarcal que formula a noção de família atravessada em um viés cristão e racista, visto que, o homem branco heterossexual ditou sobre o mundo a partir do seu lugar de fala, um lugar permeado por privilégios, produzindo compreensões epistemicidas (Paula Gonzaga, 2019). São essas famílias que as políticas sociais devem se debruçar e, contraditoriamente, são essas famílias que estão sendo olhadas como responsáveis pelo distanciamento do que se espera que elas sejam, ou de que tipo de sujeitos elas deveriam produzir.

A psicologia resguarda em suas origens parte da responsabilidade sobre a adoção de uma estrutura como parâmetro para o que seria considerado normal, a exemplo de teorias estruturalistas como a Psicanálise Freudiana, que compreende o psiquismo a partir de estruturas da personalidade, e através do conceito edipiano imprime subjetivações do que seria um modelo familiar não patológico. A reprodução acrítica dos conceitos teóricos psicanalíticos, faz com que a universidade se torne um ambiente que reproduz a heteronormatividade, e diversas outras formas estruturantes de subjetivação impostas pela colonialidade, como a gordofobia, o racismo

e o sexismo, tornando-se fundamental a nossa categoria buscar romper com as reiterações de pressupostos de desumanização e patologização de experiências que escapavam ao modelo branco burguês heterossexual tão largamente produzidos e reproduzidos pela psicologia e pelo racismo científico (Paula Gonzaga, 2019). Para a autora:

Ainda se admite em muitos círculos que o fenômeno psicológico é passível de ser analisado a partir de perspectivas de teorias psicológicas europeias e norte americanas, que circunscrevem a formação psíquica às experiências familiares da primeira infância ou a aspectos fisiológicos que interferem no temperamento humano (Paula Gonzaga, 2019, p. 83).

Quando olhamos para o surgimento da Psicologia, notamos seu nascimento juntos aos interesses da elite, conectada ao capitalismo, compondo instituições sociais como instituições disciplinares e fazendo uso das ciências sociais a favor da ordem (Marivete Gesser, 2013; Rafael Silva & Flávia Carvalhaes, 2016). Segundo Silva e Carvalhaes (2016, p. 249) “concebeu-se à Psicologia um caráter utilitarista, prescritivo e disciplinador, cujo objetivo maior era a adaptação social, sem a problematização dos contextos e modos de vida a estes vinculados”. No período da colonização os jesuítas eram responsáveis pela educação dos filhos dos colonos portugueses e imposição religiosa aos indígenas, culminando numa psicologia moral a favor da aculturação e pedagogia do medo (Mitsuko Antunes, 2012). Assim, “percebe-se que os saberes psicológicos se compõem de ideias que dão sustentáculo à empresa colonial” (Mitsuko Antunes, 2012, p. 49). Aliada ao projeto colonial, os saberes psicológicos contribuíram para o que a medicina social chamou de higienização e normatização, no séc. XIX (Mitsuko Antunes, 2012), o que significa que inimagináveis violências foram investidas contra aqueles que fugiam a lógica colonial do homem branco, intensificando os genocídios dos povos negros e indígenas, já assolados pela escravidão, corroborando com o que nos aponta Paula Gonzaga (2019), sobre o papel da psicologia na construção de um ideal branco.

Percebemos, diante disso, o quão distante ainda estamos de rompermos com concepções coloniais e normalizadores em nossas intervenções, justamente em locais onde, obrigatoriamente, as condutas deveriam partir de ações acolhedoras, não violentas e consoantes com a garantia de direitos que há muito, e por muitos, já foram violados. Chamo atenção, ainda, para as falas de Luiza e Borboleta, que reforçam a compreensão de que a atuação psicológica deveria partir da correção de uma conduta considerada desviante, através do que uma das interlocutoras chama de “regra”, e a conseqüente responsabilização da família por tal conduta:

[...] a gente tem meninas aqui de 11 anos que a mãe não tá nem ai... não importa, não tem regras em casa, não tem limites, a gente tenta por regras neles aqui, a gente quer ensinar algumas coisas pra eles pra ver se eles se tornam pessoas de bem, mas alguns eu não vejo um futuro tão positivo, pode ser que mude, mas eu não consigo visualizar, em outros já (Luiza, 31 anos, branca, heterossexual, casada, formada há menos de 10 anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

[...] e tivemos muitas interações assim de forma incorreta nós tivemos, mas sempre responsabilizando a família porque a família que faz a solicitação (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

O lugar que o sujeito, e conseqüentemente a família, ocupam no imaginário das profissionais parece estar previamente delimitado: uma família desestruturada, sem regras, incapaz de formar cidadãos de bem. A naturalização da desigualdade coloca os sujeitos em um lugar de liberdade limitada, condicionando-os a um lugar histórico e social previamente estabelecido, validando-o como aquele incapaz de ter acesso a comportamentos e demandas estabelecidas por um determinado grupo social (Luane Santos et al., 2013). Uma das profissionais confessa a não visualização de um futuro positivo para a maioria desses sujeitos, um discurso enraizado na lógica neoliberal, cristã e burguesa, que foi veementemente ecoado nas duas últimas eleições presidenciais por grupos de extrema direita. A interface entre atuação psicológica e a reprodução de discursos políticos neoliberais produz olhares violentos que ditam, até mesmo, futuros não promissores. Para essa compreensão, esses sujeitos já chegam na instituição fadados ao fracasso, o alvo já está estabelecido, e só restaria, então, esperar a estatística se cumprir, e o jovem negro ter sua vida ceifada. Não ser validado e reconhecido como sujeito capaz de se adequar socialmente, não implica apenas em não adquirir um respeito social, mas produz sofrimento psíquico, especialmente quando é naturalizada a compreensão de fracasso pessoal (Luane Santos et al., 2013). O quão contraditório, e desumano, é atuar em uma instituição promotora de políticas públicas e partir dessa compreensão? Mais uma vez as produções da branquitude geram atuações que apagam o sangue em suas mãos. A ambigüidade e contradição discursiva é um mecanismo da branquitude, que, embora se reconheça privilegiada, não se reconhece racista, o racista é sempre o outro (Lia Vainer Shucman 2002). Algo, entretanto, escapa no discurso da branquitude, desvelando cenas em que supostamente ela abomina, contudo, a prática produz a confissão, e concretização, da violência.

A contradição discursiva pôde ser percebida também no discurso de Amanda sobre a forte tradição LGBTfóbica presente na cidade onde atua:

[...] sempre foi uma cidade muito polêmica, né? Eles falam que... a orientações sexuais aqui sempre foram muito diferentes das outras cidades, né? Às vezes o pessoal falava assim: olha, o viado de (cidade), né? Que se você beber, você vai virar gay, vai virar sapatão, né? Eu lembro de escutar isso enquanto jovem...era adolescente, morando lá, a gente escutava... então, já é uma cidade que já traz uma carga muito grande, né? De orientação sexual...O preconceito, aqui, da maioria das pessoas parte deles mesmo... né? Deles mesmo, às vezes de, de se assumir, de se aceitar, né? E fazer esse tipo de trabalho aqui, nós tivemos uma resistência muito grande... Então, é uma resistência deles mesmo e a gente percebe isso. Essa geração agora tá vindo, é, é, muito complexo, porque estão se intitulando bi acabou, eu sou e pronto. Eu gosto dos dois... Não se torna um problema em si, não... não se torna um problema não. Se torna... como é que

eu possa te dizer... alguma coisa, do público mesmo, de autoaceitação. Não é, pra eles não é problema. Seria uma solução se a gente conseguisse pegar esses mais velhos e abrir a cabeça deles e colocar a informação lá dentro e fechar. Mas não aceitam... os mais velhos não aceitam... quando passa alguém e fala: ah, aquele gayzinho... mas, meu senhor, o senhor não pode falar uma coisa dessa, né?... às vezes, comentava, porque era muito adolescente, ria todo mundo junto e os rapazes falavam quando a gente saía: às mulheres de (cidade) são facinhas de comer... já não tinha um nome muito bom... né? Acho que a Dona Beja não deixou uma raiz muito boa pra nós aqui não (risos). Eles contam que ela cavalgava pelada nos campos, então, as histórias são assim... de orgia mesmo, que a cidade era liberal e bam bam bam. E acaba que a gente carregou isso, o que escutava, né? Meu filho, por exemplo, que hoje tem 27 anos, ele chega aqui e fala: mãe, me dá uma água mineral, não vou tomar água daqui. Né? Eu falo: isso mexe com a sua masculinidade beber água daqui? Qual que é o seu problema? Não tá resolvido ainda? Né? Então, é, bem complexa... aqui tem muito disso (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

Suas falas me resgataram na memória os bordões que muitos utilizam para se referir aquela comunidade, como “quem bebe a água de (cidade) vira viado”; “se é de (cidade) é viado”; “é assim porque bebeu água de (cidade)”. Amanda nomeia a cidade de polêmica. Por polêmico a interlocutora parece entender aquilo que foge ao modelo branco heterossexual e burguês, denunciando um modo de patologização de experiências de diversidade, amplamente reproduzidas pelo racismo científico e pela Psicologia (Paula Gonzaga, 2019). Quando olhamos para nossa categoria, 53% das psicólogas moram com parceiros do sexo oposto e apenas 1% mora com parceiras do mesmo sexo, aparentemente uma maioria heterossexual, que lança a problemática a categoria de discutir a transfobia, o cissexismo e a cisnormatividade já que são, sobretudo, problemas gestados por pessoas cis (Lhullier, & Roslindo, 2013; Ueslei Solaterrar, 2020, Ueslei Solaterrar & Laura Lowenkron, 2020). Entretanto, apenas 1% das psicólogas demonstraram se dedicar a estudar relações de gênero (Lhullier, & Roslindo, 2013).

A contradição presente em seu discurso se dá quando, apesar da interlocutora demonstrar preocupação com o tema, ela entende a LGBTfobia como um preconceito que partiria da própria vítima pela não aceitação da sua sexualidade, o que dificultaria o trabalho com esse público. Além disso, ela se refere ao passado histórico da cidade como “uma raiz não muito boa” ao definir como “orgia” e “condutas liberais”, aquelas praticadas por Dona Beja, mulher de ascendência indígena que morou na região durante o século XIX. Dona Beja, como era conhecida, foi raptada ainda na adolescência, por um ouvidor do rei na época do império, seu avô foi morto ao tentar impedir o sequestro. “Ao longo da vida chamou atenção por irritar mulheres e encantar homens graças a seu charme e beleza... Por outro lado, a sociedade local

considerava que ela tinha comportamento duvidoso e colocava em risco os valores éticos”<sup>21</sup> (P.H. Mota, 2021).

Dona Beja é uma das inúmeras mulheres indígenas que foram violentadas por homens brancos. Uma das premissas do genocídio e etnocídio do povo indígena parte da compreensão racista e colonial de que mulheres indígenas eram sujas e impuras, visão que se estrutura através da homogeneização dos modos de vidas, onde o branco é o modelo central (Abrahão Santos 2017; Geni Nunez Longhini, 2021). A interlocutora acessa a história de sua cidade reproduzindo o discurso racista e colonial empregado, ao invés de romper com essa violência, o que poderia colaborar para cessar iniquidades atualizadas pela colonialidade e que colocam inúmeras outras Bejas em posição de subalternidade.

Segundo a Resolução do CFP n. 001/99 (1999) que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual, “os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatização contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Ademais, sendo a Resolução n. 8 DE 17 (2022), que estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, a psicóloga e o psicólogo contribuirão para eliminar todas as formas de violência, preconceito, estigmatização e discriminação em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo - CEPP, reconhecendo as bissexualidades e demais orientações não monossexuais como legítimas, não as vinculando às homossexualidades ou às heterossexualidades (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Todavia, em defesa de uma “Psicologia Neutra”, principalmente nas práticas clínicas, muitas psicólogas intervêm buscando a adequação à heterossexualidade, o que implica em experiências violentas de sofrimento psíquico (Paula Gonzaga, 2019). Como uma forma de contrapor essa perspectiva patologizante, Ueslei Solaterrar e Laura Lowenkron (2020) propõe baianar a academia através do que ele chama de estudos transviad@s, resgatando saberes marginais dentro dos saberes hegemônicos que compuseram a psicologia, ou seja, encontrar também entre os saberes heterocentros as fissuras que permitem ir além, dar a volta na folha.

---

<sup>21</sup> Mota, P.H. Quem foi Dona Beja, a mulher mais famosa de Minas Gerais, Segredos do Mundo, 2021, disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/dona-beja-quem-foi/>.

#### 4. CAPÍTULO 3 - Da atuação em comunidades: sobre atuação em instituições sociais e os atravessamentos que envolvem ser psicóloga em cidades pequenas—construindo saídas possíveis

Este capítulo busca fomentar compreensões e reflexões sobre uma realidade muito próxima a mim, às cidades pequenas, contextos que se configuram por vínculos sociais intensificados pela partilha de vivências cotidianas, mais ou menos opressivas. Nesse cenário de redes familiares, a atuação da psicóloga encontra conflitos que atualizam questões caras a nossa categoria, como a pretensão da atuação neutra versus a convocação pela práxis coletiva. A discussão produzida até aqui se afunila e se complexifica quando aliamos toda a problemática apontada - desde nossas matrizes curriculares eurocentradas até a atuações marcadas pela branquitude e desprovidas de criticidade histórica - a realidades onde a psicóloga é tensionada a desocupar a posição de uma profissional que não diz dos seus pertencimentos. Se tampouco estamos nos preparando para uma práxis ética dentro das políticas sociais, em que medida estamos produzindo avanços ou retificando práticas coloniais nessas comunidades? Os caminhos apontados a seguir apostam na Psicologia Social Comunitária como possível estratégia de resistência.

##### 4.1 “e a cidade pequena, todo mundo se conhece. Né? É uma cidade pequena, que eu sei do seu problema e você sabe do meu, né?”: Desafios da atuação em cidades pequenas

Na minha cidade, nos domingos de tarde,  
as pessoas se põem na sombra com faca e laranjas.  
Tomam a fresca e riem do rapaz da bicicleta,  
a campainha desatada, o aro enfeitado de laranjas:  
‘Eh bobagem!’  
Daqui a muito progresso tecno-ilógico,  
quando for impossível detectar o domingo  
pelo sumo das laranjas no ar e bicicletas,  
em meu país de memória e sentimento,  
basta fechar os olhos:  
É domingo, é domingo, é domingo.  
(Adélia Prado, Poesia Reunida, 2015, p. 38)

O deslocamento da atuação Psicológica sob um viés individualista para uma atuação junto ao coletivo muito se deve aos questionamentos proporcionados por psicólogas sociais que reivindicavam mudanças nas compreensões da Psicologia Social, especialmente no que diz respeito às desigualdades sociais, tomadas por muito tempo como psicopatologização dos

sujeitos que às vivenciavam (Claudia Mayorga, 2013a; Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011). Nos anos 60/70 as discussões sobre intervenções sociais estavam a todo vapor. No campo das ciências humanas na América Latina, essa discussão englobava uma nova compreensão das desigualdades e na necessidade de estabelecimento de novos modelos que superassem as ideias acerca de desenvolvimento e subdesenvolvimento, em função do norte global propagar o desenvolvimento como um ideal a ser alcançado na escala evolutiva de superação da desigualdade, contudo, o que se observava na prática é que, na América Latina, desenvolvimento econômico não era sinônimo de superação da pobreza, como propõe o liberalismo econômico (Claudia Mayorga, 2013b; Luane Santos et al., 2013). Em 1965 nasce a Psicologia Social Comunitária, a partir da Psicologia Social, sofrendo grande influência dos movimentos sociais e sindicais, ligados a saúde mental, na América Latina (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011).

A intervenção social comunitária se configura nesse contexto como tentativa de resposta à necessidade de construir uma ciência não colonizada, voltada para a emancipação das minorias sociais e para a superação das desigualdades pelos próprios grupos em situação de subordinação. É nesse momento que as ideias de intervenção comunitária e de pesquisas de cunho interventivo, com utilização de metodologias participativas, emergem como saídas metodológicas, mas também ético-políticas, da psicologia social (Claudia Mayorga, 2013b, p. 223).

Apesar da forte raiz marxista em sua origem, a Psicologia Social Comunitária desloca posteriormente a superação do pensamento marxista, que compreende a classe como principal marcador de desigualdade, uma compreensão insuficiente para as configurações das realidades sociais na América Latina, complexificação que coloca importantes lentes teóricas para o campo da intervenção em comunidades, politizando o olhar para as desigualdades. (Claudia Mayorga, 2013b; Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011). A partir dessa compreensão, a inserção da psicóloga na comunidade deve se dar através de um compromisso com a realidade social dos sujeitos, visando possibilitar a transformação, trazendo condições dignas de sobrevivência (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011). Entretanto, muitos são os desafios que acompanham a atuação em comunidades, especialmente no que diz respeito à ética das práxis psicológicas nesses espaços. Por desafio ético a ser vencido na atuação comunitária, Maria de Fátima Freitas (2015) compreende a “sensibilidade cotidiana e histórica” (Maria de Fátima Freitas, 2015, p. 245) como necessária à prática cotidiana. É a partir da sensibilidade para perceber os movimentos que as intervenções cotidianas estão proporcionando, e a quem e de que forma elas estão favorecendo, que poderemos romper com a naturalização das opressões (Maria de Fátima Freitas, 2015).

Pode-se dizer que negligenciar a visão de totalidade histórica e social, deixando de identificar os fatores concretos que mantêm as condições de precarização da vida e das relações humanas, contribui para o aparecimento de explicações baseadas na (in)capacidade do indivíduo,

(in)competência no trato interpessoal, (não) habilidades para o enfrentamento das dificuldades e em características pessoais, todas sendo consideradas como elementos responsáveis para o sucesso ou para o fracasso, assim como para a (in)aptidão em fazer determinadas atividades (Maria de Fátima Freitas, 2015, p. 247).

Diante disso, abre-se ao questionamento se o conhecimento aprendido tem nos instrumentalizado para entender o que é de ordem psicológica na atuação em comunidade e como intervir (Maria de Fátima Freitas, 2015). O que leva, ainda, a compreensão da atuação das psicólogas no campo das políticas públicas, visto que uma das demandas que a Psicologia Social Comunitária buscou se debruçar foi sobre a atuação da Psicologia nas instituições sociais (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Marcos Vieira-Silva et al., 2019). Os conceitos de território e comunidade são saídas importantes para lidar com os desafios da atuação em políticas públicas. O território faz parte da comunidade, compreendendo esta como o espaço pelo qual o sentimento de pertencimento é construído através do fortalecimento de vínculos, portanto é um conceito amplo que não se restringe a espaços geográficos, embora as políticas coloniais não economizem esforços para a delimitação do conceito de comunidade a lugares de pobreza (Marcos Vieira-Silva et al., 2019). Adotaremos aqui a noção de comunidade para nos referirmos as cidades pequenas, seja pela atuação das psicólogas interlocutoras dessa pesquisa se darem no campo das políticas públicas no interior dessas cidades, o que convoca essas profissionais a atuarem junto ao coletivo, seja pela compreensão da complexa relação constituída nesses espaços, como os vínculos formados e o sentimento de pertença. Para Pedro Fernandes (2018), existe uma dificuldade em conceituar o que são consideradas pequenas cidades, visto a grande diversidade desses contextos em território nacional e a proximidade delas com o meio rural. A caracterização das pequenas cidades varia de acordo com a concepção de autores e autoras, sendo que para alguns elas dizem respeito ao patamar máximo de 20 mil habitantes, outros consideram aquelas com menos de 30 mil habitantes (Pedro Fernandes, 2018) e para o IBGE, de acordo com a última atualização, seriam cidades com menos de 50 mil habitantes. Entretanto, às comunidades com baixo índice populacional não restringem suas características a um viés quantitativo, como a quantidade de habitantes, mas englobam também fatores que envolvem a influência desses municípios na rede de cidades, às principais atividades econômicas desenvolvidas, o acesso a políticas públicas e a forma como o capital cria relações de opressões nesses cenários (Pedro Fernandes, 2018). Nesse sentido, embora eu me refira a esses contextos como comunidades com baixo índice populacional, compreendo também que existem limitações em enxergar essas cidades apenas pelo número de habitantes.

É preciso considerar, também, que as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem na rede; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista

e fazem parte – e são influenciadas por – do fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital (Pedro Fernandes, 2018).

Assim, na relação com a comunidade estarão envolvidos grupos sociais diversos, com singularidades e pertencimentos distintos, podendo emergir nesses espaços territórios de exclusão, locais abandonados pelo poder público e onde o cuidado, exercido majoritariamente por mulheres negras, atuam como forma coletiva de resistência e sobrevivência (Cláudia Camilo et al., 2021; Maria de Fátima Freitas, 2015).

Os territórios de exclusão são gerados a partir da lógica colonial, capitalista e patriarcal, através da categoria de propriedade privada, a qual “é alheia às tradições indígenas, aborígenes, indianas, africanas, quilombolas e de outros povos que vivem em estruturas comunitárias” (Cláudia Camilo et al, 2021, p. 5).

A sensibilidade interseccional é um terreno fértil para atuação em comunidades (Claudia Mayorga, 2013b). As narrativas apresentadas neste capítulo se concentram nas experiências de Clarinda, Borboleta, Fabiana, Flávia e Amanda, todas atuantes em cidades com menos de 28 mil habitantes, sendo que Clarinda, Borboleta e Fabiana atuam no quarto menor município de Minas Gerais, pelo censo demográfico de 2022. De acordo com suas experiências, a atuação nesses contextos se complexifica à medida em que tensionam crenças da imagem da psicóloga, ao passo que convocam saídas para uma atuação ética e para o sentimento da ineficácia profissional da *psi* que pertence a comunidade, ao mesmo tempo em que tenta lidar com as vivências opressivas da população. Entretanto, como vem nos convidando a refletir Maria de Fátima Freitas, (2015) para ouvir a demanda da comunidade é preciso afunilar a escuta no sentido da compreensão sócio-histórica das opressões do e no território.

[...]eu percebi, eu acho que é uma questão, não sei se é uma questão cultural da cidade mesmo, mas eu senti, primeiro as pessoas eu acho que elas sentem vergonha em te procurar... Mas assim, acho que as pessoas sentem vergonha, acho que elas, não sei se elas têm medo de ser expostas, por querendo ou não a gente morar numa cidade muito pequena e já conhecer todo mundo, ou sei lá de ser julgada, por exemplo “nossa se eu falar minha realidade para a Clarinda, minha realidade financeira da minha casa, será que ela não vai sair lá de fora e expor isso”? E eu acho que foi uma insegurança muito minha também, tipo nossa a gente mora num município muito pequeno e como que vai ser isso pra sociedade? Para as pessoas pensarem a meu respeito? E aí eu pensei também, “nossa mas é uma coisa que eu preciso ter sigilo e ética né”, e aí eu percebia isso e percebia também uma questão muito cultura... na verdade comigo nunca aconteceu, mas aconteceu com outros profissionais né, da pessoa chegar e falar “óh eu não vou falar nada aqui porque eu já fui exposta” e dá a sensação nossa que a pessoa já foi invadida, ela... é, e nossa é tão íntimo dela, então pra mim isso é horrível né. Querendo ou não, você morando numa cidade pequena já tem esse contexto, tipo “ah não vou falar porque é uma cidade pequena, conheço todo mundo”, aí quando já traz “nossa mas eu já fui exposta de alguma forma” você tem a sensação... lógico que existe o contexto que as vezes a pessoa também já saí falando né, as vezes não foi nem o profissional, mas infelizmente tem. . . no início eu me senti bastante insegura em relação a isso, acho que é uma questão até minha, talvez nem é do outro, de pensar nossa porque às vezes conhece minha mãe, conhece meus irmãos, vai pensar nossa eu vou chegar em casa e vou falar pra todo mundo o que aconteceu... (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira,

formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

[...] desde que eu vim, que eu cheguei aqui, eu sabia que não seria muito fácil, porque eu venho de uma cidade pequena também, e eu sei também como funciona uma cidade pequena, e aqui é uma cidade mais pequena ainda, mas eu já sabia ali que que o profissional tinha que fazer, né? Não falo só na clínica, mas na parte ética, porque é um desafio muito grande ser um lugar que eu não conheço ninguém, não tenho vínculo com ninguém aqui, mas é a parte que eu mais priorizo da ética nesse lugar, sabe?... já passei por vários desafios aqui, muitos problemas relacionados a isso, e eu saí na frente por ter mantido a ética, entendeu?...então, até hoje mesmo, até essa semana mesmo uma ocasião já aconteceu, sobre isso, sabe? Mas sempre que sai algum assunto, alguma conversinha, porque trabalho num lugar que tem muita gente, né, direto as vezes sai alguma conversinha eu tento guardar isso pra mim, e eu finjo que eu não sei do que que a pessoa tá falando, entendeu? Às vezes eu sei muito mais do que a pessoa, mas eu tento transparecer que eu não sei, e às vezes é uma novidade pra mim, eu escuto o que a pessoa tá falando, porque cada um tem uma opinião diferente, né?...em relação a ética, não contar nada, mas também ter amizade aqui, não se isolar... mas da minha parte a gente tenta ao máximo né, porque igual eu falei é um desafio muito grande é, tentar manter a amizade de todo mundo e tentar manter a ética em prática que é o principal, e lógico que fazer um bom trabalho porque quando a gente põe a ética em prática a gente tem mais confiança do paciente né, e aí o vínculo fica muito mais fácil...direto isso acontece bem frequente, as vezes comentário pra ... pra, de discriminação mesmo pra as vezes poder puxar minha língua pra saber se eu já sei sobre o assunto, sabe, igual numa cidade pequena, as vezes muita gente já sabe o que tá acontecendo durante o final de semana, e eu não tô aqui, as vezes acontece alguma coisa e muita gente já sabe o que acontece, na hora que eu chego aqui né, a pessoa as vezes já chega com a fofoca pra me contar perguntando se eu já sei (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

[...] é às vezes o paciente trazia isso também, sabe? “Ah eu te vi lá na rua” tinha muito isso, e não se sentia muito confortável, e por ser uma cidade muito pequena, com essa implantação do estudo de caso também, a gente trabalhou muito essa questão de ética aqui, às vezes a gente tava discutindo o caso o que que acontecia, saía lá de fora “não a psicóloga falou o que eu falei, eu falei isso” então quando a gente discutia o caso, muitas vezes quando a gente discutia o caso eles tratavam isso como não ter ética, já tivemos casos aqui de profissional que realmente, praticamente, nós tivemos casos inclusive recente Natanna, da gente tá atendendo o caso aqui a colega ligou e a família veio aqui na hora, cê tá entendendo? Então assim, umas coisas que são sérias. A gente já teve muitas reuniões sobre ética, veio pessoas de fora, a própria rede veio dar suporte, mas acaba que tem um sistema muito familiar aqui, e às vezes o paciente mesmo ele se expõe, ele sai daqui ele vai no CRAS se expor, ele tá tão emocionalmente desequilibrado, eu falo assim passando por seu conflitos, que ele vai lá ele fala lá, ele vai lá na esquina ele já conta, e aí acaba, isso acontece muito, do próprio paciente, a gente já teve muitos casos de eu sair do atendimento familiar, outro profissional chegar lá pra atender, e o próprio paciente falar e às vezes transforma o que você falou, e aqui é uma cidade muito pequena Natanna, esses prejuízos de discutirem casos, tem esses prejuízos assim de não entenderem o que é saúde pública sabe, e realmente eu já tive muitos prejuízos com isso... o próprio paciente, o desafio de morar no município e fazer esse atendimento individual, o paciente ia até a minha casa fora de horário e acaba que você tem que dar uma atenção, então foi uma coisa que foi me distanciando desses atendimentos individuais (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

[...] algumas coisas em específico me incomodam, por exemplo, falta de ética... Pessoal, lá não sabe o que que é ética não... porque lá todo mundo conhece todo mundo, então você chega com encaminhamento... fui lá, percebi que a família está em sofrimento psíquico. Eu vou tratar, vou encaminhar para a saúde. Chega lá, com encaminhamento... coisinha breve. Já aprendi que eu não posso colocar detalhes no encaminhamento e a pessoa que pega o encaminhamento: ah, essa aqui é a mãe da fulana. Então, lá, é muito difícil essa questão de sigilo todo mundo comenta da

vida de todo mundo, sabe? É horrível. Porque você não... A gente fica sem confiar em quem a gente pode falar as coisas, e é difícil você trabalhar em rede sem levar o caso, sem falar... é difícil... Sempre que eu tenho oportunidade sobre o sigilo, sempre que eu tenho oportunidade, eu toco nessa tecla. Da responsabilidade que a gente carrega com as informações que a gente recebe. Sempre, capacitação, reunião, conferência. Tudo... sempre que eu posso, eu toco nessa tecla... pra você ter noção: a gente teve problema com os novos motoristas que entraram, muitos contratados. Porque... fui lá, fui lá com você, Natanna, atender uma família, a gente sai de lá, efervescido de informação. É quase impossível você não comentar do caso dentro do carro. Só que eu preciso garantir a ética do meu motorista e nós nunca tivemos problema com isso com os motoristas anteriores que são concursados, que eram concursados... os motoristas, eles comentavam até de comentário que a gente fazia do serviço, ficava uma coisa de leve e traz... e aí a gente começou a precisar falar sobre isso, né? É, eu amo não ser do (cidade onde atua) (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

E a cidade pequena, todo mundo se conhece. Né? É uma cidade pequena, que eu sei do seu problema e você sabe do meu, né? E uma pessoa nova, de fora e que chegou agora e não conhecia ninguém, não conhecia ninguém na cidade e eu cheguei nessa cidade. Então, assim, uma pessoa nova que vai ouvir meu problema sendo questionado... e as experiências anteriores que eles tiveram foi muito interessante, né? É, as experiências que tiveram foi bem bem frustrantes para eles, é... o psicólogo, era casado com assistente, um assunto vazava nas cidades, circulava as conversas e quando eles viram que poderiam confiar numa outra pessoa pra eles foi máximo..., mas eu acabei me tornando parte disso aqui... Então, a gente, ah, deixa pra lá, releva... ah, filha de fulano... tudo bem... ah é, isso, tudo bem. Vai se adequando as situações ou você se adequando ou você tem que sair fora (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

É notória na fala das interlocutoras o questionamento sobre a ética dos atendimentos em uma cidade pequena, e o entendimento de que a falta de ética no serviço estaria acarretando a exposição de questões referentes às intervenções e sofrimentos dos/com os sujeitos. Existem alguns apontamentos que considero relevante discutir nessas falas: 1. O que essas profissionais estão entendendo por ética profissional e a relação desse entendimento com o sigilo; 2. O que o aparente medo da população em ser exposta em sua intimidade/subjetividade pode nos dizer sobre as vivências cotidianas e opressivas dessas pessoas; 3. A insegurança que parte das próprias profissionais em serem vistas/reconhecidas a partir do momento em que elas se inserem nessas comunidades também como moradoras, e como manejar o conflito pessoal/profissional na atuação psicológica. A relevância desses questionamentos se intensifica quando nos damos conta de que 89,1% dos municípios brasileiros possuem de 50 a 100 mil habitantes, e 77% possuem até 20 mil habitantes, sendo o Estado de Minas Gerais o que mais possui cidades pequenas, “logo, pode-se inferir que, no mínimo, 77% dos municípios brasileiros são considerados polarizados por pequenas cidades pelo viés demográfico” (Pedro Fernandes, 2018). Além disso, o autor aponta para a realidade dessas cidades envolverem, em sua maioria, problemas na garantia de direitos básicos, como acesso à saúde, educação, segurança, infraestrutura, dentre outros, o que levanta reflexões em como as políticas públicas têm chegado nesses contextos. Aliado a essa problemática, a atuação da psicóloga em instituições sociais

nessas comunidades se imbrica as relações cotidianas que, a todo momento interseccionam pessoal/profissional, público/privado, o que acentua um desafio já existente: qual o papel da psicóloga ali e como delimitá-lo? Como deve se portar uma psicóloga que sai do setting privado e é colocada na relação com o coletivo? (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Maria de Fátima Freitas, 2015; Roberta Motta et al., 2021; Rafael Silva & Patrícia Cezar, 2013; Tays Silva et al., 2018). A Psicologia Social Comunitária e seus entrelaçamentos com o feminismo negro (Claudia Mayorga, 2013b) são contribuições férteis para os questionamentos colocados.

Inicialmente cabe entender que o debate sobre ética na atuação em comunidades não se restringe ao sigilo profissional, ele é muito mais amplo e requer um viés crítico no que diz respeito a uma atuação em defesa dos direitos humanos e contra a naturalização das desigualdades sociais (Luane Santos et al., 2013; Maria de Fátima Freitas, 2015). Portanto, nessa compreensão, ser uma psicóloga ética é, antes de tudo, promover intervenções a favor das diversidades e contra qualquer mecanismo de opressão, como aponta o código de ética da nossa profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2005). Quando as interlocutoras limitam atuação ética ao sigilo, compreendo aqui que elas estão dizendo de uma ética que também restringe a um tipo específico de atuação: a atuação que prioriza o atendimento clínico individual. Mesmo nesse contexto, a ética ultrapassaria o sigilo, entretanto, é na escuta individual que o imaginário da psicóloga especialista que não se expõe, e não expõe o outro, é construído (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). O tensionamento ocorre justamente quando essas atuações são confundidas e a psicóloga é a todo momento convocada a responder às demandas da comunidade com o atendimento clínico individual, convite que ocorre por parte da população, da gestão e da própria formação em Psicologia (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). É colocado, então, um desafio a categoria no que diz respeito a se deslocar de um lugar pré-estabelecido para a atuação psicológica (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021) e, conseqüentemente, contribuir para a compreensão de que uma atuação coletiva, diz também, de um sigilo que deixa de ser sobre o indivíduo, e passa a ser sobre as demandas comunitárias. Na Psicologia Social Comunitária, o cuidado voltado a comunidade deixa de ser restrito a área clínica e passa a ser considerado também na relação com os movimentos sociais (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011), e é nesse sentido que a problemática sobre a exposição também pode ser elaborada, visto que, não se trataria mais de expor sofrimentos individuais e particulares, mas de proporcionar diálogos a partir de vivências que são construídas na comunidade. Borboleta exemplifica esse deslocamento quando aponta sua saída para a problemática da ética e da exposição em sua atuação: “... o desafio de morar

no município e fazer esse atendimento individual... Então foi uma coisa que foi me distanciando desses atendimentos individuais”. Veremos mais adiante, entretanto, que o rompimento extremo com os atendimentos individuais., gerou, por parte da própria profissional e por parte da gestão, uma compreensão equivocada que atualiza a questão sobre ética e neutralidade na atuação psicológica.

A vida cotidiana dentro da Psicologia Social Comunitária é um espaço de disputa e de fazer político, “dentro da qual as ações, práticas e formas de luta, práxis de resistência e sobrevivência podem ser forjadas, na direção da construção de processos de participação e conscientização, comprometidos com uma vida mais justa e solidária” (Marcos Vieira-Silva et al., 2019, p. 36). O fazer psicossocial da psicóloga comunitária se dá através da escuta cotidiana das demandas concretas daquela população, respeitando o que essas pessoas vivem e sentem, estando, para isso, atenta a subjetividade daqueles e daquelas que vivenciam processos de exclusão social (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). Assim, quando existe uma narrativa constante por parte das pessoas de uma determinada comunidade, de que elas estão com medo de serem expostas, o que elas estão querendo nos dizer sobre suas vivências? O sofrimento causado pela exposição de suas experiências cotidianas pode ser um mecanismo opressivo para essas pessoas. Uma das formas de retroalimentar mecanismos de opressão se dá através da naturalização das desigualdades sociais (Luane Santos et al., 2013). Quando as vivências desses sujeitos são invalidadas socialmente e eles são responsabilizados por suas condições, o sofrimento é produzido e, aparentemente, o medo de serem expostos também será (Maria de Fátima Freitas, 2015; Luane Santos et al., 2013). A desigualdade social também constitui a forma como o meio social irá se estruturar, nesse sentido a constituição da subjetividade individual dos sujeitos também é atravessada pela forma como a subjetividade social é elaborada, portanto a forma como os sujeitos se constitui subjetivamente não deve a fatores intrapsíquicos isolados, mas a uma relação complexa com o contexto no qual está inserido (Luane Santos et al., 2013). A demanda relativa ao medo da exposição convida essas profissionais a atuarem junto à comunidade, através de intervenções que proporcionem a compreensão das desigualdades produtoras de subjetividades e sofrimentos, não como culpa do indivíduo, mas como algo que se constrói junto ao coletivo, e conseqüentemente, a resposta a essas demandas também se dará na relação com a comunidade. Um princípio fundamental para a atuação ética da psicóloga social comunitária, é o rompimento com a crença meritocrática que leva a compreensão da desigualdade social como superação individual, sendo necessário:

questionar-se sobre os reais interesses das instituições dominantes, dos valores difundidos, dos mecanismos utilizados para manter uma ordem natural de compreensão para o problema da

desigualdade, em um processo explicativo que esteja acima de qualquer suspeita. Ausente tal condição, é em um clima de suspeição que se pode pensar na expansão da rale como uma ocorrência classista intencional, resultante de um abandono político e social, legitimado nas práticas cotidianas por séculos a fio, geração pós geração (Luane Santos et al., 2013, p. 711).

Uma fala que chama a atenção para o sujeito que expõe seu sofrimento pode ser observada quando uma das interlocutoras afirma:

e às vezes o paciente mesmo ele se expõe, ele sai daqui ele vai no CRAS se expor, ele tá tão emocionalmente desequilibrado, eu falo assim passando por seu conflitos, que ele vai lá ele fala lá, ele vai lá na esquina ele já conta, e ai acaba, isso acontece muito, do próprio paciente (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

A visão de que o sujeito estaria desequilibrado vai na direção da discussão que está sendo elaborada aqui, o problema sobre a exposição do sofrimento parece se ancorar muito mais na forma como esse sofrimento e como esse sujeito estão sendo vistos, do que no próprio compartilhamento coletivo, ou seja, será que a escuta acolhedora e o rompimento com a visão de que as vivências de dor e opressão são de responsabilidade individual, geraria o mesmo medo em ser exposto? Acredito ser muito mais urgente esse questionamento do que o ensinamento do sigilo no contexto do trabalho da psicóloga. Existe, ainda, a própria insegurança da profissional no que diz respeito a desconfiança que seu serviço poderia acarretar por ela estar inserida na comunidade. A pouca ênfase dada a temas que envolvem a Psicologia Social Comunitária, interseccionalidade e feminismo negro nos cursos de graduação, assim como a priorização do ensino da Psicologia Clínica e de abordagens eurocentradas, auxiliam nessa insegurança, como já apontado aqui (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Léo Barbosa Nepomuceno, et al., 2021; Mônica Lima et al., 2011; Paula Gonzaga, 2019; Rafael Silva & Patrícia Cezar, 2013). Contudo, é percebido também o medo da exposição como uma espécie de contaminação de uma prática psicológica que deveria se dar de forma a não se envolver com a comunidade, questão que será discutida adiante.

4.2 *“então eu fui mostrando pra gestão que precisaria de uma pessoa que fosse neutra, que não fosse daqui, porque eu já estava muito inserida aqui, eu já tinha muito envolvimento”*:  
Sobre a crença na atuação neutra

“não é possível nos afastarmos do mundo se somos (parte) dele” (Geni Nunez Longhini, 2022, p. 52).

A discussão sobre o pretexto da atuação neutra e seu flerte com a colonialidade, racismo científico e epistemicídio de diversos saberes que não o branco ocidental, como aponta autores

e autoras apresentados aqui ( Claudia Mayorga, 2013b; Garcia Roza, 1977; Geni Nunez Longhini, 2022; Mitsuko Antunes, 2012; Paula Gonzaga, 2019, 2022; Ramón Grosfoguel, 2016) se reifica de forma muito particular quando analisamos a inserção da psicóloga em comunidades com baixo índice populacional, e a complexificação que esses contextos convocam a nossa categoria. O entrelaçamento entre vida cotidiana e atuação profissional nos lança uma problemática que, aparentemente, não aprendamos e não estamos acostumadas a lidar (Janaina Silva & Juliana Corgozinho, 2011; Léo Barbosa Nepomuceno, 2021; Marcos Vieira-Silva et al., 2019): essas comunidades não nos permitem o privilégio e presunção da neutralidade. Ser psicóloga em uma cidade pequena, e é com intenção de aproximação e intimidade que me refiro dessa forma, nos coloca a todo momento em uma relação paradoxal. Você não deixa de ser psicóloga quando caminha até a padaria, ou quando se senta em um dos poucos bares da cidade, e se depara com pessoas no caminho que te cumprimentam amigavelmente como velhas conhecidas, ou amigas da família, ao mesmo tempo em que te interceptam com suas histórias, ao passo que, nesse mesmo movimento, você responde cordialmente no lugar de conhecida, e escuta no lugar de alguém que acolhe. É complexo e paradoxal esse ir e vir de posições e posturas que não se separam, mas que também pedem uma mistura cuidadosa, para que em nenhum desses lugares você se cristalice, nem apenas como velha conhecida, nem apenas como profissional. E é interessante porque ao escrever sobre isso, digo de uma vivência pessoal, mas me parece que estou dizendo também de algo que defendo a todo momento nessa pesquisa, a compreensão de que as relações são complexas, se interseccionam, se afetam, são pessoais e políticas, geram intervenções que potencializam ou excluem, a depender do que você entende por ética profissional, e também por sua experiência pessoal. E então em um determinado dia você olha para as ruas da cidade em que caminha, onde você nasceu e onde já foi vista enquanto criança, enquanto adolescente mais ou menos “problemática” e agora enquanto adulta e psicóloga, e faz uma escolha, ou você aceita essa mistura e potencializa essa vivência imersiva na sua atuação, ou você tira os pés do chão, se afasta, flutua e se vê como alguém contaminada demais para viver e atuar ali. Essa escolha é pessoal e política.

A pessoalidade política dessa relação está no seu pertencimento psicopolíticos com a comunidade e na forma como sua trajetória profissional foi embasada. A sua atuação está a favor de quem? (Maria de Fátima Freitas, 2015). Enquanto estiver a favor da neutralidade, a inserção nesses contextos pode ser invalidada, e você se retira simbólico ou concretamente dessa realidade. Entendo a retirada simbólica como a desresponsabilização pelos atravessamentos que seus pertencimentos poderão causar, e conseqüentemente pela

naturalização de práticas opressivas (Luane Santos et al., 2013). Quando Borboleta menciona sobre a escolha por não realizar mais atendimentos individualizados na comunidade onde reside e atua, a aparente solução encontrada por ela e pela gestão foi contratar uma psicóloga que não residisse na cidade enquanto uma saída a favor da neutralidade interventiva:

Borboleta: então quando eu vim pra cá eu não era daqui, então tinha essa confiabilidade “bom ela não é daqui, ela não vai levar, né”? Mas eu casei, vim pra cá, então eu me tornei daqui né, e com o tempo eu fui mostrando isso pra gestão né, porque teve época que eu era a única aqui, eu fazia CRAS e fazia aqui, e aí eu fui mostrando esses desafios pra gestão né “olha é uma ética, às vezes eu vejo a pessoa eu to sentando num barzinho” então assim eu tenho, eu tinha esses desafios, então eu fui mostrando pra gestão que precisaria de uma pessoa que fosse neutra, que não fosse daqui, porque eu já estava muito inserida aqui, eu já tinha muito envolvimento, e aí a gestão foi entendendo que isso realmente era interessante e que precisaria trazer outra pessoa ...

Natanna: você acha que é importante então ter alguém que vem de fora, ter uma psicóloga que vem de fora?

Borboleta: pra nossa realidade aqui é

Natanna: por que você acha que é importante a pessoa vir de fora? Porque eu acho que você traz um pouco de se sentir exposta, pelo que eu to entendendo?

Borboleta: é, às vezes o paciente trazia isso também, sabe? “Ah eu te vi lá na rua” tinha muito isso, e não se sentia muito confortável, e por ser uma cidade muito pequena, com essa implantação do estudo de caso também, a gente trabalhou muito essa questão de ética aqui, às vezes a gente tava discutindo o caso o que que acontecia, saia lá de fora “não a psicóloga falou o que eu falei, eu falei isso” então quando a gente discutia o caso, muitas vezes quando a gente discutia o caso eles tratavam isso como não ter ética, a gente já teve muitos casos de eu sair do atendimento familiar, outro profissional chegar lá pra atender, e o próprio paciente falar e às vezes transforma o que você falou, e aqui é uma cidade muito pequena Natanna, esses prejuízos de discutirem casos, tem esses prejuízos assim de não entenderem o que é saúde pública sabe, e realmente eu já tive muitos prejuízos com isso

Natanna: e como você lidou, como foi pra você?

Borboleta: não foi nesse sentido, eu fui pedindo pra vir outra pessoa de fora, e hoje eu faço muito pouco atendimento individual, não faço, eu faço um caso ou outro que eu não tenho contato, vínculo nenhum, então eu tive esse cuidado, não é que eu escolho os pacientes, mas como eu sou daqui pra mim ser assim, mais distante possível desse paciente pra poder ajudá-lo então assim hoje eu atendo casos que eu não tenho vínculo, aí eu fui solicitando, aí trouxe outra profissional né, então assim hoje eu trabalho mais reuniões, mais grupos (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Fabiana é a psicóloga contratada pela gestão para realizar atendimentos individuais na UBS da referida comunidade. Ela passa, portanto, a ser vista e a responder de um lugar de psicóloga neutra, por não residir na cidade:

Natanna: você acha que o fato de você não morar aqui atrapalha, ajuda?

Fabiana: ajuda muito, em sentido assim de eu não tá convivendo todos os dias com as pessoas, sabe, eu falo assim, não de me contar sabe, até das pessoas não ficar vendo e tudo mais, eu acredito, até já recebi feedback de pacientes que isso é bom, que vem aqui, que conta o que precisa, mas depois não tem aquele contato comigo, não me vê na rua, não me vê em nada...

Natanna: E você sente que sua imagem de certa forma fica mais protegida?

Fabiana: fica mais tranquila, fica mais protegida, uhum igual numa cidade pequena, as vezes muita gente já sabe o que tá acontecendo durante o final de semana, e eu não tô aqui, as vezes acontece alguma coisa e muita gente já sabe o que acontece, na hora que eu chego aqui né, a pessoa às vezes já chega com a fofoca pra me contar perguntando se eu já sei “ôh fulano traiu

ciclano” qualquer coisa chega nos ouvidos, né? E aí eu sempre, às vezes quando acontece que a pessoa age com maldade desnecessário sabendo que é paciente, aí eu preciso me impor

...

Natanna: e que tipos de trabalho você faz aqui, seria mais o individual mesmo?

Fabiana: sim, quando eu fui contratada seria só para atendimento individual (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Outra interlocutora, Flávia, assim como Fabiana e Borboleta, compreende o fato de não residir na pequena comunidade onde atua, como algo favorável:

Natanna: e como que é trabalhar numa cidade pequena? Ai, no (cidade onde atua), você não mora lá...

Flávia: Uma delícia...Eu moro lá metade da semana... Metade da semana... hoje eu tenho uma casa lá... Eu fico, durmo lá, segunda a quarta e vem embora, eu acho uma delícia... É, eu amo não ser do (cidade onde atua)

Natanna: Era justamente esse ponto que eu queria chegar. Você acha que é bom? (não residir na cidade)

Flávia: É... Ótimo, porque a primeira coisa que me faz, me perguntam: você é filha de quem? Onde você mora? Aí eu falo: não, eu não sou daqui. Eu venho aqui só para trabalhar... pronto, acabou. Instagram? Tenho pouquíssimas pessoas do (cidade onde atua) no meu Instagram.

Natanna: No que que isso te ajuda?

Flávia Ajuda, me ajuda a não ter essa coisa do, de favoritismo, de eu ter que, que atender melhor alguém, ou, sabe não ter que entrar nessa lógica, eu consigo só ser a psicóloga do CRAS. Eu consigo só fazer o meu serviço. Eu não tenho que preocupar se eu tô agradando alguém.... Se o pai do fulano é não sei o quê, porque lá tem muito disso.... Então eu posso ser só a psicóloga? Eu não estou nem ai, o povo vai me achar chata, antipática. Se eu vou ter que... pego no pé se for preciso, eu, sabe, não, não tenho isso. Mas eu gosto... Gosto de falar da política, da boa vizinhança, porque eu sei que numa cidade que funciona assim, eu preciso ter bons relacionamentos, porque se alguém quiser destruir minha capacidade de trabalho a pessoa consegue... me impedir (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

É notável as dificuldades que permeiam a atuação em uma cidade pequena, como em acontecimentos cotidianos em que somos a todo momento colocadas na posição de profissional, o que extrapola o horário de trabalho dentro da instituição. Outro fator importante, são os relatos dos sujeitos de que eles se sentiriam mais à vontade em falar sobre si com profissionais que são de fora, sobre essa narrativa acredito que a discussão feita no subtópico anterior, em como a comunidade e a própria profissional estariam olhando para o sofrimento dessas pessoas, pode elucidar intervenções que ajudem a lidar com esse desconforto. Gostaria de propor a partir dessas falas uma discussão acerca da ênfase dada a neutralidade da atuação psicológica, que produzem narrativas como as de que a profissional deixa de ser confiável quando reside, ou passa a residir, na comunidade, a ausência de vínculo com os sujeitos como algo positivo para a intervenção psicológica e o lugar de aparente proteção e segurança proporcionado a essas profissionais quando elas não residem nessas comunidades. Inicialmente, a falácia da neutralidade já nos abre caminhos para pensar que, embora venham de outra localidade e outro contexto, essas profissionais não atuam de forma neutra. “As relações interpessoais nunca são

neutras, pois somos constituídos numa produção de subjetividade atravessada por inúmeras relações de saber-poder e diferentes afetos, que serão acionados no encontro profissional-usuário (a)” (Raquel Silveira et al., 2021, p. 3).

As práticas comunitárias não são neutras, elas não partem de uma visão apriorística inexistente, ao passo que não existe atuação comunitária segregada de natureza política e de aspectos sócio-históricos que influem naquela realidade (Maria de Fátima Freitas, 2015; Raquel Silveira et al., 2021). A suposta neutralidade do conhecimento científico sempre foi um pretexto para a manutenção da ordem colonial de expropriação e morte da diversidade étnica e intelectual (Ramón Grosfoguel, 2016). Nesse mesmo sentido, apostar em profissionais que não possuem vivências pessoais inseridas no contexto onde atuam, pode ser compreendido como uma saída para a manutenção e proteção de uma determinada imagem de psicóloga. Talvez a mesma discussão não gere tantos conflitos quando falamos de outras profissões, como por exemplo sobre a professora que mora e atua nessas comunidades, ou o médico, mas quando falamos da figura da psicóloga parece existir um lugar de pretensão distanciamento que se constituiria *a priori*. Muito embora exista algo próprio da profissão, a escuta do sofrimento, o imaginário social da psicóloga especialista clínica em detrimento da psicóloga social (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021) pode colaborar muito para a manutenção dessa postura. Podemos destacar alguns trechos em que as profissionais confessam que residir em outra cidade proporcionaria segurança, proteção e conforto a elas: Fabiana afirma que sua imagem “fica mais tranquila, fica mais protegida” enquanto Flávia menciona “É, eu amo não ser do (cidade onde atua) ... É... Ótimo, porque a primeira coisa que me faz, me perguntam: você é filha de quem? Onde você mora? Aí eu falo: não, eu não sou daqui. Eu venho aqui só para trabalhar... pronto... Então eu posso ser só a psicóloga?”, ao mesmo tempo Borboleta revela que teve muitos prejuízos após passar a residir na cidade.

O enaltecimento do distanciamento entre o que a ciência tradicional chama de sujeito e objeto de análise são resquícios do pensamento positivista e da filosofia cartesiana, onde a divisão

de “sujeito-objeto”, a “objetividade” – entendida como “neutralidade” –, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento (Ramón Grosfoguel, 2016, p.42).

Ademais, para o autor, reverenciar a neutralidade é reverenciar um pensamento masculino. Segundo as perspectivas indígenas “não é possível nos afastarmos do mundo se somos (parte) dele” (Geni Nunez Longhini, 2022, p. 52), ao passo que, invocar essa separação

a todo custo produz adoecimentos, já que ser apartado da terra é ser apartado de nossa saúde (Geni Nunez Longhini, 2022). Nesse sentido, para a autora, curar feridas psicossociais é, antes de tudo, se sentir pertencente a uma terra, a um contexto. Utilizando dessa perspectiva, podemos assumir as potencialidades das intervenções comunitárias em contextos onde somos convocadas a abrir mão da neutralidade. A América Latina não nega seu solo e existe um preço que se paga ao tentar perpetuar atuações descontextualizadas (Karla Adrião, 2015), no caso da Psicologia, penso que esse preço nos traz uma prática que apenas reproduz opressões. Como é, para nossa categoria, atuar em contextos em que nos colocamos distantes de nossas experiências e deslocadas da realidade sócio-histórica daquela comunidade?

Quando apostamos em um ensino com metodologias participativas, estamos apostando na inserção como forma de construção de intervenções efetivas, e é nesse sentido que os projetos de extensão dentro do meio universitário têm possibilitado uma formação extramuros, através do desenvolvimento de habilidades (Mônica Lima et al., 2011). Foi constatado na pesquisa de Mônica Lima et al. (2011) que a entrada de estudantes como usuários do SUS facilitou a familiarização com os processos que os sujeitos da comunidade vivenciam diariamente, possibilitando a aprendizagem na realidade e aumentando em 30% a busca de jovens pelos serviços da unidade. Muitas estudantes de Psicologia afirmaram que nunca tinham utilizado o SUS, apesar de não terem conhecimento sobre o papel do SUS na vigilância sanitária, o que evidencia um distanciamento das futuras profissionais com a realidade do serviço (Mônica Lima et al., 2011). Uma das interlocutoras trouxe em sua fala algo que chama a atenção quando pensamos no distanciamento que nossa formação e nossos pertencimentos psicossociais acarretam a nossa atuação:

eu achava que eu sabia o que que era pobreza até começar a trabalhar no CRAS. Eu não... Quando, eu fui para o CRAS foi que eu vi realmente o que que a pobreza é o que que eu vi, o quanto o ser humano é extremamente adaptável, porque eu convivo, né, no meu cotidiano de trabalho com pessoas que vivem em situações que a gente jamais imaginaria que, que é possível sobreviver, e, tão lá, sabe assim? E tão, tão vivendo (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

A realidade das pessoas em extrema vulnerabilidade social só passa a ser vista e conhecida após a inserção em uma política de seguridade social, como traz Flávia em sua experiência. É um desafio atuar em um contexto desconhecido, o que notavelmente vai exigir muitos passos e movimentos em direção a escuta das demandas reais daqueles sujeitos, reconhecendo a autonomia mesmo quando a extinção de recursos é o que salta aos olhos. Para a Psicologia Social Comunitária, devemos estar atentos a subjetividade das pessoas que vivenciam processos de exclusão social, quais os sentidos que elas adotam sobre si e sobre suas

vivências, como elas enfrentam seus sofrimentos cotidianos, assim, a relação entre profissional e comunidade deve ser estabelecida de modo a possibilitar a autonomia da população na escolha e realização das propostas/atividades (Maria de Fátima Freitas, 2015). Portanto, podemos pensar que as potências relativas a atuação dentro de uma comunidade onde a subjetividade da psicóloga foi construída e vínculos foram estabelecidos podem, antes de tudo, ser caminhos para lidar com os desafios e conflitos que a dupla inserção, pessoal e profissional, causam. Existe uma intimidade nessa relação que pode e deve ser explorada, mas que ao mesmo tempo, é um desafio a ser considerado nos contextos formativos. Se tampouco estamos sendo preparadas para a atuação no campo das políticas públicas, como é pensar nossa prática em instituições sociais localizadas no interior de pequenas comunidades? Essa é uma proposta que vem junto à crescente demanda para a inserção da psicóloga em áreas como a saúde pública e a assistência social, por isso devemos nos debruçar, também, sobre possibilidades de atuarmos em cidades com baixo índice populacional, e as singularidades que essa atuação convoca.

#### 4.3“*Porque não é fácil cidade pequena... é muito chefe pra pouco índio*”: Sobre a perda da autonomia profissional

(...) Contra-atacar, contra-atacar  
 Eu vou traçando vários planos  
 Nas veias abertas da América Latina  
 Tem fogo cruzado queimando nas esquinas  
 Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil  
 Se a justiça é cega, a gente pega quem fugiu  
 Justiça é cega (contra-atacar)  
 Justiça é cega (eu quero contra-atacar)  
 Justiça é cega (eu quero contra-atacar)  
 Justiça é cega (eu quero contra-atacar)  
 Inflama, inflama  
 Não passa disso, não me engana  
 Inflama, inflama  
 Esta ciudad es la propiedad  
 Del señor Matanza  
 Esta ciudad es la propiedad  
 Del señor Matanza  
 Esa olla, esa mina y esa finca y ese bar  
 Ese paramilitar  
 Son propiedad del señor Matanza  
 Ese federal, ese chivato y ese sapo  
 El sindicato y el obispo general  
 Son propiedad del señor Matanza (...)  
 (Sulamericano – BaianaSystem)

Os entraves encontrados na atuação em comunidades podem levar ao desencorajamento de um projeto coerente ético-politicamente (Maria de Fátima Freitas, 2015). Dentre os desafios encontrados, estão a alta rotatividade das profissionais, em decorrência das contratações em cidades pequenas estarem estreitamente ligadas a interesses políticos dos governantes locais, o que interfere também no vínculo da comunidade com o serviço; a flexibilização das leis trabalhistas que os contratos com as prefeituras locais estabelecem - como ausência de férias remuneradas e décimo terceiro salário - a pouca oferta de vagas em concursos públicos, quando estes ocorrem; a perda da autonomia profissional em razão dos interesses do poder público se sobressaltarem, em detrimento as intervenções propostas pelas profissionais; e as remunerações baixas, o que leva muitas profissionais a adotarem jornadas duplas de trabalho (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Mônica Lima et al., 2011; Roberta Motta, et al., 2021). A descentralização da PNAS tem colaborado para maior inserção das psicólogas nas comunidades com baixo índice populacional, especialmente em 2004 com a implementação do CRAS e CREAS, ao mesmo tempo em que às Políticas Públicas possibilitaram a municipalização de cidades pequenas (Pedro Fernandes, 2018; Roberta Motta, et al., 2021). Entretanto, ações governamentais recentes, como a PEC do teto dos gastos públicos e a Lei da Terceirização<sup>22</sup>, podem ter não só fragilizado os vínculos profissionais nessas instituições, como colaborado para a diminuição de profissionais atuantes (Roberta Motta, et al., 2021). As interlocutoras apontam para vivências que corroboram com os estudos apresentados:

tem o critério – renda-, mas querendo ou não também tem o contexto político né? Infelizmente, por exemplo, o contexto realmente critério, tá, no CadÚnico seria realmente critério, então a pessoas realmente não passa nesse critério, que seria renda, criança tá na escola, mas fora isso existe o contexto político, por exemplo, hoje o CadÚnico é relacionado aos benefícios do CRAS, então se eu percebo que a família tal não enquadra... isso, ai seria, por exemplo a gente percebe que realmente a família não enquadra, que não enquadra mesmo, que está muito distante da realidade do social, e aí realmente tem as ligações...pra liberar os benefícios... aí do cadastro não né, mas outras formas de benefício sim... os eventuais, isso...Frustrante, muito frustrante, seja sei lá se eu consegui caminhar 3 passos to regredindo 10 (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

Borboleta: ... é os municípios eles pagavam né, “ah vamos internar” o município custeava a família que não tinha condição

Natanna: aconteceu aqui?

Borboleta: Muitas vezes, muitas vezes, porque a família não tinha condição, e quer porque quer “eu to cansado, eu não aguento” e a pressão, existe uma pressão muito grande aqui nesse sentido ainda, Natanna, sabe, envolve muita questão política nesse sentido de “eu voto e preciso da sua ajuda agora, e eu não aguento, preciso descansar”... então eu já tive casos, Natanna que a gente fez, envolvendo também a junta né de advogados, assistente social, às referências de saúde, chamamos a família e a família não quis, não deu moral, porque tava pior, às vezes tão muito difícil a vida deles, e entraram em contato, como? Prefeito, e o prefeito veio me procurar, então

---

<sup>22</sup> Para mais informações acessar: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm).

assim de tantos erros que foram feito dessas interações que não deram certo, eu falei então vamos começar a fazer gente, o que é o certo, de sentar, sentar a família, discutir, envolver todo mundo, e aí a pessoa liga pra você e fala “deixa isso quieto, não vai, não dá”

Natanna: então de alguma forma você acha que segura sua autonomia essa questão política?

Borboleta: sim, com certeza, não só a minha, de todos os profissionais aqui, às vezes a própria coordenadora fala “não, eu faço a reunião se a gente chamar a gestão” porque muitas vezes a gente é desautorizada aqui dentro (Borboleta, 42 anos, branca, heterossexual, casada, formada há mais de vinte anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Flávia: eu sempre fui muito segura com a minha posição, até eu lembro que a... teve o adesivo pra, pra deputado, né? E aí, dos que a gestão apoiava, né? Aí a gestora até foi me... primeira-dama foi até lá nos convidar: olha, se vocês puderem, né, e tal; se vocês tiverem interesse; dão uma oportunidade de vocês ouvirem as propostas. Ela ainda foi até cuidadosa. Mas eu sei que muitos contratados foram obrigados a ir.

Natanna: E existe essa diferença? Concursado e contratado?

Flávia: Existe essa diferença...total... E eu vejo isso muito, eles, eles têm uma coisa de sobrecarregar funcionário, de querer economizar; prefere pagar hora extra do que contratar. Então, muita gente fazendo serviço para 2 e adoecendo. Tem muita gente adoecida lá dentro. É, eles têm isso sim, porque vira uma perseguição... a gente que é concursado, sofreu perseguição no início, porque eles tinham essa ideia de que a gente era contra eles. Então eles quebraram muita cabeça por não escutar gente, sabe? Eles não. Eles não foram abertos. A gente está lá mais tempo. A gente sabe como o serviço funciona, muito dos problemas que eles estão tendo hoje seriam evitados se eles tivessem escutado a gente lá atrás. Virou uma guerra mesmo. Foi horrível, foi, mudança de gestão para mim, foi a pior experiência que eu já tive em, em, dentro do serviço público foi muito ruim. Foi adoecer, foi horrível, todo mundo adoeceu. Assim, não desenvolvi sintomas, porque eu estou com a terapia em dia, né? Mas foi, é, sabe o que que é você não sentir vontade de trabalhar? Eu. Eu não sentia vontade de trabalhar, eu comecei a voltar a ter prazer no trabalho agora em junho deste ano. Tinha uma pessoa também da gestão que adoecia todo mundo. Essa pessoa saiu, foi para uma outra Secretaria, então as coisas melhoraram pouco, né? De proibir coisa básica de, de barrar, de querer que a gente pede benção pra tudo, sabe? Tirar o nosso, o nosso, a nossa autonomia técnica, técnica e. a gente não tava acostumado com isso, porque na gestão anterior, eles confiavam na gente; taque-lhe o pau. Vocês sabem. Vocês têm um conhecimento que sabe, vocês sabem que tem que ser feito. essa gestão, não. que é o que eu te falo deles ficarem muito inseguros com os, os concursados. Então a gente precisou, a gente passou apurado porque assim tudo tinha que pedir benção, tudo tinha que pedir autorização, tem que passar por aqui primeiro, até atestado que antes era levado direto no RH, hoje a gente tem que passar para eles, para eles passarem para RH, sabe assim então time virou... meio que uma perseguição assim, essa ideia de que ah, concursado não trabalha... concursado. e não tem nada disso. Claro, tem os que não quer trabalhar, mas assim, lá no CRAS não existe espaço para não trabalhar (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

Quando eu cheguei, é uma coisa assim, cê nunca teve chefe, de repente, você tem que responder a outras pessoas. E eu respondia, a assistente, depois a coordenadora, depois a secretária, depois a prefeita, então. Eu tive um pouco de resistência, sim, hoje é outra, é outra coisa, mais cômodo... mas, antes não. Antes, no começo, no primeiro ano foi bem difícil. A gente batia muito de frente. Eu tinha umas ideias completamente diferentes e eu queria trazer inovação. Queria trazer coisa nova e aqui não adianta... no papel funciona tudo. Eu queria umas oficinas diferentes, porque aqui a gente trabalha oficina, né? A gente trabalha com o PAIF e com o Centro de Convivência. Então, eu queria trazer coisas diferentes, tanto que nós trouxemos pra cá uma escola de balé, a coisa mais linda do mundo, né? Para fazer parte do centro de convivência. Às vezes eu queria inovar e enquanto, psicóloga, aqui a gente não pode fazer esses atendimentos clínicos, né? A psicóloga anterior não conseguia desenvolver projeto nenhum, não conseguia fazer nada. Ela fazia, ela fazia a parte da coordenadora, ela fazia sistema. Então, quando eu cheguei aqui e eles quiserem me empurrar o sistema...Opa! Não faço sistemas, se é coordenador, se é

administrativo, não faço. Mas, a outra fazia. Bom, eu não faço. Então já cheguei quando colocando limites e isso me barrava muito, porque às vezes, falava, você tem que fazer! Não tenho. Eu não tenho que fazer e eu não vou fazer. Então, a gente tinha muito dessa...né? De trombar de frente... Você acaba aprendendo, né? Você se molda de acordo com o lugar. Você acaba se moldando e eu fui me moldando dessa forma, né? Tanto que já tem 5 anos que eu tô aqui... nessa caso, que eu estou aqui há 5 anos, na equipe da saúde já se passaram 6 psicólogas... Cidade pequena (risos). Indicação de prefeito, podemos dizer assim. Você não fez o que o prefeito quer, então tchau.

Natanna: Isso é perder a autonomia...

Amanda: Sim, sim...

Natanna: Você sentiu isso, essa pressão?

Amanda: No começo, no começo, sim, hoje em dia não mais... hoje em dia, não mais. É, você acaba, se adequando ao ambiente que você está. É, eu me transformei hoje numa cidadã (nome da cidade). Então, você vai levando da forma que dá.. mas eu acabei me tornando parte disso aqui... Então, a gente, ah, deixa pra lá, releva... ah, filha de fulano... tudo bem... ah é, isso, tudo bem. Vai se adequando as situações ou você se adequa ou você tem que sair fora. Eu já estou numa fase assim, eu já tô querendo mais comodismo... ficar mais quietinha. Não tô querendo mais... nós somos 4 psicólogas na cidade. Então, era pra fazer um trabalho assim... maravilhoso, magnífico. Mas, a gente não consegue, entendeu? Porque tudo o que você vai fazer a prefeitura vem e barra. Entendeu? Tudo o que você que fazer... não, mas perai, não pode, não pode, né... A gente passa por muito disso aqui e eles mandam pra gente, vocês têm a responsabilidade de averiguar. E, como que eu vou chegar lá na sua casa e falar, e voltar e fazer um relatório: Natanna, casada com fulano, mora com ciclano. E eles cortar seu benefício?! Entendeu? Então, onde você vai? No prefeito. Cortaram seu benefício porque a sua técnica foi na minha casa. Então, é bem limitado.. E aqui não, tudo ela tem que saber – prefeita-. E se ela não souber, a vaidade ultrapassa. Aí, ela quer punir, ela quer resolver, né? E as condições dela são assim: você não quer, então tchau. A gente trabalha sobre pressão... trabalha sobre pressão. Você trabalhar 24h, por ser contrato de 6 em 6 meses, você trabalha 24h com medo de ser demitido... Então, pra onde voltar, então... às vezes, as meninas falam: Amanda eu não entendo, né? Por que que você tá passando por tanta coisa?! Porque não é fácil cidade pequena... é muito chefe pra pouco índio. Você mora em cidade pequena e você sabe muito bem como é, né? (Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

De acordo com as experiências das interlocutoras, existe um forte atravessamento político-ideológico das prefeituras locais nos serviços ofertados, o que faz com que, a depender de como os governantes locais entendem as políticas públicas e as desigualdades sociais, as práticas serão mais ou menos pautadas na eliminação das opressões como estratégia de transformação social. Conforme apontado anteriormente, governos de aspirações liberais tendem a priorizar o fator econômico como crucial para a eliminação das desigualdades sociais, o que desconsidera que, de acordo com as experiências sócio-históricas da América Latina, são ineficientes, uma vez que, pesquisas evidenciam que o desenvolvimento econômico não é acompanhado pela eliminação da desigualdade nesses contextos (Luane Santos et al., 2013; Maria de Fátima Freitas, 2015; Marcos Vieira-Silva et al., 2019). Podemos notar que as intervenções concedidas pelas prefeituras se direcionam para práticas simplistas que acabam por atualizar as opressões e as desigualdades, na tentativa de responder a uma demanda da população através de medidas alicerçadas em interesses políticos pessoais, como as internações

de usuários de substâncias psicoativas após a família solicitar tal medida diretamente ao poder público, a concessão de benefícios eventuais a sujeitos que, embora não cumpram o critério de renda, são potenciais eleitores a favor dos governantes, e o cerceamento de projetos que apresentem viés transformador propostos pelas profissionais. Evidentemente, existe uma intenção opressiva nessas condutas, que são intensificadas pelas trocas de favores, práticas comuns no período colonial, e que visavam a manutenção das relações de poder (Luane Santos et al., 2013; Marcos Vieira-Silva, 2019)

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder – e frequentemente, não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade (Eloisa Höfling, 2001, p. 10).

Os entraves produzidos pelos governantes locais dessas comunidades a ações com viés transformador, quando estas são propostas pelas profissionais, ou convocações a cumprimentos de determinadas ações, geram sentimentos de receio em perderem seus cargos ou sofrerem retaliações, sendo marcadores de sofrimento psíquico em virtude da perda de autonomia na prática profissional (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Roberta Motta et al., 2021). A perda da autonomia profissional a favor de intervenções impostas por terceiros, podem levar as psicólogas a ferirem princípios básicos do nosso código de ética, como a atuação voltada para a eliminação das discriminações e em consonância com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o não favorecimento de ações que tenham interesse a induzir convicções políticas, ideológicas e religiosas (Conselho Federal de Psicologia, 2005). O campo de atuação das psicólogas nas políticas públicas é marcado por tensionamentos e disputa de interesses, tanto na busca por construção de uma práxis profissional, como pelo reconhecimento social, produzindo desafios que perpassam em como essas profissionais têm se posicionado diante a hierarquias que priorizam o saber biomédico (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). Segundo os autores, entretanto, esse posicionamento sofre recuo em virtude dos vínculos trabalhistas frágeis, fato observado nas falas das interlocutoras.

A luta por autonomia profissional dentro das instituições sociais é marcada pela reposta a atuação biomédica, não só como estruturante do saber psicológico nos primórdios da busca pelo reconhecimento científico, mas também aponta para a valorização desse saber em espaços de produção de saúde, nesse sentido, cabe as profissionais o desafio não somente de romper com concepções individualistas estruturantes de nossa prática, como o setting terapêutico tradicional, mas o posicionamento de modo a propor outras formas de cuidado em saúde, mesmo que essas sejam vistas como inválidas ou insuficientes (Léo Barbosa Nepomuceno, et

al., 2021). Historicamente, o prestígio e a submissão aos interesses das elites sociais constituíram a atuação psicológica (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Mitsuko Antunes, 2012; Roberta Motta et al., 2021) e, aparentemente, esse jogo de poder permanece atual. Paradoxalmente, quanto mais disposta a submeter as práticas psicológicas a interesses elitistas, mais a categoria perde sua autonomia interventiva, apesar de continuar se mantendo em uma posição de segurança e prestígio (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021). Assim, a busca por uma atuação menos tutelada e a conquista da autonomia profissional, requer assumir uma postura de rebeldia contra o aprisionamento a práticas já cristalizadas e que favorecem a manutenção das relações de poder (Léo Barbosa Nepomuceno et al., 2021; Maria de Fátima Freitas, 2015), mesmo que isso implique a nossa categoria um lugar de menor visibilidade frente aos interesses historicamente imbuídos a nós. Entretanto, cabe ressaltar ser essa uma tarefa difícil, visto as fragilidades já apontadas nas contratações das psicólogas para a atuação em instituições sociais, especialmente em cidades pequenas, devido às relações assumirem convocações muito mais intimistas e impositivas.

A submissão das práticas profissionais aos interesses locais nessas comunidades, também esteve presente nos discursos das interlocutoras acerca da escolha dos candidatos à presidência nas últimas eleições presidenciais, acarretando em “pedidos” e “convites” para que as profissionais se posicionassem a favor de um determinado candidato:

Clarinda: na verdade lá eles se posicionaram né, e queriam que todo mundo se posicionasse em relação aquilo, que fazia sentido pra eles... só que eu vi que no primeiro turno deixou todo mundo meio que escolher sem pedir pra cada um, e aí no segundo turno foi bem assim né, se posicionaram e pediram pra que todos funcionassem do mesmo lado delas... e aí quando começou todo mundo a expor, tipo “ah eu voto em fulano, eu voto em ciclano” aí eu falei tá, aí eles me perguntaram né, porque na verdade eu não falo, mas quando me pergunto na verdade eu vou falar, e aí eu falei não eu voto realmente no Lula, e eles me perguntaram porque eu voto no Lula, e aí falei que na verdade eu queria saber porque eles votam no Bolsonaro, ainda mais você que estão aqui no social? E aí todo mundo fica meio chocado quando você faz essa pergunta, e aí eles falavam “ah mas você vai votar em ladrão” que eu acho que a única coisa que a pessoa sabe falar é sobre isso, só que aí pensei nossa eu preciso respeitar o voto do outro desde que ele esteja respeitando o meu tá tudo bem. Só que aí lá começou isso, eu vi que tava todo mundo meio que respeitando, foi um departamento que vi isso, por mais que a maioria lá era Bolsonaro...

Natanna: uhum, entendi ... você teve medo em algum momento, em ser contratada e falar abertamente seu voto e a prefeitura estar apoiando outro candidato?

Clarinda: não, não tive, porque eu pensei “nossa eu não tô sendo eu, né, tô defendendo uma coisa que ele quer” ...mas assim é difícil, não é fácil, e aí eu até recebi mensagem né, recebi mensagem pedindo votos e tals, se eu poderia apoiar, e aí eu falei que não na mensagem pra ele, falei não...e foi mensagem no WhatsApp, aí eu falei que infelizmente não, não tem como, e aí eu falei “eu entendo seu posicionamento, mas o meu não é esse, e aí não respondeu... Não, e aí depois eu pensei “e agora” depois do resultado da eleição pensei “e agora como que vai ser?” Porque pra ele foi uma decepção muito grande, e não, num primeiro momento todo mundo ficou com raiva, chateado, e eu pensei, vamos ver agora o que vão falar, só que não falaram nada até

o presente momento (Clarinda, 25 anos, parda, heterossexual, solteira, formada há menos de dois anos em instituição privada, atua na Política Nacional de Assistência Social).

Fabiana: senti muito forte a movimentação, e muito assim das pessoas perguntarem em quem que eu vou votar sabe? (Risos)

Natanna: e como você se posicionava?

Fabiana: eu sempre mantive pra todo mundo em cima do muro, não demonstrei sabe, até pra não interferir na decisão da pessoa, porque querendo ou não as vezes em relação ao paciente com o profissional, às vezes eles esperam na gente né, sei lá sabe e eu sempre tentei me manter mais neutra, lógico que eu tenho minha opinião na vida pessoal né, eu tentei não transmitir isso aqui pra ver, pra ficar mais um ambiente tranquilo né, eu acredito que é um ano, é uma decisão que quase todo mundo tem uma decisão formada sobre esse assunto, né foi, foi bom porque manteve um relacionamento bom com todo mundo, sabe? (Fabiana, 26 anos, branca, heterossexual, casada, formada há cinco anos em uma instituição privada, atua na Política Nacional de Atenção Básica).

Outra coisa que me incomodava muito era, nossa nessa última eleição me incomodou muito, as pessoas iam para a recepção do CRAS. Não gente que trabalhava lá, né? Mas gente de fora ia fazer campanha lá dentro, sabe? É falar mal, sabe dos concorrentes do Bolsonaro? é, políticos também, sabe assim, ninguém, é, da gestão, até porque eu acho que deve ter tido alguma autorização ia lá para dizer: querido, que não é lugar para isso, é crime; não vem aqui... vai usar do serviço público para. Para fazer propaganda política? Né? E então assim, foi muito difícil. Só é isso eu sabia que eu me levantasse e fosse lá, eu ia ter um desgaste muito grande, talvez até com a minha gestão, porque eu acho que aquilo foi autorizado. Eu não acho que não foi autorizado, então eu fiquei na minha. Mas assim, eu fechei minha porta para não ter que escutar e assim, conversando com pessoas, usuários do serviço, que muitas das vezes não tem tanta consciência, né? Não tem nenhuma oportunidade de acessar o material. Não tem leitura escrita, não sabe o que que é que vai, sabe? Então vota muito do que as pessoas falam. E, eu não posso, né, como servidora pública, eu não posso entrar na casa de uma, de uma família que eu acompanho e começar a falar mal de um bem de outro, né? Eu não posso fazer isso, é antiético. Então, eu, foi difícil? Mas existiu esse movimento lá e porque é uma cidade é que ela, ela é muito do agronegócio, né? O que movimenta a economia da cidade é o agronegócio. A cidade é cercada de fazendas. Então são os fazendeiros é que mandam lá. Na cidade (Flávia, 30 anos, branca, heterossexual, solteira, formada há menos de dez anos em uma instituição pública, atua na Política Pública de Assistência Social).

Natanna: É, sobre essa questão. É, teve os posicionamentos das prefeituras em relação as últimas eleições... você sentiu isso forte aqui?

Amanda: Podemos não falar de política, podemos? (risos) Então, tá bom...

Natanna: Tudo bem, também, é uma coisa que te atravessa, né?

Amanda: É, não, não me incomoda falar não, mas é uma coisa que...é, às vezes, me comprometeria.

Natanna: Tudo bem...

Amanda: Podemos não falar....(Amanda, 45 anos, branca, heterossexual, divorciada, formada há menos de dez anos em uma instituição privada, atua na Política Pública de Assistência Social).

O contexto político que o Estado de Minas Gerais se encontrava na ocasião das eleições presidenciais de 2022 pode ser importante para a compreensão do que as interlocutoras trazem. Após o primeiro turno das eleições presidenciais, no qual o candidato a governador do Estado, Romeu Zema, saiu vitorioso em seu segundo mandato, Bolsonaro e Lula, candidatos à presidência, disputariam o segundo turno. Após reeleito, Romeu Zema declarou seu apoio ao candidato Bolsonaro, fator importante para a campanha do ex-presidente, já que Minas Gerais

é o segundo Estado com maior colégio eleitoral do país, contudo, o presidente Lula havia ganhado a maioria de votos em Minas no primeiro turno. Romeu Zema iniciou uma forte campanha no Estado para angariar votos para o ex-presidente na tentativa de fazê-lo vitorioso, o que levou o governador a se encontrar com líderes dos municípios mineiros em busca de apoio<sup>23</sup>. O convite, no entanto, levou o governador do Estado a elaborar propostas de destinação de verbas a municípios que iniciassem campanha eleitoral a favor do candidato Bolsonaro<sup>24</sup>, o que afetou especialmente cidades de pequeno porte, visto serem essas as mais afetadas pelo repasse de verba da União, que direciona recursos de acordo com o número de habitantes (Pedro Fernandes, 2018). Esses acontecimentos retratam o que Clarinda traz em sua fala, evidenciando que no primeiro turno “puderam escolher livremente”, mas no segundo turno a prefeitura local produziu alguma pressão para o voto em Bolsonaro. Os vínculos trabalhistas frágeis favoreceram o receio dessas profissionais em se posicionarem contra seus chefes, como corroboram os estudos apresentados, apesar de algumas interlocutoras exporem seus posicionamentos nos locais de trabalho mesmo diante ao medo da retaliação, como pode ser percebido nas falas de Clarinda e Flávia. Talvez a segurança no posicionamento de Flávia seja respaldada pelo fato de ser uma funcionária concursada, embora, em alguns momentos, a interlocutora afirme que escolheu não se posicionar, ou não discutir. Já Amanda evidencia o receio em expor seu posicionamento político, e até mesmo solicita não falar sobre o assunto, deixando escapar o medo que apresenta em se comprometer, caso assumisse ter adotado uma posição diferente da defendida pela liderança municipal - que foi expressivamente a favor do candidato Bolsonaro.

A pressão a que essas profissionais foram submetidas durante as eleições presidenciais corroborou, ainda, para um não posicionamento, ou uma postura de se manter “em cima do muro”, como aponta Fabiana, atualizando um lugar de suposta neutralidade que traria proteção e segurança. Minas Gerais, contudo, contra-ataca, como sugere a música de BaianaSystem apresentada no início do subtópico, e não respondeu às investidas neoliberais para fazer Bolsonaro eleito em nosso Estado, mantendo a maior porcentagem de votos no presidente eleito. É justamente ao contra-ataque que convidamos nossa categoria. Para as convocações hierárquicas a tentativas de manter nossa atuação circunscrita a um viés colonialista, o contra-ataque! Retomo, ainda e mais uma vez, a proposta de volta na folha apresentada aqui, e assim,

---

<sup>23</sup> Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/04/governador-reeleito-de-minas-zema-anuncia-apoio-a-bolsonaro-no-segundo-turno.ghtml>.

<sup>24</sup> Para mais informações acessar: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/17/zema-depende-de-aliados-para-virar-eleicao-em-minas.ghtml>.

se somos convocadas a uma clínica dentro desses espaços, que seja essa uma clínica contra colonial. Se porventura nós, psicólogas de comunidades interioranas com baixo índice populacional, formos desautorizadas em nosso próprio chão, julgadas como contaminadas de mais, mostremos a eles que sabemos suas intenções coloniais: nunca foi sobre neutralidade, é sobre desejo de morte e manutenção de uma hegemonia. E sim, somos, estamos e nos manteremos a favor de uma Psicologia que se permite contaminar de novos saberes.

## 5. CONSIDERAÇÕES INICIADAS

Se você não aprender a odiar  
 Você nunca estará sozinha o suficiente  
 Para amar facilmente  
 Nem será corajosa o suficiente,  
 Embora isso não surja facilmente

Não finja ter crenças convenientes  
 Mesmo que elas pareçam certas  
 Você nunca defenderá sua cidade gritando.

Lembre-se de qualquer dor  
 Que surja do seu sonho  
 Mas não procure por novos deuses  
 No mar  
 Nem em qualquer parte de um arco-íris  
 Cada vez que amar  
 Ame profundamente  
 Como se fosse para sempre  
 Apenas o nada é eterno.  
 (Para cada uma de vocês - Audre Lorde)<sup>25</sup>

Cada reflexão, questionamento e tensionamento iniciados nessa pesquisa produziram reverberações que ora confortavam, ora angustiavam. Nessa oscilação, que eu também me produzo enquanto mulher branca e psicóloga, concluo que nada se finalizou, e os resultados foram fissuras, brechas e rachaduras para novas perguntas e produções, que, talvez um dia, se transformem em outras coisas desimportantes, como diria o poeta Manoel de Barros. Entretanto, por hora é preciso tempo para digerir, ou para gestar, como aprendi com Ueslei Solaterrar (2020), e como costumava ouvir da minha primeira experiência enquanto pesquisadora ainda na graduação. Após cada escrita, Cintia me dizia para ir para casa e gestar as palavras. Por sorte, tive o privilégio de ser guiada por mulheres incríveis.

Gostaria de resgatar os objetivos apresentados na introdução para ir tecendo junto a cada um deles, analisando, assim, suas transformações em novas perguntas a partir das narrativas trazidas pelas interlocutoras. A metamorfose de cada objetivo em algo maior só foi possível pela proposta de uma pesquisa que não pretendia partir de um saber cristalizado, muito menos criar estruturas que engessassem as experiências das interlocutoras. Inter-locutoras, que durante o processo estiveram em movimentos múltiplos, de dentro para fora, de fora para dentro, as interlocuções se emaranharam as minhas, e gestaram novos saberes. Os objetivos iniciais visavam: a compreensão interseccional da atuação das psicólogas dentro do campo das

---

<sup>25</sup> Para mais informações acessar: <https://www.geledes.org.br/a-poesia-de-audre-lorde/>.

políticas públicas em cidades pequenas do interior de Minas Gerais, demarcando como seus atravessamentos de território, raça, classe, gênero, sexualidade, relações de trabalho, etc. atravessam, potencializam, reduzem, e produzem, suas atuações. Objetiva, para isso, 1) compreender como psicólogas que atuam em cidades pequenas estão produzindo suas atuações diante das dificuldades e imaginários coloniais do que seria a Psicologia 2) analisar suas compreensões acerca de sofrimento psíquico, e em que medida se aproximam ou afastam da compreensão de sofrimento racial e encruzilhado nos contextos interioranos 3) a racialização ou possibilidade da não racialização de seus corpos, e o quanto suas brancuras ou vivências de racismo impactam nas suas atuações; 4) o agenciamento dos seus próprios sofrimentos e das demandas dos sujeitos alvo de sua atuação *psi* dentro dessas comunidades; assim como 5) quais possíveis estratégias de resistência frente aos ataques sofridos no campo das políticas públicas elas têm desenvolvido como formas de gerência, visto que a Psicologia é um campo político e não neutro.

A compreensão da atuação das profissionais interseccionadas as suas inserções nas políticas públicas em cidades pequenas, são atravessadas por marcadores como raça, gênero, classe, geração, pertencimento psicopolítico, compressões acerca das produções do sofrimento psíquico, do racismo, da LGBTfobia, e das demais opressões, como processos que podem ser tomados enquanto responsabilidades individuais, ou entendidos como criados a partir da relação sócio-histórica com o meio a qual se inserem. Nesse entrecruzo de subjetividades e elaboração de estratégias, o resgate de suas histórias demonstrou que em vivências anteriores, marcas subjetivas produziram escolhas, dentre elas a graduação em Psicologia. A presença de algum tipo de sofrimento psíquico e o contato com profissionais de saúde mental ao longo da vida, parece ter produzido o desejo de se formar psicóloga. Esse movimento pode nos dizer que a experiência é fator fundamental nas nossas tomadas de decisões. É certo que não sofremos da mesma maneira, como nos aponta a intelectual indígena Geni Nunez Longhini (2022), e, portanto, nossas experiências se darão de formas distintas. Existe, nesse sentido, uma problemática a qual essa pesquisa buscou se debruçar: como podemos partir de um conhecimento tido como universal para dizer da diversidade de vivências presentes em nosso solo? Tampouco a escolha pelo conhecimento se dá de forma extracorpórea, muito embora os esforços da branquitude e da colonialidade para o direcionamento a um único modo de conhecer.

O percurso da graduação também é marcado por experiências distintas, e nos levam a questionamentos sobre as produções de sofrimento que os contextos acadêmicos estão perpetuando em alunas imbricadas pelo gênero, raça, sexualidade, etarismo, etc. Muitos

estudantes, embora estejam tendo mais acesso às instituições de ensino superior, não conseguem finalizar seus cursos, interceptadas por dores que muitas vezes estão sendo geradas, e intensificadas, por colegas e docentes. É gravíssimo não considerar o nível de afetamento que uma graduação, ou pós-graduação, - especialmente no caso da Psicologia - pode causar em um sujeito a todo momento considerado desajustado. Creio ser importante refletir que as vivências opressivas durante a graduação, afastam essas pessoas, também, de possibilidades de entrada em pós-graduações, o que mantém o cenário acadêmico e os cargos de destaque pertencentes a classe burguesa, a raça branca e ao gênero masculino. Lutar por saúde mental no ambiente acadêmico, é ir contra práticas e condutas que sangram feridas já produzidas lá fora, e garantir que o conhecimento seja produzido de forma democrática. O cenário nos mostra, entretanto, que as violências institucionais não se encerram nas graduações, apesar da entrada de docentes negras, indígenas e LGBTQIA+ estar tornando esses ambientes mais acolhedores às nossas necessidades.

Foi possível identificar que psicólogas brancas possuem percursos distintos a psicólogas negras, especialmente no que se refere ao estudo das relações étnico-raciais. Muito embora seja evidente que nossas UNiversidades continuam a reproduzir o epistemicídio a partir da ênfase dada ao ensino de abordagens eurocêntricas, e do distanciamento do ensino de temáticas que envolvam as produções de pensadoras negras, latino-americanas, afropindorâmicas e caribenhas, precisamos enfatizar que alunas negras estão presentes nos espaços que enfatizam discussões embasadas em autoras que fogem ao escopo branco, potencializando discussões e fomentando novas formas de se fazer Psicologia. Transformações que muito se devem à Lei n. 12.711 de 2012, das ações afirmativas, que completou 10 anos em 2022, e tem garantido o enegrecimento das universidades, não apenas em composição étnica, mas a partir do movimento que essas alunas produzem de trazer novas vozes para espaços tradicionalmente embranquecidos.

As relações de poder estabelecidas pela branquitude, colocam pessoas brancas em posições de privilégio, de onde é possível a escolha em se envolver ou não na luta antirracista, e conseqüentemente na busca profissional pelo estudo das relações étnico-raciais. Evidentemente, a subjetividade produzida pela experiencial racial branca permite a flexibilização de caminhos, seja sobre o que e quando estudar, onde e com quem intervir, ao contrário de corpos interceptados pelo racismo, que sentem nas atuações tradicionalmente voltada às elites a atualização de opressões, o que tem levado muitas psicólogas negras a atuarem junto a políticas públicas, visto serem esses espaços onde se concentram pessoas em itinerários de vulnerabilização. Nesse jogo de privilégios, alunas e psicólogas negras são a todo

momento convocadas a lutarem contra o racismo, enquanto boa parte das profissionais brancas, até mesmo às que se dizem aliadas, assistem a luta antirracista tentando estabelecer como, e de que forma, pessoas negras precisam reagir. Esperar que a vítima da violência racista crie estratégias para lidar com o racismo não é apenas se desresponsabilizar da participação branca na cena racista, mas atualizar a concepção individualista do racismo, em que os sujeitos oprimidos seriam responsáveis por suas opressões e por elaborar estratégias de enfrentamento diante delas. Essa compreensão tem convocado uma problemática gravíssima nas atuações psicológicas, levando profissionais brancas a afirmarem que o racismo não estaria chegando até elas. Acredito ser essa uma reflexão muito cara a nós, psicólogas brancas, afinal, de que forma estamos esperando que essa violência nos encontre? Talvez o próprio questionamento resguarde a problemática, visto que o racismo não encontra um corpo que não é racializado. É preciso passos nossos. É urgente a utilização de lentes teóricas que aprimorem a cegueira branca diante de narrativas que, embora apresentem a cena racista, é retirada do contexto onde caberia alguma intervenção psicológica.

A leitura fragmentada dos sujeitos que acessam os serviços em instituições sociais esteve presente em boa parte das narrativas das psicólogas brancas, levando a condutas e intervenções que inviabilizam o racismo na esfera estrutural como produtor de sofrimento psíquico, se distanciando da perspectiva do sofrimento encruzilhado e de itinerários de vulnerabilização. Essa postura tem lançado a nossa categoria não só um prejuízo interventivo, mas a uma práxis que desconhece a realidade do nosso território, e fere veemente os princípios básicos da ética profissional. Além do mais, enquanto profissionais de saúde mental, estamos sequer considerando que o sofrimento racial é o principal produtor de sofrimento psíquico em nosso continente, em virtude das inúmeras violências do homem branco durante a colonização. Enquanto pessoas brancas seguirem monopolizando os espaços de poder, prestígio e decisão, os itinerários de pessoas negras e indígenas nesses circuitos continuará sendo de exclusão, produzindo sofrimento psicossocial. Busquei, contudo, trazer em cada capítulo a forma como interlocutoras negras tem resistido e fissurado estruturas, certa de que, embora sejam alvos, elas não estão sozinhas e não estão apenas sobrevivendo, estão potencialmente produzindo novas teorias, evidenciando que o caminho para uma Psicologia permeada por cosmovisões não é apenas a esquerda, é feminista e banhada em produções negras/indígenas/afropindorâmicas/caribenhas. Através do resgate da intelectualidade negada, intelectuais negras estão dismantelandando hegemonias e reparando feridas coloniais de marcas deixadas durante a travessia forçada de África. A Ane, Belonisia e Clarinda, agradeço de forma especial.

Percebemos que o mito da democracia racial, através da crença da convivência harmônica entre raças, vem se atualizado no espaço das políticas públicas através de narrativas que colocam negros e brancos nas mesmas condições sócio-históricas, mantendo vivo pelo viés meritocrático a noção de que as desigualdades são responsabilidades individuais. Quando desconsideramos as violências geradas pela ficção das raças e inferiorização da raça negra pela raça branca, apagamos todo o passado escravagista que mutilou simbólico e concretamente o povo negro, e lançou o povo indígena em uma zona de não civilização, necessitados de um deus que os salvasse da condenação outorgada pela própria mão branca. Ignorar a elaboração de diferentes subjetividades a partir de realidades sócio-históricas distintas é mecanismo colonial, causadores de genocídios e epistemicídios atuais, ao passo que, perpetua a ideia de que sujeitos oprimidos são acomodados.

A atuação psicológica baseada na crença meritocrática invalida todo potencial político e transformador que a Psicologia pode oferecer, é pactuar com a intenção do colonizador, concordando com sua sentença e esperando que ela se cumpra. Confesso aqui um dos momentos mais desesperançosos e angustiantes na escuta das narrativas apresentadas: notar que sujeitos majoritariamente negros continuam a ser lidos a partir de determinismos de fracasso, pobreza e morte por profissionais que deveriam atuar justamente de forma contrária. O que resta, então, aqueles que vivenciam a extrema pobreza e tem nas ruas sua única saída, ou a mãe sólo que não teve direito a escolha ao destino do próprio corpo, ou sequer sabia disso, e agora embala um filho que, vejam só, já possui um futuro predestinado. Não existe sentido possível na atuação Psicológica em políticas públicas partindo dessa concepção. Apostar na meritocracia é anular qualquer possibilidade de uma proposta coerente e ética da nossa categoria, mas é intencionalmente perversa dentro das instituições sociais.

Existe uma urgência gritante na Psicologia que é a de assumir de qual lado estamos, pois, uma vez do lado do opressor não existe atuação que seja ética. Aparentemente, entretanto, a intenção permanece sendo a de apostar na neutralidade, mesmo que as intervenções, discursos, narrativas, estejam a todo momento confessando quais são as intenções. Algo sempre escapa na narrativa, e isso fica evidente através da fala das interlocutoras. Dizer que sujeitos são acomodados ou não se vinculam ao serviço, é designar a eles a responsabilidade por suas opressões, assim como a elaboração de estratégias individuais para lidar com problemas de cunho social. Apostar numa atuação protegida, que não se expõe e permanece “em cima do muro”, é perpetuar a ficção de que a neutralidade existe. Pior do que apostar na atuação neutra, é defendê-la como superior, ou única possibilidade para uma atuação efetiva. Existe um problema nessa afirmação que anula a si mesma, já que uma atuação ética é uma atuação política

e em defesa dos direitos humanos. O político é pessoal. Logo, não existe atuação ética dentro da Psicologia que não diga de onde vem, por que vem e o que defende. Entretanto, o reducionismo da compreensão da ética Psicológica parece restringi-la ao sigilo profissional. Foi comum a associação da ética ao sigilo, através de uma demanda que aparentemente foi ouvida de forma incompleta ou não comprometida, relacionada ao medo dos sujeitos em serem expostos.

Nesse sentido, algumas interlocutoras, especialmente aquelas que atuam em cidades pequenas, imbricaram ética, sigilo e exposição. A problemática da exposição é colocada como medo ou receio dos sujeitos em terem seus sofrimentos expostos na sociedade, muito embora às profissionais também tragam receios às suas próprias exposições. O receio da profissional em ser exposta estaria relacionado à crença de que o imbricamento do pessoal/profissional inviabilizaria a possibilidade de uma atuação ética, atualizando a imagem da psicóloga que não diz de suas experiências. Esse conflito se apresenta de forma complexa em cidades pequenas, onde pessoal e profissional convocam a psicóloga a manejar seus pertencimentos. A falácia da neutralidade tem sido uma estratégia adotada por essas profissionais, levando a compreensão de que uma prática efetiva só poderia ser feita por uma psicóloga "que vem de fora". É interessante o jogo de palavras e sentidos, pois a colonialidade sempre ensinou a nós, latino-americanas, que o que há de melhor estaria lá fora: cultura, teorias, beleza, etc. Nortear, encontrar um rumo, que obviamente não seria aqui, onde pisamos.

Parece ser muito comum a inferiorização dos sentidos e práticas construídos nas pequenas cidades, levando tanto os sujeitos a serem vistos como incapazes, menos inteligentes ou sem cultura, como pode ser percebido na fala de algumas interlocutoras, quanto na invalidação da atuação da psicóloga que reside nesses contextos. A própria profissional, diante a complexidade que a dupla inserção lhe convoca, parece optar por saídas simplistas, como a de ceder esse espaço para uma profissional que se distancia daquela realidade. Assim como às teorias eurocêntricas não conseguem dizer da complexidade das subjetividades construídas em nosso solo, a psicóloga que se distancia da realidade sócio-histórica de seu campo de atuação, minimamente correrá o risco de se cristalizar em concepções patologizantes. Os questionamentos apontam para reflexões sobre a imagem da neutralidade que a Psicologia continua perpetuando, e que são tensionadas em comunidades que não aceitam o distanciamento. É exatamente do não aceitar. Essas populações querem saber de você, da sua história, de como você superou aquele momento difícil e de como vai sua família. Estamos preparadas para ceder o espaço do divã a uma cadeira comum e ter essa conversa? Ou melhor, nós queremos?

Ao mesmo tempo, nos entrecruzos relacionais dessas pequenas cidades, a psicóloga encontra desafios em lidar com as relações de poder intensificadas ali, e que atualizam a troca de favores como mecanismo colonial de manutenção das opressões. A atuação Psicológica fica comprometida na medida em que as decisões são tomadas a partir do jogo de interesses dos governantes locais, e não pelas propostas interventivas dessas profissionais. A perda de autonomia, a troca de favores, o favoritismo e o controle de intervenções são alguns marcadores que produzem adoecimento no ambiente de trabalho, assim como a fragilidade dos vínculos empregatícios através de contratos e a baixa remuneração. Aliado a isso, às cidades pequenas respondem também de um lugar de disputa, visto a destinação de verbas da União seguir a lógica de distribuição por números de habitantes. Embora a maior parte dos estados brasileiros sejam constituídos por cidades pequenas, a população se concentra nos grandes centros, o que prejudica a destinação de recursos e intensifica os problemas enfrentados nessas pequenas comunidades. É digno de grifo lembrarmos que o governo Bolsonaro apresentou proposta de extinguir esses municípios, visando destituir a emancipação de 1.217 cidades das 5.570 existentes, utilizando o critério de arrecadação municipal inferior a 10%<sup>26</sup>. A proposta desconsidera os reais conflitos vivenciados nesses contextos, contribuindo para a marginalização dos pequenos municípios, prejudicando, através da centralização do poder, a destinação de políticas públicas mais próximas às realidades desses locais. Essa foi mais uma das inúmeras tentativas do governo genocida de Bolsonaro de precarizar ainda mais a vida de populações subalternizadas, ataques perversos a nós, a nosso povo e a nossas produções de vida.

Finalizo, entretanto, com a esperança dos tempos novos que já tem soprado bons ventos. Encerrei minha graduação com a vitória de Bolsonaro, o que trouxe muitas incertezas e sofrimentos, dentre eles sobre como ficaria nossa Psicologia dali para frente. Hoje encerro o mestrado após a vitória de Lula, cenário que ocorreu durante as entrevistas que estavam sendo realizadas já em meados de outubro, certa de que muitas falas apresentadas pelas interlocutoras evidenciaram a diferença entre um governo genocida e um governo em que inúmeras políticas públicas foram criadas e fortalecidas. É dessa forma que concluo essa pesquisa, fortalecida junto a diversas autoras que me inspiram a possibilidades de esperar novos rumos para novas Psicologias. Como forte vejo também os contextos das pequenas cidades, lugares onde as relações nos convidam a descolonizar nossas práticas e a nos apresentarmos, de fato, como somos. Acredito na potência desses lugares, que são mais de 70% do nosso território, como apontam os dados apresentados pelo IBGE, de transformar nosso fazer *psi*, convocando para a

---

<sup>26</sup> Para mais informações acessar: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/extincao-de-municipios-e-mais-um-retrocesso-do-governo-bolsonaro/>.

complexificação das experiências através do rompimento com a falácia da neutralidade. Ser psicóloga e atuar em cidades pequenas é carregar junto a prática profissional a possibilidade de dar a volta na folha da colonialidade, desmantelando as mentiras contadas a nós sobre o nosso povo e nosso solo, como se o que há de melhor não nos dissesse respeito. Em especial às psicólogas que residem e atuam nesses pequenos municípios, cabe a potência de uma atuação que desfaz todo o caráter epistêmico ao qual a Psicologia se banhou, nomeando e caracterizando o outro como inferior, incapaz ou adoecido. Uma atuação que vem de dentro para dentro é um dos caminhos possíveis para que a Psicologia possa, de fato, se refazer.

## 6. REFERÊNCIAS

- Adrião, K. G. (2015). Feminismo, Psicologia, e Justiça social: um encontro possível? Uma entrevista com Michelle Fine. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 479-486.
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 44-65.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade* (4ª ed.). São Paulo: Sueli Carneiro; Jadaíra.
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, 1, 229-236.
- Barros, M. (2003). *Memória Investadas* (1 ed). Rio de Janeiro: Alfaguara.
- Bauer, M. W. & Jovchelovitch, S. (2002). Entrevista narrativa. In M.W. Bauer & G. Gaskell (Org.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. (pp. 90-113). São Paulo: Vozes, 2002.
- BaianaSystem (2019). *Sulamericano*. In O futuro não demora [álbum]. Brasil: Polysom.
- Benedito, M. S., & Fernandes, M. I. A. (2020). Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-16.
- Bento, M. A. S (1995). A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. *Estudos Feministas*, 3(2), 479-489.
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* [Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo].
- Camilo, C. et al. (2021). Cuidado em território de exclusão social: covid-19 expõe marcas coloniais. *Saúde e Sociedade*, 30(2), 1-11.
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo].
- Castro, R. D. & Borges, C. A. M. (2018). A Construção de um campo de pesquisa antirracista ou sobre quando sujeito e objeto (se) pesquisam. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)*, 10(24), p. 339-365.
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 99-127
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília: CFP.

- Conselho Federal de Psicologia (2012). Eu, mulher, psicóloga negra. *Psicologia Ciência e Profissão*. 10-15.  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/Zf4YfWqWwsvNms5LBgsFdSB/?lang=pt>
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogos na Atenção Básica à Saúde*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia (2022). Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-8-de-17-de-maio-de-2022-401069557>
- Conselho Regional de Psicologia (2015). *A Psicologia e a População em Situação de Rua, novas propostas, velhos desafios*. Belo Horizonte: CRP 04.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 171-188.
- Dias, A. L. F., Migliari, L., Rodrigues, G.C. M., & Poleze, L. S. (2021). *População em Situação de Rua: Violações de Direitos e (de) Dados Relacionados à Aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG.  
<https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/09/Nota-Tecnica-inedita-elaborada-pelo-Programa-Polos-de-Cidadania-da-UFMG-sobre-o-CadUnico-em-Belo-Horizonte.pdf>.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.
- Djonga. (2018). *1010*. Intérprete: Djonga; Coyote Beatz. In *O Menino Que Queria Ser Deus* [Álbum]. Brasil: Nebula Records.
- Emicida. (2019). *Principia*. Intérprete: Emicida; Pastor Henrique Vieira, Pastoras do Rosário, Fabiana Cozza. In *AmarElo* [Álbum]. Brasil: Laboratório Fantasma.
- Emicida (2019). *É tudo pra ontem*. Intérprete: Emicida; Gilberto Gil. In *AmarElo* [Álbum]. Brasil: Laboratório Fantasma.
- Evaristo, C. (2005). Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita ago. <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafiadesenho-de-minha-mae-um-dos.html>.
- Evaristo, C. (2014). *Olhos d'água* (1 ed.). Rio de Janeiro: Dallás.

- Fernandes, P. H. C. (2018). O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. *Revista Eletrônica Georaguaia*, 8(1), 13-31.
- Ferreira, F. I. (2020). "A gente tem que falar sobre racismo agora?": Sobre Psicologia, racismo e antirracismo [Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, MG].
- Filho, K. L. & Dornelles, J. (Diretores). (2019). Bacurau [Filme]. Cinemascópio, SBS (FR); Globo Filmes; Telecine; Canal Brasil; ARTE; Símio Filmes.
- Finamori, S. (2018). Quem tem direito à maternidade? um olhar sobre o acolhimento compulsório de bebês em Belo Horizonte MG (Brasil). *Anais 18º Congresso Mundial de Antropologia*, 5613-5624.
- Figueiredo, A. (2015). Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, 3(1), 152-159.
- Freitas, M. F. Q. (2015). Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 242-253.
- Galindo, W. C., Tamman, B. C., & Sousa, T. B. S. (2020). Estratégias Formativas em Serviços-Escola de Psicologia: Revisão Bibliográfica da Produção Científica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-15.
- Gesser, M. (2013). Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 66-77.
- Gonzaga, P. R. B. (2019). "A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo": Produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte].
- Gonzaga, P. R. B. (2022a). Psicologia, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: Urgências para a Formação Profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-18.
- Gonzaga, P. R. B. (2022b). Psicologia brasileira na luta antirracista. In CFP (Coord.), *Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia* (pp. 155-183). 1 ed. Brasília: CFP.
- Gonzaga, P. R. B., & Cunha, V. M. (2020). Uma pandemia viral em contexto de racismo estrutural: desvelando a generificação do genocídio negro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(e), 1-17.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), p. 25-49.
- Höfling, E. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES [online]*, 21(55), 30-41.

- hooks, b. (2013). A língua: ensinando novos mundos/novas palavras. In bel hooks (Org.), *Ensinando a transgredir, a educação como prática da liberdade* (pp. 223-234). São Paulo: wmf Matins Fontes.
- Junior, A. M. S., Lopes, S. S. K., Gonçalves, M. G. M., & Rasera. E. F. (2019). Psicologia Social Crítica, Direitos Humanos e Políticas Públicas: Fazeres, angústias e resistências. In A. M. Lima, L. F.V. Cardoso, M. C. Marra, T. R. Lino (Org.), *Psicologia Social Crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocessos* (pp. 98-116). Porto Alegre: Abrapso.
- Kaur, R. (2015). *Outros jeitos de usar a boca*. São Paulo: Planeta.
- Kaur, R. (2017). *O que o Sol faz com as Flores*. São Paulo: Planeta.
- Jesus, K. C. O., Santana, H. M., & Castelar, M. (2020). Psicologia e racismo institucional na saúde pública de Salvador-Bahia. *Fractal: Revista de Psicologia*, 32(2), 142-153.
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990, 19 setembro). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)
- Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. (2005, 13 janeiro). Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm).
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm).
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. (2016, 28 dezembro). Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1).
- Lima, F. (2017). Vidas Pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In M. Pereira & R. G. Passos (Org), *Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe* (pp 71-85). Rio de Janeiro: Editora Autografia.
- Lima, M., Brito, M., & Firmino, A. (2011). Formação em Psicologia para a Atenção Básica à Saúde e a Integração Universidade-Serviço- Comunidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 856-867.

- Longhini, G. N. (2021). Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. *Revista Tecnologia & Cultura*, 65-73.
- Longhini, G. N. (2022). Psicologia brasileira na luta antirracista. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma Psicologia anticolonial* (pp 49-61). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lhullier, L. A., & Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é a Psicóloga Brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho* (pp 19-52). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Martins, D. T. F. (2021). Da ideologia do branqueamento à branquitude: reflexões sobre brancura e identidade racial branca. *Revista Espaço Acadêmico*, 230, 106-116.
- Marques, C. F. et al. (2019). O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem? *Psicologia Ciência Profissão*, 39(2), 6-18.
- Mayorga, C. (2013a). Sobre Mulheres, Psicologia, Profissão e a Insistente Ausência das Questões Raciais. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres* (pp 173-196). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Mayorga, C. (2013b). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236.
- Ministério da Educação. Resolução nº 13 de 9 de maio de 2013 (2013, 9 maio). Estabelece procedimentos para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa de Bolsa Permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como para estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior.  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13103-resol-13-fnde-pdf&category\\_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13103-resol-13-fnde-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192).
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. (2005). *Política nacional de assistência social PNAS/ 2004*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Ministério da Saúde. (2015). *Manual Instrutivo PMAQ para as equipes de Atenção Básica (Saúde da Família, Saúde Bucal e Equipes Parametrizadas) e NASF*. Brasília: Ministério da Saúde.  
[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_instrutivo\\_pmaq\\_atencao\\_basica.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_pmaq_atencao_basica.pdf).
- Montero, R. (2004). *A louca da casa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Motta, R. F., Brandolt, C. R., & Pizzinato, A. (2021). Trabalhadoras(es) do SUAS: Quem são as(os) Psicólogas(os) da Proteção Social Básica (PSB). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(nspe2), 1-15.

- Nepomuceno, L. B., Dimenstein, M., Bosi, M. L. M., & Pontes, R. J. S. (2021). Práticas de Psicólogos na Estratégia Saúde da Família: Poder Simbólico e Autonomia Profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(nspe2), 1-15.
- Oliveira, E. C. S., Rocha, K. D. A., Moreira, L. E., & Hüning, S. M. (2019). “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 179-184.
- Prado, A. (1991). *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Rico Dolasam. (2020). *Braile*. Intérprete: Rico Dolasam. In Dolores Dala Guardiã do Alívio. [Álbum]. Brasil.
- Roza, L. A. G. (1977). Psicologia: um espaço de dispersão de saber. *Rádice. Revista de Psicologia*, 1(4), 2-9.
- Rufino, L. R. J. (2018). Pedagogias das Encruzilhadas. *Revista Periferia*, 1 (10), 71 – 88.
- Santos, A. O. (2017) Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. *Revista da ABPN*, 10(24), 241-259.
- Santos, A. O., & Oliveira, L. R. (2021). O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, 227, 250-260.
- Santos, L. N., Mota, A. L. A., & Silva, M. V. O. (2013). A Dimensão Subjetiva da Subcidadania: Considerações Sobre a Desigualdade Social Brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 700-715.
- Santos, V. S., & Castanho, P. (2021). Sofrimento psíquico na universidade: Reflexões sobre pertencimento e racismo. *Jornal de Psicanálise*, 54(101), 73-88.
- Silva, J. B. & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*; 23(n. spe.), 12-21.
- Silva, R. B. & Cezar, P. C. N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, (4)1, p. 80-98.
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F.F. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade [online]*, 28(02), 247-256.
- Silva, T. A., Júnior, J. D. P., & Araújo, R. C. (2018). Centro de Atenção Psicossocial (CAPS): ações desenvolvidas em município de Minas Gerais, Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 21(2), 346-363.
- Silveira, S., Rosa, R., Fogaça, G., Santos, L., Nardi, H., Alves, N., & Bairos, F. (2021). Reflexões sobre a coleta do quesito raça/cor na Atenção Básica (SUS) no Sul do Brasil. *Saúde e Sociedade*, 30(2), 1-12.

- Solaterrar, U. (2020). *Sobre AFRONTar a casa-grande e botar a cara no sol: uma etnografia transviada de formas de gestão do sofrimento* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil]
- Solaterrar, U. & Lowenkron, L. (2020, 03 de outubro e 06 de novembro). Sofrimento encruzilhado: sobre transformar a dor e botar a cara no sol. [Apresentação de trabalho]. *Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*.
- Shucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* [Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo].
- Vieira Jr., I. (2019). *Torto arado*. São Paulo: Todavia.
- Vieira-Silva, M., Freitas, M. F. Q., Abade, F. L., & Nascimento, R. F. (2019). Psicologia Social Comunitária: Percorrendo caminhos em tempos de retrocessos. In A. M. Lima, L. F. V. Cardoso, M. C. Marra, T. R. Lino (Org), *Psicologia Social Crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocessos* (pp 33-52). Porto Alegre: Abrapso.
- Zé Manoel. (2020). *História Antiga*. Intérprete: Zé Manoel. In *Do Meu Coração Nu* [Álbum]. Brasil.

## ANEXOS

### Anexo I: Carta Convite

Car@,

Prazer, meu nome é Natanna Késsia Nunes Gomes, sou Psicóloga formada pela Universidade Federal de Uberaba, possuo especialização em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade e atualmente sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Psicologia Social, atuo também como Psicóloga Clínica. Sou orientada pela Professora Doutora Paula Rita Bacellar Gonzaga, Psicóloga e docente dos cursos de graduação e pós-graduação de Psicologia da UFMG. Juntas, estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada “Só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz”: compreensão interseccional da atuação de psicólogas em políticas públicas, que tem como objetivo principal compreender interseccionalmente a atuação psicológica dentro do campo das políticas públicas, demarcando como os marcadores identitários de raça, classe, gênero, território, sexualidade, relações de trabalho, etc. atravessam, potencializam, reduzem e produzem atuações, especialmente de Psicólogas como você, atuante na região do Triângulo Mineiro.

O convite chega até você pelo fato de eu ter conhecimento sobre sua atuação e cumprimento dos requisitos para fazer parte da pesquisa, ou porque alguma interlocutora me indicou seu nome, uma técnica que é conhecida como bola de neve. Sua participação seria muito importante para a construção de uma atuação psicológica em consonância com nosso código de ética, e também poderia colaborar para preencher lacunas da nossa práxis psicológica no campo das Políticas Públicas. Considero importante ressaltar que você pode desistir de participar em qualquer momento da pesquisa. Você não será identificada, e todos os cuidados para manter o sigilo de suas falas serão considerados. As informações serão utilizadas apenas para meios científicos. Antes que eu me esqueça, esse projeto já foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa envolvendo seres humanos, com parecer número 5.735.625, por isso temos a garantia do cuidado que dedicaremos a você e a suas falas.

Caso você escolha não participar, você poderia me indicar alguém? Essa pessoa precisa se identificar como mulher, ser Psicóloga e atuar em Políticas Públicas!

Por outro lado, caso tenha se sentido confortável em participar, não hesite em contribuir. Entre em contato comigo pelo número (34)998288494, ou pelo e-mail: natannakessiangu@gmail.com, assim posso te passar mais informações.

Podemos combinar um melhor dia, horário e local para que possa ir até você. Obrigada!

**ANEXO II**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Através desse termo a convidado para participar da pesquisa de título: **“Só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz”**: **compreensão interseccional da atuação de psicólogas em políticas públicas**, realizada pelas pesquisadoras NATANNA KÉSSIA NUNES GOMES, discente do curso de pós-graduação em psicologia, na área de psicologia social, e pela PROFA. DRA. PAULA RITA BACELLAR GONZAGA, docente do curso de Psicologia da mesma universidade, e orientadora deste estudo.

A pesquisa, critério parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, tem como objetivo principal compreender interseccionalmente a atuação psicológica dentro do campo das políticas públicas, demarcando como os marcadores identitários de raça, classe, gênero, território, sexualidade, relações de trabalho, etc. atravessam, potencializam, reduzem e produzem atuações, e como objetivos específicos 1) analisar suas compreensões acerca de sofrimento psíquico; 2) a racialização ou possibilidade da não racialização de seus corpos; 3) o agenciamento dos seus próprios sofrimentos; assim como 4) quais possíveis estratégias de resistência frente aos ataques sofridos no campo das políticas públicas elas têm desenvolvido. Em um deslocamento do individual para o coletivo, pretende-se dialogar com suas histórias e seus pertencimentos psicopolíticos para compreender qual psicologia tem produzido; a partir de quais premissas e considerando quais sujeitos.

Ass \_\_\_\_\_

Para isso, serão realizadas entrevistas narrativas com psicólogas que atuem em políticas públicas na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. As entrevistas terão duração média de uma hora, a depender do conteúdo e disposição da participante, e o encontro será realizado apenas uma vez. Com intuito de possibilitar o fortalecimento do vínculo entre pesquisadora e participante, propõe-se que o encontro seja realizado de forma presencial, em local e horário previamente acordado entre ambas, priorizando a construção de um espaço onde as interlocutoras sintam-se a vontade para se expressarem com total privacidade. O estudo busca se atentar e respeitar as especificidades das participantes, portanto trabalharemos com a possibilidade e viabilidade do deslocamento da pesquisadora até o local de preferência das interlocutoras para realização e condução das entrevistas.

Os pressupostos teóricos que nortearão as entrevistas para o alcance dos objetivos apresentados, serão feitos através da viabilização de diálogos que perpassem temas como: trajetória na formação em Psicologia e na entrada no campo das políticas públicas; atuação dentro das políticas públicas (público alvo e principais intervenções realizadas); proximidades e/ou afastamentos com as temáticas de gênero e relações étnico raciais dentro da atuação psicológica; presenciou ou não eventos de racismo, lgbtfobia, lesbiofobia, transfobia e demais discriminações de raça/gênero e ações tomadas; experiências de racismo, lgbtfobia, lesbiofobia, transfobia, etc, na sua inserção enquanto psicóloga e estratégias adotadas; como compreende o sofrimento psíquico dos sujeitos alvos de sua intervenção, e como compreende seus próprios sofrimentos; impactos sofridos em sua atuação nas políticas públicas em virtude dos desmantelamentos das instituições sociais intensificados no atual governo; resistências a esses ataques; rearranjos adotados na atuação psi; percepção dos atravessamentos nos principais sujeitos alvos das políticas públicas; pertencimento psicopolítico; atuação na clínicapsicológica e percepção da extensão da clínica com o campo das políticas públicas.

Ass \_\_\_\_\_

A entrevista narrativa não é um esquema rígido de perguntas e respostas, assim, visa deixar a participante livre para falar de seus afetamentos. O encontro será audiogravado, e o conteúdo ficará sob posse das pesquisadoras responsáveis até a finalização da pesquisa prevista para outubro de 2023. O conteúdo será resguardado dentro dos princípios éticos desse estudo, negando-se o seu compartilhamento com terceiros. Assumindo os riscos que a participação na pesquisa poderá acarretar, como o desconforto em atualizar fatos dolorosos do passado, a pesquisadora estará atenta para as evidências de que, resguardando a saúde psíquica da participante, a entrevista será imediatamente interrompida sem que nenhum prejuízo seja acarretado, bem como a exclusão do conteúdo gravado até o momento. A interrupção também deverá acontecer caso a participante solicite espontaneamente. Assim, a pesquisadora se compromete com o acolhimento dos possíveis sentimentos despertados pelo resgate de lembranças, livre de qualquer tipo de julgamento ou preconceito.

A participação poderá gerar benefícios como a atualização do debate acerca do aprimoramento da atuação psicológica dentro do campo das políticas públicas, colaborando para reflexões que resgatem os princípios ético-políticos da nossa profissão. Ressalta-se que a participação desse estudo não gerará nenhum gasto e se dará em caráter voluntário, sem nenhum tipo de benefício financeiro. O conteúdo gravado será utilizado para meios acadêmicos e científicos, resguardando o anonimato das participantes, que poderão optar pela utilização de nomes fictícios. Nenhuma informação que possa identificar a participante será exposta. Esse termo terá duas vias impressas, uma de posse da participante, como forma de garantia dos direitos mencionados, e outra de posse da pesquisadora, como garantia da autonomia na utilização dos dados. Ambas serão assinadas pela pesquisadora e participante. Em caso de dúvidas em relação a pesquisa, as pesquisadoras poderão ser contatadas por e-mail ou telefone: [natannakessiang@gmail.com](mailto:natannakessiang@gmail.com) (34) 99828-8494 [paularitagonzaga@gmail.com](mailto:paularitagonzaga@gmail.com) (71)8717-7053. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, a qual preza pelo respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, é garantido as participantes a indenização: cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Ass \_\_\_\_\_

O CEP-UFMG também poderá ser contatado em caso de dúvidas relacionadas a aspectos éticos, a partir do endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901, Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005. Telefone: (031) 3409-4592 - E-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br). Horário de atendimento: 09:00 às 11:00 / 14:00 às 16:00.

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_

Identificação étnico-racial: \_\_\_\_\_ Instituição em que atua:

---

Atesto que fui informada sobre a pesquisa intitulada: **“Só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz”**: **compreensão interseccional da atuação de psicólogas em políticas públicas**, e que estou ciente que para participar deste estudo terei que responder a uma entrevista. Declaro que fui informada que poderei, a qualquer momento, desistir de minha participação sem sofrer nenhum tipo de consequência por esta decisão. Para isso entrarei em contato por e-mail com as responsáveis pela pesquisa: Natanna Késsia Nunes Gomes e Paula Rita Bacellar Gonzaga. Também fui informada que este estudo tem caráter puramente científico e que meus dados pessoais serão mantidos em sigilo pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, sendo garantido meu anonimato em todas as publicações oriundas dessa pesquisa. Estou ciente de que minha participação é totalmente voluntária e não terei direito a remuneração.

Autorizo, para isso, a gravação do conteúdo de minha fala durante a entrevista,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Colaboradora de pesquisa

---

Pesquisadora responsável